

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	11
DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa	20

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	22
DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	23

Demonstração do Valor Adicionado	24
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	25
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	98
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	103
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	105
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	106

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	786.265
Preferenciais	1.209.267
<b>Total</b>	<b>1.995.532</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	06/12/2018	Juros sobre Capital Próprio	24/07/2019	Ordinária		0,02407
Reunião do Conselho de Administração	06/12/2018	Juros sobre Capital Próprio	24/07/2019	Preferencial		0,02407
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	25/04/2019	Dividendo	24/07/2019	Ordinária		0,03996
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	25/04/2019	Dividendo	24/07/2019	Preferencial		0,03996
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2019	Dividendo	24/07/2019	Ordinária		0,03228
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2019	Dividendo	24/07/2019	Preferencial		0,03228
Reunião do Conselho de Administração	08/08/2019	Dividendo	23/10/2019	Ordinária		0,01790
Reunião do Conselho de Administração	08/08/2019	Dividendo	23/10/2019	Preferencial		0,01790

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	7.520.816	6.354.508
1.01	Ativo Circulante	1.535.937	1.393.190
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	133.989	103.591
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.041.156	848.268
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.041.156	848.268
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.041.156	848.268
1.01.03	Contas a Receber	228.578	378.042
1.01.03.01	Clientes	228.578	378.042
1.01.06	Tributos a Recuperar	78.477	13.822
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	78.477	13.822
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	53.737	49.467
1.01.08.03	Outros	53.737	49.467
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	2.723
1.01.08.03.03	Cauções e Depósitos Vinculados	39.380	35.410
1.01.08.03.04	Outros Créditos	14.357	11.334
1.02	Ativo Não Circulante	5.984.879	4.961.318
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	183.856	208.321
1.02.01.04	Contas a Receber	13.075	13.075
1.02.01.04.01	Clientes	13.075	13.075
1.02.01.07	Tributos Diferidos	111.506	123.576
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	9.656	0
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	9.656	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	49.619	71.670
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	48.097	69.641
1.02.01.10.04	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	127	225
1.02.01.10.10	Outros Créditos	1.395	1.804
1.02.02	Investimentos	2.928.025	1.797.605
1.02.02.01	Participações Societárias	2.928.025	1.797.605
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.928.025	1.797.605
1.02.03	Imobilizado	2.835.018	2.912.681
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.760.999	2.877.990
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	5.292	752
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	68.727	33.939
1.02.04	Intangível	37.980	42.711
1.02.04.01	Intangíveis	37.980	42.711
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	27.584	29.592
1.02.04.01.04	Software e Outros Intangíveis	10.396	13.119

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	7.520.816	6.354.508
2.01	Passivo Circulante	1.432.786	1.257.114
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	25.225	24.304
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	25.225	24.304
2.01.02	Fornecedores	1.171.627	1.047.239
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.171.627	1.047.239
2.01.03	Obrigações Fiscais	87.341	47.429
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	86.273	47.066
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	75.710	40.638
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	10.563	6.428
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	896	232
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	172	131
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	45.546	57.701
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	45.546	57.701
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	45.546	57.701
2.01.05	Outras Obrigações	100.769	76.508
2.01.05.02	Outros	100.769	76.508
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	36.294	41.585
2.01.05.02.04	Passivo de Arrendamento	455	0
2.01.05.02.05	Encargos Setoriais	20.772	11.921
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.292	0
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	41.956	23.002
2.01.06	Provisões	2.278	3.933
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.278	3.933
2.02	Passivo Não Circulante	4.558.700	3.573.920
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.006.205	2.985.659
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.006.205	2.985.659
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.006.205	2.985.659
2.02.02	Outras Obrigações	109.677	128.182
2.02.02.02	Outros	109.677	128.182
2.02.02.02.03	Passivo de Arrendamento	14.792	0
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	36.141	32.139
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	10.479	15.788
2.02.02.02.10	Obrigações Sociais e Trabalhistas	466	855
2.02.02.02.13	Outras Obrigações	47.799	79.400
2.02.03	Tributos Diferidos	342.167	367.588
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	342.167	367.588
2.02.04	Provisões	100.651	92.491
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	100.651	92.491
2.03	Patrimônio Líquido	1.529.330	1.523.474
2.03.01	Capital Social Realizado	474.607	416.646
2.03.02	Reservas de Capital	141.425	199.078
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	128.609	186.570
2.03.02.04	Opções Outorgadas	3.147	2.839
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	264	264
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	9.405	9.405

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2.03.04	Reservas de Lucros	100.202	178.818
2.03.04.01	Reserva Legal	83.329	83.329
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	78.616
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	16.873	16.873
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	139.392	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	700.094	743.629
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-26.390	-14.697
2.03.08.01	Plano de Previdência Privada - Perda Atuarial, Líquido de Impostos	-16.494	-16.494
2.03.08.02	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	-9.043	0
2.03.08.03	Hedge de Fluxo de Caixa, Líquido de Impostos	-853	1.797

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	422.833	1.273.241	496.366	1.304.633
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-288.963	-836.894	-401.492	-865.629
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-137.708	-369.774	-252.586	-404.811
3.02.03	Encargos do uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-33.462	-99.529	-34.260	-98.734
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-2.042	-6.127	-1.698	-5.095
3.02.05	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-14.091	-38.927	-9.373	-30.626
3.02.07	Pessoal e Administradores	-35.904	-100.878	-30.039	-93.060
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.784	-5.670	-1.067	-3.223
3.02.09	Serviços de Terceiros	-18.168	-67.884	-19.857	-73.061
3.02.10	Material	-3.696	-9.013	-2.141	-6.143
3.02.12	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	5.175	5.175	-53	-8
3.02.13	Provisão/Reversão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	1.046	126	-135	-1.241
3.02.16	Depreciação e Amortização	-42.933	-128.937	-45.105	-132.130
3.02.17	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-5.396	-15.456	-5.178	-17.497
3.03	Resultado Bruto	133.870	436.347	94.874	439.004
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	46.646	63.841	14.414	9.123
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.608	-1.829	-2.608	-7.610
3.04.05.01	Amortização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	-2.608	-1.829	-2.608	-7.610
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	49.254	65.670	17.022	16.733
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	180.516	500.188	109.288	448.127
3.06	Resultado Financeiro	-65.401	-244.181	-62.240	-174.067
3.06.01	Receitas Financeiras	23.459	59.415	31.361	84.493
3.06.02	Despesas Financeiras	-88.860	-303.596	-93.601	-258.560
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-84.423	-299.740	-98.205	-271.411
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-4.437	-3.856	4.604	12.851
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	115.115	256.007	47.048	274.060
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-18.006	-61.446	-11.680	-90.975
3.08.01	Corrente	-22.711	-73.430	-14.626	-97.943

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
3.08.02	Diferido	4.705	11.984	2.946	6.968
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	97.109	194.561	35.368	183.085
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	97.109	194.561	35.368	183.085
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,04895	0,09861	0,01798	0,09306
3.99.01.02	PN	0,04895	0,09861	0,01798	0,09306
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,04796	0,09608	0,01714	0,08871
3.99.02.02	PN	0,04796	0,09608	0,01714	0,08871

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	97.109	194.561	35.368	183.085
4.02	Outros Resultados Abrangentes	662	-11.693	1.217	-1.106
4.02.01	Equivalência Patrimonial sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controlada	749	-9.043	0	0
4.02.02	Ganhos (Perdas) em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa Originados no Período	-131	-4.014	1.843	-1.676
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	44	1.364	-626	570
4.03	Resultado Abrangente do Período	97.771	182.868	36.585	181.979

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	556.907	528.164
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	504.568	487.313
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	194.561	183.085
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	131.710	133.259
6.01.01.03	Realização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	1.829	7.610
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	2.008	2.009
6.01.01.05	Variação Monetária e Cambial	52.745	78.007
6.01.01.06	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	0	-2.335
6.01.01.07	Marcação a Mercado da Opção	0	-22.102
6.01.01.08	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	2.812	5.361
6.01.01.10	Custo de empréstimos e debêntures (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	237.179	190.990
6.01.01.11	Juros sobre Passivo de Arrendamento	594	0
6.01.01.12	Despesas com Fundo de Pensão	5.102	2.529
6.01.01.13	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-49.566	-69.047
6.01.01.14	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-11.984	-6.968
6.01.01.15	Ações e Opções de Ações Outorgadas	308	308
6.01.01.16	Baixa de Bens do Ativo	2.940	1.340
6.01.01.17	Resultado de Equivalência Patrimonial	-65.670	-16.733
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	298.980	208.844
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	149.464	-82.849
6.01.02.02	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	-8.542	-8.016
6.01.02.03	Contas a Receber de Partes Relacionadas	-651	0
6.01.02.04	Obrigações Sociais e Trabalhistas	532	2.352
6.01.02.05	Outros Créditos	-2.614	-8.854
6.01.02.06	Fornecedores	78.853	190.673
6.01.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	73.430	97.943
6.01.02.08	Outros Tributos a Pagar	4.840	236
6.01.02.09	Encargos Setoriais	3.542	-2.348
6.01.02.10	Outras Obrigações	126	19.707
6.01.03	Outros	-246.641	-167.993
6.01.03.01	Pagamento de Juros (Encargos de Dívidas), Deduzido dos Juros Capitalizados	-203.553	-132.605
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-91.692	-77.117
6.01.03.03	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-1.100	-995
6.01.03.04	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-2.113	-957
6.01.03.05	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	51.817	43.681
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.318.690	-965.606
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-46.969	-38.672
6.02.02	Aumento de Capital em Controladas	-206.463	-374.933
6.02.03	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em Controlada	-854.791	-21.716
6.02.04	Aquisição de Investimento, Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa das Empresas Adquiridas	-34.103	-50.000

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.02.05	Prêmio Pago/Recebido - Opções de Compra de Moeda Estrangeira	0	35.048
6.02.06	Aplicações em Investimentos de Curto Prazo	-1.858.878	-2.874.040
6.02.07	Resgates de Investimento de Curto Prazo	1.661.058	2.315.964
6.02.08	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	21.456	42.743
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	792.181	398.683
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	2.200.000	1.450.000
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-182.611	-127.078
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-1.182.380	-900.454
6.03.04	Pagamento de Passivo de Arrendamento (Principal)	-801	0
6.03.05	Custo de Empréstimos e Debêntures (Custos de Transação)	-42.027	-24.000
6.03.06	Venda / Compra de Ações em Tesouraria	0	215
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	30.398	-38.759
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	103.591	44.294
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	133.989	5.535

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	416.646	199.078	178.818	0	728.932	1.523.474
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	416.646	199.078	178.818	0	728.932	1.523.474
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	308	-78.616	-98.704	0	-177.012
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	308	0	0	0	308
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo Obrigatório	0	0	-78.616	0	0	-78.616
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-98.704	0	-98.704
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	194.561	-11.693	182.868
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	194.561	0	194.561
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-11.693	-11.693
5.05.02.10	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-4.014	-4.014
5.05.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	1.364	1.364
5.05.02.12	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	0	0	0	0	-9.043	-9.043
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	57.961	-57.961	0	43.535	-43.535	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	65.962	-65.962	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-22.427	22.427	0
5.06.05	Aumento de capital mediante capitalização parcial de Reserva Especial de ágio	57.961	-57.961	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	474.607	141.425	100.202	139.392	673.704	1.529.330

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	416.646	198.438	139.470	0	803.136	1.557.690
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	416.646	198.438	139.470	0	803.136	1.557.690
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	523	-47.678	-172.500	0	-219.655
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	308	0	0	0	308
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	215	0	0	0	215
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo Obrigatório	0	0	-47.678	0	0	-47.678
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-172.500	0	-172.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	183.085	-1.106	181.979
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	183.085	0	183.085
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.106	-1.106
5.05.02.10	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-1.676	-1.676
5.05.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	570	570
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	43.476	-43.476	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	65.873	-65.873	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-22.397	22.397	0
5.07	Saldos Finais	416.646	198.961	91.792	54.061	758.554	1.520.014

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
7.01	Receitas	1.433.849	1.464.538
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.427.129	1.461.818
7.01.02	Outras Receitas	1.545	385
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	5.175	2.335
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-626.384	-668.243
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-518.657	-566.789
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-93.952	-82.170
7.02.04	Outros	-13.775	-19.284
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-13.775	-19.284
7.03	Valor Adicionado Bruto	807.465	796.295
7.04	Retenções	-135.547	-142.878
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-133.718	-135.268
7.04.02	Outras	-1.829	-7.610
7.04.02.02	Amortização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	-1.829	-7.610
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	671.918	653.417
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	128.023	130.764
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	65.670	16.733
7.06.02	Receitas Financeiras	62.353	114.031
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	799.941	784.181
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	799.941	784.181
7.08.01	Pessoal	92.241	82.054
7.08.01.01	Remuneração Direta	80.775	73.373
7.08.01.02	Benefícios	5.670	3.223
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.796	5.458
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	208.495	233.288
7.08.02.01	Federais	195.088	222.611
7.08.02.02	Estaduais	13.114	10.655
7.08.02.03	Municipais	293	22
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	304.644	285.754
7.08.03.01	Juros	303.596	283.977
7.08.03.02	Aluguéis	1.048	1.777
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	194.561	183.085
7.08.04.02	Dividendos	98.704	172.500
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	95.857	10.585

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	7.864.914	7.602.605
1.01	Ativo Circulante	1.816.255	1.596.022
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	156.405	152.816
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.129.056	881.148
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.129.056	881.148
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.129.056	881.148
1.01.03	Contas a Receber	298.098	438.825
1.01.03.01	Clientes	298.098	438.825
1.01.06	Tributos a Recuperar	89.036	21.859
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	89.036	21.859
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	143.660	101.374
1.01.08.03	Outros	143.660	101.374
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	131	2.723
1.01.08.03.03	Cauções e Depósitos Vinculados	110.604	73.790
1.01.08.03.04	Conta de Ressarcimento	1.814	0
1.01.08.03.05	Outros Créditos	31.111	24.861
1.02	Ativo Não Circulante	6.048.659	6.006.583
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	275.684	302.339
1.02.01.04	Contas a Receber	13.075	13.075
1.02.01.04.01	Clientes	13.075	13.075
1.02.01.07	Tributos Diferidos	114.355	124.852
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.849	1.276
1.02.01.07.02	Créditos Fiscais de Ágios Incorporados	111.506	123.576
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	148.254	164.412
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	144.323	159.765
1.02.01.10.04	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	128	226
1.02.01.10.05	Conta de ressarcimento	2.374	2.541
1.02.01.10.06	Outros Créditos	1.429	1.880
1.02.03	Imobilizado	5.556.658	5.487.291
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.128.826	5.044.706
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	44.055	752
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	383.777	441.833
1.02.04	Intangível	216.317	216.953
1.02.04.01	Intangíveis	216.317	216.953
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	27.584	29.592
1.02.04.01.03	Gerado na Aquisição de Investimentos	175.728	172.990
1.02.04.01.04	Software e Outros Intangíveis	13.005	14.371

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	7.864.914	7.602.605
2.01	Passivo Circulante	1.559.429	1.441.075
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	25.289	24.573
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	25.289	24.573
2.01.02	Fornecedores	1.217.806	1.111.808
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.217.806	1.111.808
2.01.03	Obrigações Fiscais	92.636	52.424
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	91.467	51.562
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	78.818	43.508
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	12.649	8.054
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	913	419
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	256	443
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	70.523	120.927
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	70.523	120.927
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	70.523	120.927
2.01.05	Outras Obrigações	112.251	94.933
2.01.05.02	Outros	112.251	94.933
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	36.294	41.585
2.01.05.02.04	Conta de Ressarcimento	39.333	12.384
2.01.05.02.05	Passivo de Arrendamento	851	0
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	20.932	12.004
2.01.05.02.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.292	2.861
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	13.549	26.099
2.01.06	Provisões	40.924	36.410
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	40.924	36.410
2.02	Passivo Não Circulante	4.776.155	4.638.056
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.154.241	4.007.001
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.154.241	4.007.001
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.154.241	4.007.001
2.02.02	Outras Obrigações	178.974	170.902
2.02.02.02	Outros	178.974	170.902
2.02.02.02.03	Passivo de Arrendamento	44.052	0
2.02.02.02.04	Conta de Ressarcimento	17.442	34.748
2.02.02.02.05	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	36.141	32.139
2.02.02.02.06	Encargos Setoriais	10.479	15.788
2.02.02.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	466	855
2.02.02.02.08	Outras Obrigações	70.394	87.372
2.02.03	Tributos Diferidos	342.289	367.662
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	342.289	367.662
2.02.04	Provisões	100.651	92.491
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	100.651	92.491
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.529.330	1.523.474
2.03.01	Capital Social Realizado	474.607	416.646
2.03.02	Reservas de Capital	141.425	199.078
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	128.609	186.570
2.03.02.04	Opções Outorgadas	3.147	2.839

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	264	264
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	9.405	9.405
2.03.04	Reservas de Lucros	100.202	178.818
2.03.04.01	Reserva Legal	83.329	83.329
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	78.616
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	16.873	16.873
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	139.392	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	700.094	743.629
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-26.390	-14.697
2.03.08.01	Plano de Previdência Privada - Perda Atuarial, Líquido de Impostos	-16.494	-16.494
2.03.08.02	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	-9.043	0
2.03.08.03	Hedge de Fluxo de Caixa, Líquido de Impostos	-853	1.797

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	525.015	1.521.714	564.844	1.456.852
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-337.573	-997.718	-425.861	-918.323
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-137.720	-367.333	-224.303	-325.667
3.02.03	Encargos do uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-38.757	-114.572	-38.338	-110.559
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-2.522	-7.570	-1.947	-5.834
3.02.05	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-14.091	-38.927	-9.373	-30.626
3.02.06	Ressarcimento	4.314	151	0	0
3.02.07	Pessoal e Administradores	-36.021	-102.001	-30.791	-95.642
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.785	-5.651	-1.072	-3.244
3.02.09	Serviços de Terceiros	-29.752	-106.938	-46.611	-114.029
3.02.10	Material	-6.477	-14.670	2.584	-11.576
3.02.11	Provisão/Reversão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	1.046	35	-135	-1.241
3.02.16	Depreciação e Amortização	-66.740	-219.987	-69.300	-198.932
3.02.17	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-14.705	-25.892	-6.522	-20.965
3.02.18	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	5.637	5.637	-53	-8
3.03	Resultado Bruto	187.442	523.996	138.983	538.529
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.020	-5.987	-984	-3.045
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.020	-5.987	-984	-3.045
3.04.05.01	Amortização de Intangível de Concessão	-4.020	-5.987	-984	-3.045
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	183.422	518.009	137.999	535.484
3.06	Resultado Financeiro	-65.003	-254.804	-87.935	-252.806
3.06.01	Receitas Financeiras	26.388	67.226	30.399	87.698
3.06.02	Despesas Financeiras	-91.391	-322.030	-118.334	-340.504
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-84.845	-326.817	-121.149	-356.243
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-6.546	4.787	2.815	15.739
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	118.419	263.205	50.064	282.678
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-21.310	-68.644	-14.696	-99.593
3.08.01	Corrente	-25.769	-82.201	-17.305	-105.769

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
3.08.02	Diferido	4.459	13.557	2.609	6.176
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	97.109	194.561	35.368	183.085
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	97.109	194.561	35.368	183.085
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	97.109	194.561	35.368	183.085
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,04895	0,09861	0,01798	0,09306
3.99.01.02	PN	0,04895	0,09861	0,01798	0,09306
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,04796	0,09608	0,01714	0,08871
3.99.02.02	PN	0,04796	0,09608	0,01714	0,08871

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	97.109	194.561	35.368	183.085
4.02	Outros Resultados Abrangentes	662	-11.693	1.217	-1.106
4.02.06	Ganhos Realizados em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa Originados no Período	826	-13.012	1.843	-1.676
4.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-164	1.319	-626	570
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	97.771	182.868	36.585	181.979
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	97.771	182.868	36.585	181.979

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	702.855	575.043
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	688.709	644.896
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	194.561	183.085
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	222.760	200.061
6.01.01.03	Amortização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	5.987	3.045
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	2.008	2.009
6.01.01.05	Variação Monetária / Cambial	52.910	78.007
6.01.01.06	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	0	-2.335
6.01.01.08	Provisão/Reversão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	2.812	5.361
6.01.01.09	Juros Sobre Passivo de Arrendamento	4.702	0
6.01.01.10	Custo de Empréstimos e Debêntures (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	258.537	269.983
6.01.01.11	Despesas com Fundo de Pensão	5.102	2.529
6.01.01.12	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-52.481	-69.444
6.01.01.13	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-13.557	-6.176
6.01.01.14	Ações e Opções de Ações Outorgadas	308	308
6.01.01.15	Baixa de Bens do Ativo	12.839	1.340
6.01.01.16	Marcação a Mercado da Opção	0	-22.102
6.01.01.17	Marcação a Mercado do NDF	-7.779	-775
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	285.797	170.433
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	140.727	-91.436
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-10.238	-10.949
6.01.02.07	Conta de Ressarcimento Ativo	0	-916
6.01.02.08	Contas a Pagar de Partes Relacionadas	0	4.278
6.01.02.10	Outros Créditos	-6.627	13.079
6.01.02.11	Obrigações Sociais e Trabalhistas	327	2.346
6.01.02.12	Fornecedores	61.329	141.968
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	82.201	108.811
6.01.02.16	Outros Tributos a Pagar	4.902	785
6.01.02.17	Conta de Ressarcimento Passivo	7.996	-15.697
6.01.02.19	Encargos Setoriais	3.619	-2.348
6.01.02.20	Outras obrigações	1.561	20.512
6.01.03	Outros	-271.651	-240.286
6.01.03.01	Pagamento de Juros (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	-220.508	-195.450
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-100.618	-87.937
6.01.03.03	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-1.100	-995
6.01.03.04	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-2.011	-957
6.01.03.05	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	52.586	45.053
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-571.105	-1.010.570
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-257.292	-294.657
6.02.02	Aquisição de Investimento, Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa das Empresas Adquiridas	-41.578	-152.517

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.02.03	Aplicações em Investimentos de Curto Prazo	-1.943.230	-3.108.023
6.02.04	Resgates de Investimentos de Curto Prazo	1.692.102	2.494.570
6.02.05	Aplicações / Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-16.895	11.021
6.02.06	Prêmio Pago/Recebido - Opções de Compra de Moeda Estrangeira	0	35.048
6.02.07	Prêmio Pago/Recebido do NDF	-4.212	3.988
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-128.161	355.765
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	2.200.000	1.450.000
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-182.611	-127.078
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-2.098.338	-943.372
6.03.05	Custo de Empréstimos e Debentures (Custos de Transação)	-42.027	-24.000
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-5.185	0
6.03.07	Venda / Compra de Ações em Tesouraria	0	215
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.589	-79.762
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	152.816	134.593
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	156.405	54.831

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	416.646	199.078	178.818	0	728.932	1.523.474	0	1.523.474
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	416.646	199.078	178.818	0	728.932	1.523.474	0	1.523.474
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	308	-78.616	-98.704	0	-177.012	0	-177.012
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	308	0	0	0	308	0	308
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo Obrigatório	0	0	-78.616	0	0	-78.616	0	-78.616
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-98.704	0	-98.704	0	-98.704
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	194.561	-11.693	182.868	0	182.868
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	194.561	0	194.561	0	194.561
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-11.693	-11.693	0	-11.693
5.05.02.10	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-4.014	-4.014	0	-4.014
5.05.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	1.364	1.364	0	1.364
5.05.02.12	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	0	0	0	0	-9.043	-9.043	0	-9.043
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	57.961	-57.961	0	43.535	-43.535	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	65.962	-65.962	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-22.427	22.427	0	0	0
5.06.05	Aumento de capital mediante capitalização parcial de Reserva Especial de ágio	57.961	-57.961	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	474.607	141.425	100.202	139.392	673.704	1.529.330	0	1.529.330

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	416.646	198.438	139.470	0	803.136	1.557.690	0	1.557.690
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	416.646	198.438	139.470	0	803.136	1.557.690	0	1.557.690
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	523	-47.678	-172.500	0	-219.655	0	-219.655
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	308	0	0	0	308	0	308
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	215	0	0	0	215	0	215
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo Obrigatório	0	0	-47.678	0	0	-47.678	0	-47.678
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-172.500	0	-172.500	0	-172.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	183.085	-1.106	181.979	0	181.979
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	183.085	0	183.085	0	183.085
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.106	-1.106	0	-1.106
5.05.02.10	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-1.676	-1.676	0	-1.676
5.05.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	570	570	0	570
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	43.476	-43.476	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	65.873	-65.873	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-22.397	22.397	0	0	0
5.07	Saldos Finais	416.646	198.961	91.792	54.061	758.554	1.520.014	0	1.520.014

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
7.01	Receitas	1.693.542	1.626.201
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.684.239	1.622.498
7.01.02	Outras Receitas	3.666	1.368
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	5.637	2.335
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-694.784	-648.972
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-531.260	-499.470
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-139.094	-129.059
7.02.04	Outros	-24.430	-20.443
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-24.430	-20.443
7.03	Valor Adicionado Bruto	998.758	977.229
7.04	Retenções	-230.755	-205.115
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-224.768	-202.070
7.04.02	Outras	-5.987	-3.045
7.04.02.02	Amortização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	-5.987	-3.045
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	768.003	772.114
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	70.388	123.670
7.06.02	Receitas Financeiras	70.388	123.670
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	838.391	895.784
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	838.391	895.784
7.08.01	Pessoal	93.222	84.298
7.08.01.01	Remuneração Direta	81.690	75.440
7.08.01.02	Benefícios	5.651	3.244
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.881	5.614
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	227.851	252.223
7.08.02.01	Federais	212.632	241.433
7.08.02.02	Estaduais	14.816	10.660
7.08.02.03	Municipais	403	130
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	322.757	376.178
7.08.03.01	Juros	322.029	372.095
7.08.03.02	Aluguéis	728	4.083
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	194.561	183.085
7.08.04.02	Dividendos	98.704	172.500
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	95.857	10.585

## 1. Perfil

---

A AES Tietê Energia, é uma Companhia de capital aberto com ações listadas na B3 e está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público, na produção e comercialização de energia elétrica e na condição de produtor independente de energia.

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

Com um parque gerador hidrelétrico formado por nove usinas hidrelétricas e três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), a Companhia atua no Brasil desde 1999 na geração e na comercialização de energia elétrica.

As concessões das usinas hidrelétricas da AES Tietê Energia e da PCH Mogi-Guaçu vencem em 2029 e as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032.

Além da fonte hidráulica, a Companhia incluiu em seu portfólio ativos eólicos e solares, conforme abaixo:

O Complexo Eólico Alto Sertão II, adquirido pela Companhia em agosto de 2017, possui capacidade instalada de 386,0 MW e energia contratada por 20 anos por meio dos leilões de LER e LEN realizados em 2010 e 2011, cujos contratos expiram em 2033. Os parques possuem licença de operação de 35 anos (2048). A garantia física dos Parques é de 184,7 MWm.

O Complexo Solar Guaimbê possui capacidade instalada de 150 MW e energia contratada por 20 anos, por meio do leilão de LER realizado em 2014, cujos contratos expiram em 2037. Os parques possuem licença de operação de 35 anos (2050). A garantia física do Complexo é de 29,5 MWm.

O Complexo Solar Ouroeste, possui capacidade instalada de 144 MW e é dividido em duas Fases:

- a. Planta Solar Boa Hora (“Fase 1”), com capacidade instalada de 69 MW e garantia física de 15,9 MWm, foi outorgada no Leilão de Energia de Reserva realizado em 13 de novembro de 2015 com energia contratada por 20 anos (2038) e autorização para operar por mais 15 anos (2051). A Fase 1 entrou em operação em 14 de agosto de 2019 e já contribui para os resultados da Companhia; e
- b. Planta Solar AGV (“Fase 2”), com capacidade instalada de 75 MW e garantia física de 19,8 MWm, foi comercializada pela Companhia no Leilão de Energia de Reserva realizado em 18 de dezembro de 2017 com energia contratada por 20 anos (2040) e autorização de operação de mais 15 anos (2053). A Fase 2 entrou em operação em teste em outubro de 2019, mais de um ano antes do início de seu PPA.

## 1.1 Desempenho econômico-financeiro

Em milhares de reais	9M19	9M18	Var. R\$	Var. %
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>1.687.905</b>	<b>1.623.865</b>	<b>64.040</b>	<b>3,9%</b>
Deduções da receita operacional bruta	(166.191)	(167.013)	822	-0,5%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.521.714</b>	<b>1.456.852</b>	<b>64.862</b>	<b>4,5%</b>
Custos e despesas operacionais	(997.718)	(918.323)	(79.395)	8,6%
<b>Lucro bruto</b>	<b>523.996</b>	<b>538.529</b>	<b>(14.533)</b>	<b>-2,7%</b>
Amortização do intangível e mais valia em aquisições	(5.987)	(3.045)	(2.942)	96,6%
Resultado financeiro	(254.804)	(252.806)	(1.998)	0,8%
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>263.205</b>	<b>282.678</b>	<b>(19.473)</b>	<b>-6,9%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(68.644)	(99.593)	30.949	-31,1%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>194.561</b>	<b>183.085</b>	<b>11.476</b>	<b>6,3%</b>

Em milhares de reais - Consolidado

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, a Companhia auferiu um lucro líquido no montante de R\$194.561 ante um lucro líquido de R\$183.085 no mesmo período do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram o aumento de 6,3% do resultado da Companhia.

## 1.2 Receita operacional líquida

	9M19		9M18		GWh	R\$
	GWh	R\$	GWh	R\$	Var. %	Var. %
Contratos bilaterais	7.962	1.332.294	7.137	1.201.977	11,6%	10,8%
Mercado de curto prazo						
MRE	1.535	16.714	138	13	1012,3%	128.469,2%
SPOT	250	59.498	730	236.381	-65,8%	-74,8%
Outros	-	25.912	-	12.718	-	103,7%
Leilão - Outras empresas	(1)	-	174	27.052	-100,6%	-100,0%
Contratos de energia eólicos	1.149	192.588	751	131.742	53,0%	46,2%
Contratos de energia solares	196	56.006	18	4.910	988,9%	1.040,7%
Partes relacionadas (nota 29.1)	-	1.227	-	7.704	-	-84,1%
Outras receitas	-	3.666	-	1.368	-	168,0%
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>11.091</b>	<b>1.687.905</b>	<b>8.948</b>	<b>1.623.865</b>	<b>23,9%</b>	<b>3,9%</b>
Deduções da receita operacional bruta		(166.191)		(167.013)		-0,5%
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>1.521.714</b>		<b>1.456.852</b>		<b>4,5%</b>

Em milhares de reais - Consolidado

O aumento de 4,5% da receita operacional líquida é explicado principalmente pelo:

- aumento de receita proveniente dos contratos bilaterais, no montante de R\$130.317, principalmente em função do maior volume (7.962 GWh nos 9M19 ante 7.137 GWh nos 9M18);
- aumento da receita proveniente dos contratos de energia eólicos no montante de R\$60.846, pela descontratação de parte da energia pelo MCSD no ano de 2018 que não se repetiu (a energia descontratada era vendida dentro do grupo e conseqüentemente eliminada na consolidação);



- receita proveniente dos contratos de energia solares no montante de R\$51.096, devido à entrada em operação do Complexo Solar Guaimbê (LER), em setembro de 2018;

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- redução de receita proveniente da venda no mercado de curto prazo no montante de R\$176.883, principalmente em função da estratégia de alocação de energia do período com consequente menor volume de sobra de energia para liquidação no SPOT e menor PLD médio do período (R\$ 209,9/MWh nos 9M19 vs. R\$ 332,3/MWh nos 9M18).

### 1.3 Custos e despesas operacionais

Em milhares de reais	9M19	9M18	Var. R\$	Var. %
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>(528.251)</b>	<b>(472.686)</b>	<b>(55.565)</b>	<b>11,8%</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(367.333)	(325.667)	(41.666)	12,8%
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	(114.572)	(110.559)	(4.013)	3,6%
Taxa de fiscalização	(7.570)	(5.834)	(1.736)	29,8%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(38.927)	(30.626)	(8.301)	27,1%
Ressarcimento	151	-	151	0,0%
<b>Custo de operação</b>	<b>(469.467)</b>	<b>(445.637)</b>	<b>(23.830)</b>	<b>5,3%</b>
Pessoal e administradores	(102.001)	(95.642)	(6.359)	6,6%
Material e serviços de terceiros	(121.608)	(125.605)	3.997	-3,2%
Entidade de previdência privada	(5.651)	(3.244)	(2.407)	74,2%
Depreciação e amortização	(219.987)	(198.932)	(21.055)	10,6%
Outros	(20.220)	(22.214)	1.994	-9,0%
<b>Total dos custos e despesas operacionais</b>	<b>(997.718)</b>	<b>(918.323)</b>	<b>(79.395)</b>	<b>8,6%</b>

*Em milhares de reais - Consolidado*

Os custos e despesas operacionais no período findo em 30 de setembro de 2019 apresentaram um aumento de R\$79.395 ou 8,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, explicada principalmente por:

- aumento de 12,8% ou R\$41.666 no custo com energia comprada para revenda, ocasionado principalmente pela estratégia de compra antecipada de energia para mitigação de risco hidrológico que teve maior impacto no segundo trimestre de 2019;
- aumento da depreciação e amortização no montante de R\$21.055, principalmente devido à adição de novos ativos ao portfólio, como o Complexo Solar Guaimbê e o Complexo Solar Ouroeste.
- aumento de 27,1% ou R\$ 8.301 no custo da CFURH decorrente do reajuste anual de 4,53% da TAR (Tarifa Atualizada de Referência) e da maior geração hídrica no período.
- despesas com encargos do uso do sistema de transmissão e conexão, que tiveram aumento de R\$4.013 ou 3,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo do reajuste da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST-rb) dos contratos de conexão das usinas hidrelétricas (TUSDg) da Companhia; e

## 1.4 Resultado financeiro

---

Nos 9M19 o resultado financeiro líquido consolidado totalizou uma despesa de R\$254.804 ou 0,8 % superior à despesa apresentada nos 9M18. Contribuiu para esse desempenho:

- redução da receita de juros sobre aplicações financeiras (R\$60.544 nos 9M19 ante R\$84.822 nos 9M18), devido principalmente ao menor saldo médio das aplicações financeiras e pela menor taxa de juros CDI entre os períodos comparados (de 6,27%, nos 9M19 ante 6,50% nos 9M18);
- efeito negativo de R\$15.098 referente à marcação a mercado das operações de derivativos para compra de equipamentos de geração solar para os parques em construção, que aconteceram em 2018 e não se repetiram em 2019;
- pagamento de prêmio de resgate antecipado no montante de R\$6.122 em função do pré-pagamento da 1ª série da 6ª Emissão de Debêntures, o que não ocorreu nos 9M18;
- maior atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos em R\$4.314, em função do maior saldo médio de dívida em 2019, compensado parcialmente pelo menor CDI e IPCA acumulado no período;
- maiores encargos de dívida no montante de R\$2.470, principalmente em função do pré-pagamento da 1ª série da 6ª debêntures e 1ª série da 7ª emissão de debêntures, com a consequente baixa dos respectivos saldos dos custos diferidos.

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- efeito positivo de R\$21.786 referente à atualização monetária da liminar obtida na discussão do GSF, devido a menor variação acumulada do IGP-M no período (4,10% nos 9M19 ante 8,30% nos 9M18);
- efeito positivo de R\$16.132 devido ao aumento de juros capitalizados (R\$21.676 nos 9M19 ante R\$5.544 nos 9M18) em função do aumento do ativo qualificável para capitalização oriundo da construção do Complexo Solar Ouroeste;
- redução das despesas com cartas fiança e seguros garantia em R\$7.975, em função da conclusão física dos parques do Complexo Solar Alto Sertão II e consequente liberação das garantias exigidas nos contratos de financiamentos;
- efeito positivo de R\$5.336 em função da variação cambial em processo judicial que discute a aquisição obrigatória pela Companhia de energia oriunda de Itaipú; e
- efeito positivo de R\$866 de variação cambial sobre os fornecedores da construção do Complexo Solar Ouroeste, devido à valorização do real ante ao dólar americano no período de dezembro de 2018 a junho de 2019.

**Notas Explicativas**

**AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
 Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	133.989	103.591	156.405	152.816
Investimentos de curto prazo	4	1.041.156	848.268	1.129.056	881.148
Contas a receber de clientes	5	228.578	378.042	298.098	438.825
Conta de ressarcimento	19	-	-	1.814	-
Tributos e contribuições sociais compensáveis	6	78.477	13.822	89.036	21.859
Instrumentos financeiros derivativos	30	-	2.723	131	2.723
Cauções e depósitos vinculados	9	39.380	35.410	110.604	73.790
Outros créditos		14.357	11.334	31.111	24.861
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.535.937</b>	<b>1.393.190</b>	<b>1.816.255</b>	<b>1.596.022</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Contas a receber de clientes	5	13.075	13.075	13.075	13.075
Conta de ressarcimento	19	-	-	2.374	2.541
Tributos e contribuições sociais compensáveis	6	127	225	128	226
Contas a receber de partes relacionadas	29	9.656	-	-	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	-	-	2.849	1.276
Créditos fiscais de ágios incorporados	8	111.506	123.576	111.506	123.576
Cauções e depósitos vinculados	9	48.097	69.641	144.323	159.765
Outros créditos		1.395	1.804	1.429	1.880
Investimento	10	2.928.025	1.797.605	-	-
Imobilizado, líquido	11	2.835.018	2.912.681	5.556.658	5.487.291
Intangível	12	37.980	42.711	216.317	216.953
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>5.984.879</b>	<b>4.961.318</b>	<b>6.048.659</b>	<b>6.006.583</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>7.520.816</b>	<b>6.354.508</b>	<b>7.864.914</b>	<b>7.602.605</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas



## AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Controladora		Consolidado		
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018	
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	13	1.171.627	1.047.239	1.217.806	1.111.808
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	45.546	57.701	70.523	120.927
Passivo de arrendamento	16	455	-	851	-
Conta de ressarcimento	19	-	-	39.333	12.384
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	75.710	40.638	78.818	43.508
Outros tributos a pagar		11.631	6.791	13.818	8.916
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		36.294	41.585	36.294	41.585
Obrigações sociais e trabalhistas	17	25.225	24.304	25.289	24.573
Provisões para processos judiciais e outros	20	2.278	3.933	40.924	36.410
Instrumentos financeiros derivativos	30	1.292	-	1.292	2.861
Encargos setoriais	21	20.772	11.921	20.932	12.004
Outras obrigações	22	41.956	23.002	13.549	26.099
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.432.786</b>	<b>1.257.114</b>	<b>1.559.429</b>	<b>1.441.075</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	4.006.205	2.985.659	4.154.241	4.007.001
Passivo de arrendamento	16	14.792	-	44.052	-
Conta de ressarcimento	19	-	-	17.442	34.748
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	342.167	367.588	342.289	367.662
Obrigações com entidade de previdência privada	18	36.141	32.139	36.141	32.139
Obrigações sociais e trabalhistas	17	466	855	466	855
Provisões para processos judiciais e outros	20	100.651	92.491	100.651	92.491
Encargos setoriais	21	10.479	15.788	10.479	15.788
Outras obrigações	22	47.799	79.400	70.394	87.372
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>4.558.700</b>	<b>3.573.920</b>	<b>4.776.155</b>	<b>4.638.056</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social subscrito e integralizado		474.607	416.646	474.607	416.646
Reserva de capital	23.1	141.425	199.078	141.425	199.078
Reservas de lucros	23.1	100.202	178.818	100.202	178.818
- Legal	23.1	83.329	83.329	83.329	83.329
- Reserva de investimentos	23.1	16.873	16.873	16.873	16.873
- Proposta de distribuição de dividendos adicionais	23.1	-	78.616	-	78.616
Ajustes de avaliação patrimonial	23.1	700.094	743.629	700.094	743.629
Outros resultados abrangentes	23.1	(26.390)	(14.697)	(26.390)	(14.697)
Lucros acumulados		139.392	-	139.392	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.529.330</b>	<b>1.523.474</b>	<b>1.529.330</b>	<b>1.523.474</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>7.520.816</b>	<b>6.354.508</b>	<b>7.864.914</b>	<b>7.602.605</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas



## AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

Notas	Controladora				Consolidado				
	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018	
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>25</b>	<b>422.833</b>	<b>1.273.241</b>	<b>496.366</b>	<b>1.304.633</b>	<b>525.015</b>	<b>1.521.714</b>	<b>564.844</b>	<b>1.456.852</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>									
<b>Custo com Energia Elétrica</b>									
Energia elétrica comprada para revenda	26	(137.708)	(369.774)	(252.586)	(404.811)	(137.720)	(367.333)	(224.303)	(325.667)
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	26	(33.462)	(99.529)	(34.260)	(98.734)	(38.757)	(114.572)	(38.338)	(110.559)
Taxa de fiscalização		(2.042)	(6.127)	(1.698)	(5.095)	(2.522)	(7.570)	(1.947)	(5.834)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(14.091)	(38.927)	(9.373)	(30.626)	(14.091)	(38.927)	(9.373)	(30.626)
Ressarcimento		-	-	-	-	4.314	151	-	-
<b>Custo de Operação</b>									
Pessoal e administradores		(35.904)	(100.878)	(30.039)	(93.060)	(36.021)	(102.001)	(30.791)	(95.642)
Entidade de previdência privada	18	(1.784)	(5.670)	(1.067)	(3.223)	(1.785)	(5.651)	(1.072)	(3.244)
Serviços de terceiros		(18.168)	(67.884)	(19.857)	(73.061)	(29.752)	(106.938)	(46.611)	(114.029)
Material		(3.696)	(9.013)	(2.141)	(6.143)	(6.477)	(14.670)	2.584	(11.576)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	20	1.046	126	(135)	(1.241)	1.046	35	(135)	(1.241)
Depreciação e amortização		(42.933)	(128.937)	(45.105)	(132.130)	(66.740)	(219.987)	(69.300)	(198.932)
Outras receitas e despesas operacionais	27	(221)	(10.281)	(5.231)	(17.505)	(9.068)	(20.255)	(6.575)	(20.973)
<b>TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS</b>		<b>(288.963)</b>	<b>(836.894)</b>	<b>(401.492)</b>	<b>(865.629)</b>	<b>(337.573)</b>	<b>(997.718)</b>	<b>(425.861)</b>	<b>(918.323)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>133.870</b>	<b>436.347</b>	<b>94.874</b>	<b>439.004</b>	<b>187.442</b>	<b>523.996</b>	<b>138.983</b>	<b>538.529</b>
Resultado de equivalência patrimonial	10	49.254	65.670	17.022	16.733	-	-	-	-
Realização de intangível e mais valia gerado em aquisições	10	(2.608)	(1.829)	(2.608)	(7.610)	(4.020)	(5.987)	(984)	(3.045)
Receitas financeiras	28	23.459	59.415	31.361	84.493	26.388	67.226	30.399	87.698
Despesas financeiras	28	(84.423)	(299.740)	(98.205)	(271.411)	(84.845)	(326.817)	(121.149)	(356.243)
Variações cambiais, líquidas	28	(4.437)	(3.856)	4.604	12.851	(6.546)	4.787	2.815	15.739
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(65.401)</b>	<b>(244.181)</b>	<b>(62.240)</b>	<b>(174.067)</b>	<b>(65.003)</b>	<b>(254.804)</b>	<b>(87.935)</b>	<b>(252.806)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>115.115</b>	<b>256.007</b>	<b>47.048</b>	<b>274.060</b>	<b>118.419</b>	<b>263.205</b>	<b>50.064</b>	<b>282.678</b>
Contribuição social	7	(7.552)	(21.206)	(3.955)	(26.597)	(8.631)	(24.318)	(5.037)	(29.287)
Imposto de renda	7	(15.159)	(52.224)	(10.671)	(71.346)	(17.138)	(57.883)	(12.268)	(76.482)
Contribuição social diferida	7	1.266	3.233	725	2.339	1.170	3.687	335	1.901
Imposto de renda diferido	7	3.439	8.751	2.221	4.629	3.289	9.870	2.274	4.275
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>(18.006)</b>	<b>(61.446)</b>	<b>(11.680)</b>	<b>(90.975)</b>	<b>(21.310)</b>	<b>(68.644)</b>	<b>(14.696)</b>	<b>(99.593)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>97.109</b>	<b>194.561</b>	<b>35.368</b>	<b>183.085</b>	<b>97.109</b>	<b>194.561</b>	<b>35.368</b>	<b>183.085</b>
<b>Lucro por ação (em reais)</b>									
Básico	24.1	0,04895	0,09861	0,01798	0,09306	0,04895	0,09861	0,01798	0,09306
Diluído	24.1	0,04796	0,09608	0,01714	0,08871	0,04796	0,09608	0,01714	0,08871

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas****AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS**
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
 Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora				Consolidado			
	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	97.109	194.561	35.368	183.085	97.109	194.561	35.368	183.085
Outros resultados abrangentes:								
- Itens que serão reclassificados para o resultado no futuro								
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	749	(9.043)	-	-	-	-	-	-
Ganhos (Perdas) em operações de hedge de fluxo de caixa originados no período	(131)	(4.014)	1.843	(1.676)	826	(13.012)	1.843	(1.676)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	44	1.364	(626)	570	(164)	1.319	(626)	570
<b>TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>97.771</b>	<b>182.868</b>	<b>36.585</b>	<b>181.979</b>	<b>97.771</b>	<b>182.868</b>	<b>36.585</b>	<b>181.979</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas



## AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Reservas de capital					Reservas de Lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Reserva especial de ágio	Remuneração de bens e direitos	Opções de ações outorgadas	Outras reservas de capital	Ações em tesouraria	Legal	Reserva de investimentos					Proposta de distribuição de dividendos adicionais
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>416.646</b>	<b>186.570</b>	<b>9.405</b>	<b>2.414</b>	<b>117</b>	<b>(68)</b>	<b>83.329</b>	<b>8.463</b>	<b>47.678</b>	<b>801.742</b>	<b>1.394</b>	<b>-</b>	<b>1.557.690</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	183.085	183.085
<b>Resultado abrangente total:</b>													
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.576)	-	(1.576)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	570	-	570
<b>Transações com os acionistas:</b>													
Remuneração com base em ações	-	-	-	308	-	-	-	-	-	-	-	-	308
Venda de ações em tesouraria	-	-	-	-	147	68	-	-	-	-	-	-	215
Distribuição de dividendos complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.678)
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.678)	-	-	(172.500)	(172.500)
<b>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</b>													
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(65.873)	-	65.873	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.397	-	(22.397)	-
<b>Saldos em 30 de setembro de 2018</b>	<b>416.646</b>	<b>186.570</b>	<b>9.405</b>	<b>2.722</b>	<b>264</b>	<b>-</b>	<b>83.329</b>	<b>8.463</b>	<b>-</b>	<b>758.266</b>	<b>288</b>	<b>-</b>	<b>1.520.014</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>416.646</b>	<b>186.570</b>	<b>9.405</b>	<b>2.839</b>	<b>264</b>	<b>-</b>	<b>83.329</b>	<b>16.873</b>	<b>78.616</b>	<b>743.629</b>	<b>(14.697)</b>	<b>-</b>	<b>1.523.474</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	194.561	194.561
<b>Resultado abrangente total:</b>													
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.014)	-	(4.014)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.364	-	1.364
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.043)	-	(9.043)
<b>Transações com os acionistas:</b>													
Remuneração com base em ações	-	-	-	308	-	-	-	-	-	-	-	-	308
Distribuição de dividendos complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(78.616)
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(98.704)	(98.704)
<b>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</b>													
Aumento de capital mediante capitalização parcial da Reserva Especial de ágio	57.961	(57.961)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(65.962)	-	65.962	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.427	-	(22.427)	-
<b>Saldos em 30 de setembro de 2019</b>	<b>474.607</b>	<b>128.609</b>	<b>9.405</b>	<b>3.147</b>	<b>264</b>	<b>-</b>	<b>83.329</b>	<b>16.873</b>	<b>-</b>	<b>700.094</b>	<b>(26.390)</b>	<b>139.392</b>	<b>1.529.330</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas



**AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
 Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2019 a 30.09.2019	01.01.2018 a 30.09.2018	01.01.2019 a 30.09.2019	01.01.2018 a 30.09.2018
<b>Atividades operacionais:</b>				
Lucro líquido do período	194.561	183.085	194.561	183.085
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	131.710	133.259	222.760	200.061
Realização de intangível e mais valia gerado em aquisições	1.829	7.610	5.987	3.045
Amortização do uso do bem público (UBP)	2.008	2.009	2.008	2.009
Variação monetária e cambial	52.745	78.007	52.910	78.007
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	(2.335)	-	(2.335)
Provisão para processos judiciais e outros	2.812	5.361	2.812	5.361
Marcação a mercado da opção	-	(22.102)	-	(22.102)
Marcação a mercado do NDF	-	-	(7.779)	(775)
Custo de empréstimos (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	237.179	190.990	258.537	269.983
Juros sobre passivo de arrendamento	594	-	4.702	-
Fundo de pensão/Plano de assistência - Deliberação CVM 695	5.102	2.529	5.102	2.529
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(49.566)	(69.047)	(52.481)	(69.444)
Baixa de bens do ativo	2.940	1.340	12.839	1.340
Resultado de equivalência patrimonial	(65.670)	(16.733)	-	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	(11.984)	(6.968)	(13.557)	(6.176)
Ações e opções de ações outorgadas	308	308	308	308
<b>Redução (aumento) dos ativos:</b>				
Contas a receber de clientes	149.464	(82.849)	140.727	(91.436)
Tributos e contribuições sociais compensáveis	(8.542)	(8.016)	(10.238)	(10.949)
Contas a receber de partes relacionadas	(651)	-	-	-
Conta de ressarcimento ativo	-	-	-	(916)
Outros créditos	(2.614)	(8.854)	(6.627)	13.079
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>				
Fornecedores	78.853	190.673	61.329	141.968
Conta de ressarcimento	-	-	7.996	(15.697)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	73.430	97.943	82.201	108.811
Outros tributos a pagar	4.840	236	4.902	785
Obrigações sociais e trabalhistas	532	2.352	327	2.346
Encargos setoriais	3.542	(2.348)	3.619	(2.348)
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	-	4.278
Outras obrigações	126	19.707	1.561	20.512
	<b>803.548</b>	<b>696.157</b>	<b>974.506</b>	<b>815.329</b>
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	(203.553)	(132.605)	(220.508)	(195.450)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(91.692)	(77.117)	(100.618)	(87.937)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	(1.100)	(995)	(1.100)	(995)
Pagamento de processos judiciais e outros	(2.113)	(957)	(2.011)	(957)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	51.817	43.681	52.586	45.053
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>556.907</b>	<b>528.164</b>	<b>702.855</b>	<b>575.043</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(46.969)	(38.672)	(257.292)	(294.657)
Aumento de capital em controladas	(206.463)	(374.933)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	(854.791)	(21.716)	-	-
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	(34.103)	(50.000)	(41.578)	(152.517)
Prêmio pago/recebido - opções de compra de moeda estrangeira	-	35.048	-	35.048
Liquidação de instrumento derivativo - NDF	-	-	(4.212)	3.988
Aplicações em investimentos de curto prazo	(1.858.878)	(2.874.040)	(1.943.230)	(3.108.023)
Resgates de investimentos de curto prazo	1.661.058	2.315.964	1.692.102	2.494.570
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	21.456	42.743	(16.895)	11.021
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	<b>(1.318.690)</b>	<b>(965.606)</b>	<b>(571.105)</b>	<b>(1.010.570)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	2.200.000	1.450.000	2.200.000	1.450.000
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(182.611)	(127.078)	(182.611)	(127.078)
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(1.182.380)	(900.454)	(2.098.338)	(943.372)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	(801)	-	(5.185)	-
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(42.027)	(24.000)	(42.027)	(24.000)
Venda de ações em tesouraria	-	215	-	215
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos</b>	<b>792.181</b>	<b>398.683</b>	<b>(128.161)</b>	<b>355.765</b>
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>30.398</b>	<b>(38.759)</b>	<b>3.589</b>	<b>(79.762)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	103.591	44.294	152.816	134.593
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>133.989</b>	<b>5.535</b>	<b>156.405</b>	<b>54.831</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas



## AES TIETÊ ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
 Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2019 a 30.09.2019	01.01.2018 a 30.09.2018	01.01.2019 a 30.09.2019	01.01.2018 a 30.09.2018
<b>1. RECEITAS</b>	<b>1.433.849</b>	<b>1.464.538</b>	<b>1.693.542</b>	<b>1.626.201</b>
Receita bruta de venda de energia	1.427.129	1.461.818	1.684.239	1.622.498
Outras receitas operacionais	1.545	385	3.666	1.368
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	5.175	2.335	5.637	2.335
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(626.384)</b>	<b>(668.243)</b>	<b>(694.784)</b>	<b>(648.972)</b>
Materiais	(9.295)	(6.399)	(14.952)	(11.832)
Serviços de terceiros	(84.657)	(75.771)	(124.142)	(117.227)
Custo da energia comprada e transmissão	(518.658)	(566.789)	(531.260)	(499.470)
Doações	-	-	-	-
Outros custos operacionais	(13.774)	(19.284)	(24.430)	(20.443)
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>807.465</b>	<b>796.295</b>	<b>998.758</b>	<b>977.229</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>	<b>(135.547)</b>	<b>(142.878)</b>	<b>(230.755)</b>	<b>(205.115)</b>
Depreciação e amortização	(133.718)	(135.268)	(224.768)	(202.070)
Realização de intangível e mais valia gerado em aquisições	(1.829)	(7.610)	(5.987)	(3.045)
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>671.918</b>	<b>653.417</b>	<b>768.003</b>	<b>772.114</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>128.023</b>	<b>130.764</b>	<b>70.388</b>	<b>123.670</b>
Resultado da equivalência patrimonial	65.670	16.733	-	-
Receitas financeiras	62.353	114.031	70.388	123.670
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>799.941</b>	<b>784.181</b>	<b>838.391</b>	<b>895.784</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>799.941</b>	<b>784.181</b>	<b>838.391</b>	<b>895.784</b>
<b>Pessoal</b>	<b>92.241</b>	<b>82.054</b>	<b>93.222</b>	<b>84.298</b>
Remuneração e encargos	70.346	60.791	71.204	62.506
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	10.429	12.582	10.486	12.934
Previdência privada	5.670	3.223	5.651	3.244
FGTS	5.796	5.458	5.881	5.614
<b>Tributos (Governos)</b>	<b>208.495</b>	<b>233.288</b>	<b>227.851</b>	<b>252.223</b>
<b>Federais</b>	<b>134.055</b>	<b>171.028</b>	<b>150.156</b>	<b>189.111</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	61.446	90.975	68.644	99.593
COFINS	47.859	54.241	55.084	61.736
PIS	10.443	11.583	11.998	13.194
INSS	10.907	10.675	10.989	10.934
Encargos sociais - Outros	3.400	3.554	3.441	3.654
<b>Estaduais</b>	<b>13.114</b>	<b>10.655</b>	<b>14.816</b>	<b>10.660</b>
ICMS	12.900	10.655	14.562	10.655
Outros	214	-	254	5
<b>Municipais</b>	<b>293</b>	<b>22</b>	<b>403</b>	<b>130</b>
IPTU	293	20	294	20
ISS	-	2	109	110
<b>Encargos setoriais</b>	<b>61.033</b>	<b>51.583</b>	<b>62.476</b>	<b>52.322</b>
Pesquisa e desenvolvimento	12.214	12.645	12.214	12.645
Taxa de fiscalização - ANEEL	6.127	5.095	7.570	5.834
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	42.692	33.843	42.692	33.843
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>304.644</b>	<b>285.754</b>	<b>322.757</b>	<b>376.178</b>
Juros	303.596	283.977	322.029	372.095
Aluguéis	1.048	1.777	728	4.083
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>194.561</b>	<b>183.085</b>	<b>194.561</b>	<b>183.085</b>
Lucros retidos	95.857	10.585	95.857	10.585
Dividendos	98.704	172.500	98.704	172.500

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas



## 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Tietê Energia S.A. (“Tietê”, “Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, cuja sede está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

O início das operações da Companhia ocorreu em 1º de abril de 1999, após processo de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo - Cesp, e consequente privatização da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê (atualmente Tietê) por meio do Edital de Privatização nº SF/002/99. A Companhia está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de duração de 30 anos vencendo em 2029. Adicionalmente, a Companhia possui as seguintes unidades produtoras de energia eólica e solar: Complexo Alto Sertão II e Complexo Solar Guaimbê, em operação comercial e Complexo Solar Ouroeste, que inclui a Planta Solar Boa Hora, que iniciou sua operação comercial em agosto de 2019 e Planta Solar Água Vermelha, em construção, conforme detalhado a seguir nessa nota.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil Ltda. e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

Os parques geradores em operação possuem uma capacidade instalada total de 3.263,7 MW e garantia física de 1.477 MWm, compostos pelos seguintes parques geradores:

Em 30 de setembro de 2019, o percentual da energia assegurada vendida para o portfólio consolidado é de 80%, 80%, 70%, 77% e 71%, para 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 respectivamente, com preços médios de R\$ 170/MWh e R\$ 174/MWh para 2019 e 2020.

### 1.1 Geração hidroelétrica

Parque Gerador	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
<b>Usinas Hidrelétricas (UHE)</b>				
Água Vermelha	1978	6	1.396,2	731,0
Nova Avanhandava	1982	3	347,4	132,1
Promissão	1975	3	264,0	98,8
Bariri	1969	3	143,1	62,7
Barra Bonita	1963	4	140,8	47,8
Ibitinga	1969	3	131,5	70,3
Euclides da Cunha	1960	4	108,9	49,2
Caconde	1966	2	80,5	33,2
Limoeiro	1958	2	32,0	14,8
<b>Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)</b>				
Mogi-Guaçu	1994	2	7,2	4,0
São José	2012	2	4,0	2,0
São Joaquim	2011	1	3,0	1,0
<b>Total</b>		<b>35</b>	<b>2.658,6</b>	<b>1.246,9</b>

#### Comercialização de energia hidroelétrica

A Companhia utiliza-se de estratégia de comercialização de energia dinâmica e ativa de curto, médio e longo prazos para a mitigação de exposição ao risco hidrológico.

## Notas Explicativas



A estratégia da Companhia é de gerir o portfólio de suas unidades produtoras de energia hídrica, com monitoramento constante das exposições mensais, buscando oportunidades comerciais tanto para mitigar riscos de exposições ao mercado de curto prazo como para gerar valor a Companhia. Adicionalmente, a Companhia persiste em buscar uma composição de contratação para a melhor gestão do risco hidrológico e melhores preços de contratos no ambiente livre.

### 1.2 Geração eólica

#### Complexo Eólico Alto Sertão II

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW (i)
<b><u>Eólico</u></b>									
Ametista	LEN 02/2011	135/2012	15/03/12	14/03/47	35 anos	2015	17	28,6	11,4
Araçás	LER 05/2010	241/2011	08/04/11	07/03/46	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Borgo	LEN 02/2011	222/2012	16/04/12	15/04/47	35 anos	2016	12	20,2	10,4
Caetité	LEN 02/2011	167/2012	23/03/12	14/03/47	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Da Prata	LER 05/2010	177/2011	28/03/11	27/03/46	35 anos	2014	13	21,8	10,1
Dourados	LEN 02/2011	130/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,4
Espigão	LEN 02/2011	172/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	LEN 02/2011	107/2012	12/03/12	11/03/47	35 anos	2015	18	30,2	12,5
Morrão	LER 05/2010	268/2011	25/04/11	24/04/46	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Pelourinho	LEN 02/2011	168/2012	23/03/12	22/03/47	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Pilões	LEN 02/2011	128/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	18	30,2	11,4
Seraíma	LER 05/2010	332/2011	31/05/11	30/05/46	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Serra do Espinhaço	LEN 02/2011	171/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	11	18,5	10,6
Tanque	LER 05/2010	330/2011	30/05/11	29/05/46	35 anos	2014	18	30,0	13,9
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	161/2011	21/03/11	20/03/46	35 anos	2014	14	23,5	10,1
<b>Total</b>							<b>230</b>	<b>386,1</b>	<b>184,7</b>

- (i) Em janeiro de 2019, houve revisão da Garantia Física dos parques do LEN, fundamentada na geração de energia histórica acumulada. Portanto, a garantia física do Complexo Eólico de Alto Sertão II passou a ser de 184,7 MWm (192,7 MWm em 31 de dezembro de 2018).

#### Comercialização de energia do Complexo Eólico Alto Sertão II

Em 26 de maio de 2011, as controladas indiretas Da Prata, Araçás, Morrão, Seraíma, Tanque e Ventos do Nordeste assinaram contrato de energia de reserva (CER) na modalidade quantidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderão toda sua produção de energia elétrica, por um prazo de 20 anos.

Em 13 de agosto de 2012, as controladas indiretas Ametista, Borgo, Caetité, Dourados, Espigão, Maron, Pelourinho, Pilões e Serra do Espinhaço assinaram Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com diversas distribuidoras de energia, por meio do qual venderão toda sua produção de energia elétrica, a partir de 1º de janeiro de 2016 com prazo final em dezembro de 2035.

## Notas Explicativas



Em 30 de setembro de 2019, a comercialização de energia contratada do Complexo Eólico Alto Sertão II no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Compradora	Energia anual contratada MWh (i)		Preço Médio atualizado MWh		Índice de correção		Mês de reajuste
					Inicial	Final			
Da Prata	LER 05/2010	CCEE	87.261	197,09	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Araçás	LER 05/2010	CCEE	116.325	197,09	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Morrão	LER 05/2010	CCEE	128.772	197,09	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Seraíma	LER 05/2010	CCEE	132.247	197,09	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Tanque	LER 05/2010	CCEE	114.427	197,09	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	CCEE	88.476	197,09	set/13	ago/33	IPCA	setembro	
<b>Subtotal</b>			<b>667.508</b>						
Ametista	LEN 02/2011	Distribuidoras	121.764	155,19	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Borgo	LEN 02/2011	Distribuidoras	84.972	153,96	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Caetité	LEN 02/2011	Distribuidoras	125.268	154,21	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Dourados	LEN 02/2011	Distribuidoras	115.632	154,17	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Espigão	LEN 02/2011	Distribuidoras	42.924	156,01	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Maron	LEN 02/2011	Distribuidoras	120.888	154,85	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Pelourinho	LEN 02/2011	Distribuidoras	103.368	154,73	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Pilões	LEN 02/2011	Distribuidoras	114.756	152,98	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
Serra Espinhaço	LEN 02/2011	Distribuidoras	77.964	152,37	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro	
<b>Subtotal</b>			<b>907.536</b>						
<b>Total</b>			<b>1.575.044</b>						

(i) Em março de 2019, a CCEE efetuou correção nos valores anteriormente revisados em setembro de 2017. Dessa forma, a energia anual contratada total do LER passou de 663.185 MWh para 667.508 MWh.

## 1.3 Geração solar

## Complexo Solar Guaimbê

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
<b>Solar</b>									
Guaimbê I	6º LER	257/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê II	6º LER	258/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê III	6º LER	259/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê IV	6º LER	260/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê V	6º LER	261/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
<b>Total</b>							<b>110</b>	<b>150,0</b>	<b>29,5</b>

Em 30 de setembro de 2019, a comercialização de energia contratada no ACR está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Compradora	Energia anual contratada (MWh)		Prazo			
			Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Guaimbê 1	6º LER/2014	CCEE	51.684	282,24	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê 2	6º LER/2014	CCEE	51.684	282,24	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê 3	6º LER/2014	CCEE	51.684	282,24	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê 4	6º LER/2014	CCEE	51.684	282,24	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê 5	6º LER/2014	CCEE	51.684	282,24	out/17	set/37	IPCA	Outubro
<b>Subtotal</b>			<b>258.420</b>					

## Complexo Solar Ouroeste - Fase 1 - Planta Solar Boa Hora

Em 2017, por meio da aquisição da Planta Solar Boa Hora e comercialização da Planta AGV Solar em leilão, a Companhia adicionou o Complexo Solar Ouroeste ao seu portfólio de ativos. Com entrada em operação faseada, a primeira fase (Boa Hora) já está em operação comercial desde agosto de 2019.

## Notas Explicativas



Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
<b>Solar</b>								
Boa Hora 1	LER 09/2015	239/2016	09/06/16	08/06/2051	35 anos	2019	23	5,3
Boa Hora 2	LER 09/2015	173/2016	10/05/16	09/05/2051	35 anos	2019	23	5,3
Boa Hora 3	LER 09/2015	169/2016	09/05/16	08/05/2051	35 anos	2019	23	5,3
<b>Total</b>							<b>69</b>	<b>15,9</b>

Em 30 de setembro de 2019, a comercialização de energia contratada no ACR está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Compradora	Energia anual contratada (MWh)		Prazo			
			Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh (i)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Boa Hora 1	8º LER/2015	CCEE	46.428	343,40	nov/18	nov/38	IPCA	Novembro
Boa Hora 2	8º LER/2015	CCEE	46.428	343,40	nov/18	nov/38	IPCA	Novembro
Boa Hora 3	8º LER/2015	CCEE	46.428	343,40	nov/18	nov/38	IPCA	Novembro
<b>Subtotal</b>			<b>139.284</b>					

A Planta Solar Boa Hora (“Fase 1”) foi outorgada no Leilão de Energia de Reserva realizado em 13 de novembro de 2015 com energia contratada por 20 anos a R\$291,75/MWh (preço de venda na data do leilão), com capacidade instalada de 69 MW e garantia física de 15,9 MWm. Na data da outorga, a Companhia efetivamente obteve os direitos de seus contratos relevantes, incluindo os direitos contratuais de venda de energia e direito de exploração de autorização.

Em novembro de 2018, conforme despacho Nº 2.592, a ANEEL deslocou para 27 de novembro de 2018 a data para início de suprimento dos contratos no ambiente regulado referente às usinas do Complexo Solar Boa Hora, adiando proporcionalmente o termo final contratual. Tal alteração é decorrente do reconhecimento de um período de 26 dias de atraso como excludente de responsabilidade, afastando eventuais penalidades contratuais decorrentes deste atraso até 27 de novembro de 2018. A partir desta data, as controladas do Complexo Boa Hora provisionaram penalidades contratuais, e até 30 de junho de 2019, tinha um montante de R\$4.163. Com a entrada em operação, em agosto de 2019, a deixou de incorrer em multa e passou a atender o PPA normalmente.

#### Complexo Solar Ouroeste - Fase 2 - Planta AGV Solar

A segunda fase (AGV Solar) entrou em operação de teste em 04 de outubro de 2019. As informações detalhadas da planta AGV Solar são como seguem:

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
<b>Solar</b>								
AGV IV	Leilão 04/2017 (LEN)	244/2018	11/06/2018	10/06/2053	35 anos	2019	15	4,0
AGV V	Leilão 04/2017 (LEN)	243/2018	11/06/2018	10/06/2053	35 anos	2019	30	7,9
AGV VI	Leilão 04/2017 (LEN)	242/2018	11/06/2018	10/06/2053	35 anos	2019	30	7,9
<b>Total</b>							<b>75</b>	<b>19,8</b>

Em 18 de dezembro de 2017 a Companhia obteve no Leilão de Energia Nova o direito de comercializar, no mercado regulado, energia a ser gerada por uma planta de energia solar fotovoltaica. Os contratos deste Leilão possuem vigência de 20 anos e licença de Instalação ambiental emitida pela CETESB. Em junho de 2018, a Planta AGV Solar obteve outorga na condição de Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica, com 75 MW de capacidade instalada e 19,8 MWm de garantia física de energia.

A Companhia pretende se beneficiar da antecipação da entrada em operação comercial da AGV Solar, utilizando sua plataforma de comercialização, a energia produzida será alocada no

## Notas Explicativas



mercado livre de fonte incentivada até a data da entrada em vigor do contrato outorgado, firmado para janeiro de 2021.

### 1.4 Projetos

#### Acordo de opção de compra de projeto eólico

Em março de 2019 foi assinado acordo de opção de compra no valor de R\$1.000 para aquisição de um *pipeline* de projetos de geração eólica. A opção de compra confere o direito de exclusividade por um ano para aquisição de 500 MW de projetos *greenfield* eólico, localizados na Bahia, a ser exercida no momento em que for fechada a venda de contratos de energia de longo prazo.

#### Projetos de geração distribuída

A controlada direta Tietê Inova assinou contratos de Geração Distribuída, conforme segue: (i) Drogaria Araújo, que possui capacidade instalada de 5 MW e operação comercial prevista para o quarto trimestre de 2019; (ii) Rede de *fast food* McDonald's, contando com 5,3 MW e operação comercial prevista para o primeiro semestre de 2020 e (iii) Rede de Farmácias São João, que possui capacidade instalada de 3 MW e operação comercial prevista para o primeiro semestre de 2020.

#### Compra de ativos de geração distribuída

Em 30 de agosto de 2019, a controlada direta Tietê Inova assinou contrato de aquisição de duas sociedades de propósito específico detentoras de projetos de Geração Distribuída ("GD") em estágio avançado de desenvolvimento.

O processo de aquisição foi concluído em 04 de setembro de 2019, após todas as condições precedentes da operação terem sido atendidas. O valor total de aquisição foi de R\$8.750, sendo pagos R\$7.500 com recursos disponíveis em caixa e R\$1.250 a serem pagos em até 105 dias da assinatura do contrato, caso pendências condicionantes à viabilidade de um dos projetos sejam sanadas. Nesta mesma data, as empresas adquiridas tiveram suas denominações alteradas para AES Tietê Inova Soluções de Energia I Ltda. ("Inova I"), com 12MW de potência e AES Tietê Inova Soluções de Energia II Ltda. ("Inova II") com projetos de potência total de 9,9 MW, totalizando 21,9 MW.

A Tietê Inova planeja o início da construção das fazendas solares para dezembro de 2019. Já o início das operações comerciais ocorrerá por etapas, começando em maio de 2020 e terminando em dezembro de 2020.

### 1.5 Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previu a obrigação da Companhia de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% no período de 8 anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previu que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no estado de São Paulo ou por meio da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, emvidou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15%, que representam 398 MW.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro, que tornaram o cumprimento da obrigação de expansão, acima referida, na opinião da administração inviável. Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

## Notas Explicativas



A obrigação foi objeto de judicialização por parte do Estado de São Paulo em 2011, visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação conforme previa o Edital, sem levar em consideração as profundas mudanças experimentadas pelo setor elétrico brasileiro desde então.

Em 01 de outubro de 2018, a Companhia assinou acordo com o Estado de São Paulo, por meio do qual ambos concordam em suspender o processo judicial por até 6 anos, a partir da homologação judicial do acordo que ocorreu em 22 de janeiro de 2019, com a finalidade da Companhia cumprir o saldo remanescente de 81 MW, sem a imposição de qualquer penalidade, para que seja cumprido a totalidade da obrigação de expansão de 398 MW, o que poderá ser feito pela construção de novos projetos de geração ou, ainda, por meio de novos projetos de Geração Distribuída ou Geração Centralizada.

### Projetos vinculados à obrigação de expansão

Desde o início da concessão em 1999, a capacidade instalada do sistema de geração de energia elétrica da Companhia foi ampliada em 317 MW, sendo: 3 MW com a PCH São Joaquim, finalizada em 2011, 4 MW com a PCH São José, finalizada em 2012, dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW médios. Além disso, houve a aquisição de dois complexos solares em 2017 e 2018, compostos por: Complexo Solar Guaimbê, com 150 MW, Complexo Solar Boa Hora, com 75 MW, ambos em operação comercial. Adicionalmente, a Companhia por meio do Complexo Água Vermelha foi vencedora do Leilão de Energia Nova, com 75 MW, em operação de teste desde 05 de outubro de 2019.

O saldo remanescente de 81 MW será cumprido pela Companhia em até 6 anos, contados a partir de 01 de outubro de 2018, por meio de: (i) leilões regulados de energia elétrica em geração centralizada; (ii) aquisição de projetos de geração de energia; ou (iii) implementação de empreendimentos de geração distribuída. Uma vez cumprido o total da expansão, a Companhia estará dispensada do pagamento de qualquer penalidade por atraso.

## 2 PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS NO PERÍODO

### Emissão e resgate de debêntures

Em Reunião do Conselho de Administração Realizada em 12 de abril, foi aprovada a emissão da 9ª debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 séries, para distribuição pública com esforços restritos, no valor total de R\$2.200.000. As debêntures da 1ª série correspondem a R\$1.380.000, com vencimento em 15 de março de 2027 e as debêntures da 2ª e 3ª série correspondem respectivamente a R\$641.090 e R\$178.910, com vencimento em 15 de março de 2029, totalizando R\$2.200.000. A remuneração da 1ª série corresponde à variação acumulada de 100,00% da taxa média de juros do DI, acrescida de uma taxa contratual de 1% a.a. As 2ª e 3ª séries são atualizadas monetariamente pelo IPCA e sua remuneração calculada através de uma taxa contratual de 4,71% a.a. As características desta emissão estão detalhadas na nota explicativa nº 15.3.

Adicionalmente, a companhia efetuou (i) Resgate antecipado facultativo da 1ª série da 6ª emissão de debêntures conforme comunicado ao mercado de 10 de abril de 2019, em 18 de abril de 2019 a Companhia efetuou resgate antecipado facultativo total das debêntures da 1ª série da 6ª debênture. Os pagamentos foram como segue: (a) pagamento de juros no valor de R\$577; (b) pagamento da parcela principal no valor de R\$682.380; e (c) o pagamento do prêmio no valor de R\$6.122, realizados no dia 18 de abril de 2019; e (ii) Resgate antecipado obrigatório da 1ª série da 7ª emissão de debêntures conforme comunicado ao mercado de 12 de abril de 2019, em função da 9ª emissão de debêntures, em 23 de abril de 2019 a Companhia efetuou resgate antecipado obrigatório total das debêntures da 1ª série da 7ª emissão. Os pagamentos foram como segue: (a) pagamento de juros no valor de R\$40.280 e (b) pagamento da parcela principal no valor de R\$500.000, realizados no dia 23 de abril de 2019.

## Notas Explicativas



### Resgate antecipado do financiamento com o BNDES e o repasse do Banco do Brasil na subsidiária AES Tietê Eólica

Em 24 de abril de 2019, a Companhia realizou Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) para a controlada Nova Energia, no montante de R\$854.409. Adicionalmente, essa controlada realizou nesta mesma data os seguintes resgates antecipados: (i) do financiamento com o BNDES, no valor total de R\$651.505; e (ii) do financiamento mediante repasse do BNDES, realizado com o Banco do Brasil, no valor total de R\$246.561.

### Aquisição de ativos de geração distribuída

Em 30 de agosto de 2019, a controlada direta Tietê Inova adquiriu duas sociedades de propósito específico detentoras de projetos de geração distribuída, detalhados na nota explicativa nº 1.4.

Dessa forma, a controlada direta Tietê Inova reconheceu em suas demonstrações contábeis individuais, na rubrica “Investimentos” e nas demonstrações contábeis consolidadas, na rubrica “Intangível”, a aquisição de ativos intangíveis de direitos contratuais de venda de energia no valor de R\$8.725 (vide nota explicativa nº12). Em função deste conjunto de ativos intangíveis adquiridos incluir apenas determinados “inputs” necessários para eventualmente operar o negócio e não estão gerando “outputs”, assim como não incluir qualquer força de trabalho ou outros processos importantes para poder gerar resultados, a Companhia entende que os ativos adquiridos não constituem um negócio. Dessa forma, a aquisição não foi identificada como uma combinação de negócios.

## 3 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 28 de outubro de 2019, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e à análise do Conselho Fiscal.

### 3.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações com entidade de previdência privada e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído (“*deemed cost*”), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

## Notas Explicativas



A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Com o objetivo de divulgar nas informações contábeis intermediárias apenas os aspectos relevantes, a Companhia deixou de apresentar as notas explicativas abaixo, pois foram anteriormente divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018:

Número	Nota explicativa	Justificativa
3.2	Políticas contábeis e estimativas	(b)
3.3	Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	(a)
3.4	Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração	(a)
22	Patrimônio Líquido	(b)
22.1	Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes	(b)
23	Destinação do resultado	(a)
30.1.2	Hierarquia do valor justo	(a)
30.3 (a)	Estrutura de gerenciamento de riscos	(a)
30.3 (b.1)	Risco de crédito	(b)
30.3 (b.2)	Risco de gerenciamento de capital	(b)
30.3 (b.5)	Risco de aceleração das dívidas	(b)
30.3 (c.3)	Risco de reconstrução (volume, preço e diferença de submercado)	(a)
30.3 (c.4)	Risco de alterações na legislação tributária do Brasil	(a)
30.3 (c.5)	Risco de instabilidade cambial e econômica	(a)
30.3 (c.6)	Risco socioambiental	(a)
30.3 (c.7)	Risco de obrigação de expansão	(a)
30.3 (c.8)	Risco da escassez de vento	(a)
33	Compromissos	(a)
34	Investimentos e gastos em meio ambiente	(a)

(a) Informações idênticas às publicadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

(b) Informações e textos reduzidos, pois não houve alteração no conteúdo nas informações trimestrais.

### 3.2 Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritos nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Adicionalmente, os pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01 de janeiro de 2019 são:

#### IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil. Substitui o CPC 06 (R1)/IAS 17

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem praticamente todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a CPC 06 (R1)/IAS 17. A Companhia e suas controladas aplicaram o reconhecimento dos ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, exceto para os contratos cujo prazo seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento não seja significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre arrendamentos operacionais e financeiros.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia optou por utilizar o método retrospectivo modificado, sem reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Para implementação deste pronunciamento, ao longo do ano de 2018, a Companhia criou projeto interno e demandou esforços para implementação de sistema de TI e novos controles internos.

## Notas Explicativas



Os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração foram segregados entre aluguel de terrenos (284 contratos) e aluguel de sedes administrativas (2 contratos). Para esses arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconheceu um custo de depreciação dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Até 31 de dezembro de 2018, os pagamentos eram reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia empregou os seguintes critérios: (i) contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e (ii) contratos de arrendamento de valor acima de R\$387.

Para determinação do valor justo de arrendamento, na data de transição, aplicou-se uma taxa de desconto de 14,85% a.a. ao fluxo futuro de pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento, da autorização ou da concessão, o que for menor.

A Companhia e suas controladas reconheceram na mensuração inicial o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, individual e consolidado, nos montantes de R\$14.069 e R\$39.642, respectivamente. Adicionalmente, a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 não afetou a capacidade da Companhia de cumprir os *covenants* financeiros dos contratos das debêntures, descritos na nota explicativa nº 15.7.

### 3.3 Base de preparação e apresentação

#### Continuidade operacional

Em 30 de setembro de 2019, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e de suas controladas, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia e suas controladas preparam no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia e de suas controladas. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia e de suas controladas, podendo sofrer alterações.

## Notas Explicativas



### Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia e de suas controladas são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

### Sistema Empresas.Net

Nos quadros individuais e consolidados da “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “Empresas.net” utilizados para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a sua apresentação.

### 3.4 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

#### (a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

#### (b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços.

### 3.5 Critérios de consolidação

Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

## Notas Explicativas



As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			30.09.2019	31.12.2018
<b>Controladas diretas:</b>				
AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda. ("Tietê Inova")	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%	100%
AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda. ("Tietê Integra")	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%	100%
Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
Boa Hora 1 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 1")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 2")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 3")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. ("AGV IV")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar V Geradora de Energia S.A. ("AGV V")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. ("AGV VI")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Guaibê Solar Holding S.A. (Guaibê Holding)	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
AES Tucano Holding I S.A.	Holding	São Paulo, SP	100%	-
<b>Controladas indiretas:</b>				
AES Tietê Eólica Participações S.A. ("Tietê Eólica")	Holding	São Paulo, SP	100%	100%
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Igaporã, BA	100%	100%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Seraíma S.A. ("Seraíma")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Caetité S.A. ("Caetité")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Guaibê I Parque Solar Ltda. ("Guaibê I") (i)	Geração solar	Guaibê, SP	100%	100%
Guaibê II Parque Solar Ltda. ("Guaibê II") (i)	Geração solar	Guaibê, SP	100%	100%
Guaibê III Parque Solar Ltda. ("Guaibê III") (i)	Geração solar	Guaibê, SP	100%	100%
Guaibê IV Parque Solar Ltda. ("Guaibê IV") (i)	Geração solar	Guaibê, SP	100%	100%
Guaibê V Parque Solar Ltda. ("Guaibê V") (i)	Geração solar	Guaibê, SP	100%	100%
AES Tietê Inova Soluções de Energia I Ltda. ("Tietê Inova I")	Geração solar	Bauru, SP	100%	-
AES Tietê Inova Soluções de Energia II Ltda. ("Tietê Inova II")	Geração solar	Bauru, SP	100%	-

- (i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de setembro de 2019, foi aprovada a alteração do tipo jurídico dessas Sociedades, de sociedade anônima de capital fechado para sociedade limitada unipessoal, conseqüentemente, houve alteração das razões sociais.

## Notas Explicativas



## 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
<b>Caixa e Equivalentes de caixa</b>				
Numerário disponível	295	670	17.579	16.239
CDB-DI	133.694	-	133.694	-
Operação compromissada	-	102.921	5.132	136.577
<b>Subtotal</b>	<b>133.989</b>	<b>103.591</b>	<b>156.405</b>	<b>152.816</b>
<b>Investimentos de curto prazo</b>				
CDB-DI	843.130	698.277	931.030	731.157
<b>Fundo de investimentos</b>				
Letra financeira	85.002	56.709	85.002	56.709
NTN over	55.076	39.485	55.076	39.485
CDB	11.704	22.154	11.704	22.154
Debêntures	37.699	-	37.699	-
Letra financeira subordinada	651	19.075	651	19.075
Letra financeira do tesouro	7.894	7.560	7.894	7.560
Nota comercial	-	5.008	-	5.008
<b>Subtotal</b>	<b>1.041.156</b>	<b>848.268</b>	<b>1.129.056</b>	<b>881.148</b>
<b>Total</b>	<b>1.175.145</b>	<b>951.859</b>	<b>1.285.461</b>	<b>1.033.964</b>

O saldo de aplicações financeiras em 30 de setembro de 2019 está representado por operações com CDB e fundo de investimentos exclusivo com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada no período findo em 30 de setembro de 2019 de 98,90% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (101,20% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

## 5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
<b>CIRCULANTE</b>				
Consumidores livres	149.501	137.939	149.501	139.482
Mercado de curto prazo (i)	78.828	240.103	111.642	275.293
Leilão de energia de reserva (LER)	-	-	20.753	16.346
Leilão de energia nova (LEN)	-	-	15.709	7.433
Partes relacionadas (nota 29)	249	-	-	-
Serviços prestados	-	-	493	271
<b>Subtotal</b>	<b>228.578</b>	<b>378.042</b>	<b>298.098</b>	<b>438.825</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Energia livre (ii)	13.075	13.075	13.075	13.075
<b>Subtotal</b>	<b>13.075</b>	<b>13.075</b>	<b>13.075</b>	<b>13.075</b>
<b>Total</b>	<b>241.653</b>	<b>391.117</b>	<b>311.173</b>	<b>451.900</b>

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

- (i) As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 30 de setembro de 2019, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido à inadimplência do setor causada por liminares que impedem a liquidação financeira de valores impactados pelo GSF. Com base em uma avaliação das garantias e histórico de recebimentos, a Companhia realizou uma análise deste contas a receber e concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.
- (ii) A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento.

## Notas Explicativas



Os recebimentos e pagamentos referentes à Energia Livre estão condicionados à decisão no final do mandado de segurança impetrado pela ABRADÉE, na qualidade de representante de suas associadas, contra os despachos ANEEL nº 2.517/10 e nº 1.068/11, alegando que os mesmos afetam prejudicialmente toda a sistemática originalmente estabelecida na Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento é como segue:

	Controladora			Total
	SalDOS vincendos	SalDOS vencidos		
		até 90 dias	mais de 90 dias	
<b>CIRCULANTE</b>				
Consumidores livres	149.447	54	-	149.501
Mercado de curto prazo	23.442	26.876	28.510	78.828
Partes relacionadas	249	-	-	249
<b>Total</b>	<b>173.138</b>	<b>26.930</b>	<b>28.510</b>	<b>228.578</b>

	Consolidado			Total
	SalDOS vincendos	SalDOS vencidos		
		até 90 dias	mais de 90 dias	
<b>CIRCULANTE</b>				
Consumidores livres	149.447	54	-	149.501
Mercado de curto prazo	25.598	28.331	57.713	111.642
Leilão de energia de reserva (LER)	20.753	-	-	20.753
Leilão de energia nova (LEN)	15.709	-	-	15.709
Serviços prestados	493	-	-	493
<b>Total</b>	<b>212.000</b>	<b>28.385</b>	<b>57.713</b>	<b>298.098</b>

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos de contas a receber vencidos estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
<b>Circulante</b>				
Até 90 dias	26.930	94.567	28.385	103.812
De 90 a 180 dias	12.593	134.838	13.946	154.885
De 180 a 360 dias	15.917	-	38.197	3.602
Acima de 360 dias	-	-	5.570	492
<b>Total</b>	<b>55.440</b>	<b>229.405</b>	<b>86.098</b>	<b>262.791</b>

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL, respectivamente. A Companhia e suas controladas não requerem garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber relacionados à energia livre.

Após o vencimento, há a incidência de multa de 2% sobre o valor das faturas em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGPM (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidirão juros de 1% ao mês.

## Notas Explicativas



## 6 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
<b>CIRCULANTE</b>				
Imposto de renda (i)	33.728	6.489	38.738	11.350
Contribuição social	13.892	3.097	14.237	3.421
Imposto de renda retido na fonte	15.524	4.234	17.317	4.470
PIS e Cofins (i) e (ii)	15.329	-	16.836	1.027
Outros	4	2	1.908	1.591
<b>Subtotal</b>	<b>78.477</b>	<b>13.822</b>	<b>89.036</b>	<b>21.859</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
ICMS	127	225	128	226
<b>Subtotal</b>	<b>127</b>	<b>225</b>	<b>128</b>	<b>226</b>
<b>Total</b>	<b>78.604</b>	<b>14.047</b>	<b>89.164</b>	<b>22.085</b>

- (i) Em setembro de 2019, a Companhia reconheceu os benefícios econômicos relativos a duas decisões judiciais, que transitaram em julgado favoravelmente à Tietê. Os processos referem-se ao êxito (i) na discussão sobre a metodologia de cálculo do benefício fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (“PAT”), no montante de R\$ 7.235 (principal de R\$ 4.573 e atualização monetária de R\$ 2.662); e, (ii) discussão sobre indébito de Cofins, no montante de R\$ 2.255 (principal de R\$ 641 e atualização monetária de R\$ 1.614).

Adicionalmente, destaca-se que a atualização monetária dos benefícios ora mencionados impactou o resultado financeiro, na rubrica “Atualização de Créditos Tributários”, no montante de R\$4.276 (vide nota explicativa nº 28).

Em setembro de 2019, a Companhia reconheceu créditos extemporâneos de PIS e COFINS no montante de R\$13.074, não aproveitados nos últimos 60 meses, incidentes sobre despesas com aquisições de materiais e serviços de terceiros.

## 7 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

## 7.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Controladora				Consolidado			
	Balanco Patrimonial		Resultado		Balanco Patrimonial		Resultado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	30.09.2018	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	30.09.2018
<b>O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:</b>								
<b>Tributos ativos:</b>								
Provisão para participação nos lucros e resultados	2.367	3.574	(1.207)	(569)	2.369	3.607	(1.238)	(553)
Provisão para processos fiscais	5.739	4.567	1.172	1.540	5.739	4.567	1.172	1.540
Provisão para processos trabalhistas	1.431	1.755	(324)	186	1.431	1.755	(324)	186
Provisão de benefício a empregados	3.790	2.033	1.757	2.263	3.790	2.033	1.757	2.263
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	2.028	2.028	-	-	2.028	2.028	-	-
Provisão para processos cíveis	14.030	13.570	460	951	14.029	13.570	459	951
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	10.553	11.901	(1.348)	1.333	10.790	11.901	(1.111)	1.304
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	8.498	8.498	-	-	8.498	8.498	-	-
Provisões de meio ambiente	249	638	(389)	25	250	638	(388)	25
Ressarcimento de energia	-	-	-	-	1.735	1.244	491	(670)
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	(1.636)	928	-	928	(1.230)
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)	439	-	-	-	439	-	-	-
Varição cambial não realizada	1.313	-	1.313	-	1.313	-	1.313	(721)
Outros	3.234	3.403	(170)	(2.541)	3.234	3.402	(166)	(2.303)
<b>Tributos passivos:</b>								
Ativo imobilizado - custo atribuído	(360.654)	(383.082)	22.427	22.396	(360.654)	(383.082)	22.427	22.396
Ativo intangível - uso do bem público	(9.378)	(10.061)	683	683	(9.378)	(10.061)	683	683
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)	-	(926)	-	-	(45)	(926)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(3.281)	-	-	-	(3.281)
Atualização de depósito judicial	(345)	(181)	(164)	(95)	(345)	(181)	(164)	(95)
Atualização de cauções e depósitos vinculados	(2.394)	(1.919)	(475)	(599)	(2.394)	(1.919)	(475)	(599)
Ressarcimento de energia	-	-	-	-	(130)	(74)	(56)	(32)
Ativo imobilizado - taxa de depreciação	(23.067)	(23.386)	319	(678)	(23.067)	(23.386)	319	(678)
<b>Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido</b>	<b>(342.167)</b>	<b>(367.588)</b>	<b>24.054</b>	<b>19.978</b>	<b>(339.440)</b>	<b>(366.386)</b>	<b>25.627</b>	<b>19.186</b>
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio (nota 8)			(12.070)	(13.010)			(12.070)	(13.010)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>			<b>11.984</b>	<b>6.968</b>			<b>13.557</b>	<b>6.176</b>
<b>Apresentação no balanço patrimonial</b>								
Ativo líquido	-	-			2.849	1.276		
Passivo líquido	(342.167)	(367.588)			(342.289)	(367.662)		
<b>Total</b>	<b>(342.167)</b>	<b>(367.588)</b>			<b>(339.440)</b>	<b>(366.386)</b>		

## Notas Explicativas



Os tributos diferidos são apresentados pelo valor líquido, obedecida a distribuição a seguir:

Companhias	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo) líquido
Controladora	53.671	(395.838)	(342.167)
AES Tietê Integra	932	-	932
AES Tietê Inova	237	(45)	192
Ametista	260	-	260
Araças	240	-	240
Borgo	-	(6)	(6)
Caetite	-	(22)	(22)
Da prata	20	-	20
Dourados	256	-	256
Espigão	21	-	21
Maron	154	-	154
Morrão	74	-	74
Pelourinho	129	-	129
Pilões	196	-	196
Seraíma	145	-	145
Serra do espinhaço	45	-	45
Tanque	-	(6)	(6)
Ventos do nordeste	-	(68)	(68)
Boa Hora 1	52	-	52
Boa Hora 2	52	-	52
Boa Hora 3	51	-	51
Guaimbê I	5	-	5
Guaimbê II	4	(9)	(5)
Guaimbê III	23	-	23
Guaimbê IV	2	-	2
Guaimbê V	4	(19)	(15)
<b>Consolidado</b>	<b>56.573</b>	<b>(396.013)</b>	<b>(339.440)</b>

## Apresentação no balanço patrimonial consolidado

Ativo líquido	2.849
Passivo líquido	(342.289)
<b>Total</b>	<b>(339.440)</b>

A movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(367.588)</b>	<b>(366.386)</b>
Impacto no resultado	24.054	25.627
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	1.367	1.319
<b>Saldo em 30 de setembro de 2019</b>	<b>(342.167)</b>	<b>(339.440)</b>

A composição da base de cálculo e a conciliação do imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	01.07.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018	01.07.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018	01.07.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018	01.07.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>								
<b>Na rubrica de tributos:</b>								
Corrente	(15.159)	(7.552)	(10.671)	(3.955)	(17.138)	(8.631)	(12.268)	(5.037)
Diferidos	3.439	1.266	2.221	725	3.289	1.170	2.274	335
<b>Total</b>	<b>(11.720)</b>	<b>(6.286)</b>	<b>(8.450)</b>	<b>(3.230)</b>	<b>(13.849)</b>	<b>(7.461)</b>	<b>(9.994)</b>	<b>(4.702)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos:</b>								
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>115.115</b>	<b>115.115</b>	<b>47.048</b>	<b>47.048</b>	<b>118.419</b>	<b>118.419</b>	<b>50.064</b>	<b>50.064</b>
<b>Adições (exclusões):</b>								
Doações	486	486	363	363	486	486	363	363
Resultado de equivalência patrimonial (nota 10)	(49.254)	(49.254)	(17.022)	(17.022)	-	-	-	-
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	7	7	(1.356)	(1.356)	7	7	(1.356)	(1.356)
Ajuste lucro presumido	-	-	-	-	(42.679)	(38.597)	(31.425)	(31.329)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	-	-	-	-	3.516	3.516	33.691	34.950
Amortização da mais valia em combinação de negócios	1.625	1.625	1.624	1.624	3.742	3.742	1.624	1.624
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização	983	983	984	984	983	983	984	984
Juros capitalizados de controladas	-	-	-	-	(5.422)	(5.422)	(4.210)	(4.210)
Incentivo do PAT - Êxito Judicial	(7.431)	-	-	-	(7.431)	-	-	-
Outras	(17)	(17)	3.105	4.246	(1.084)	(1.110)	(5.315)	162
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>(53.601)</b>	<b>(46.170)</b>	<b>(12.302)</b>	<b>(11.161)</b>	<b>(47.882)</b>	<b>(36.395)</b>	<b>(5.644)</b>	<b>1.188</b>
<b>Resultado ajustado</b>	<b>61.514</b>	<b>68.945</b>	<b>34.746</b>	<b>35.887</b>	<b>70.537</b>	<b>82.024</b>	<b>44.420</b>	<b>51.252</b>
Aliquota	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
<b>Tributos</b>	<b>(15.379)</b>	<b>(6.205)</b>	<b>(8.687)</b>	<b>(3.230)</b>	<b>(17.634)</b>	<b>(7.382)</b>	<b>(11.105)</b>	<b>(4.613)</b>
Incentivos fiscais	(695)	-	231	-	(695)	-	231	-
Ajustes P&D	4.348	(81)	-	-	4.348	(81)	-	-
Outros	6	-	6	-	132	2	880	(89)
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>(11.720)</b>	<b>(6.286)</b>	<b>(8.450)</b>	<b>(3.230)</b>	<b>(13.849)</b>	<b>(7.461)</b>	<b>(9.994)</b>	<b>(4.702)</b>
<b>Aliquota efetiva</b>	<b>10,2%</b>	<b>5,5%</b>	<b>18,0%</b>	<b>6,9%</b>	<b>11,7%</b>	<b>6,3%</b>	<b>20,0%</b>	<b>9,4%</b>

## Notas Explicativas



	Controladora				Consolidado			
	01.01.2019 a 30.09.2019		01.01.2018 a 30.09.2018		01.01.2019 a 30.09.2019		01.01.2018 a 30.09.2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>								
<b>Na rubrica de tributos:</b>								
Corrente	(52.224)	(21.206)	(71.346)	(26.597)	(57.883)	(24.318)	(76.482)	(29.287)
Diferidos	8.751	3.233	4.629	2.339	9.870	3.687	4.275	1.901
<b>Total</b>	<b>(43.473)</b>	<b>(17.973)</b>	<b>(66.717)</b>	<b>(24.258)</b>	<b>(48.013)</b>	<b>(20.631)</b>	<b>(72.207)</b>	<b>(27.386)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos:</b>								
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>256.007</b>	<b>256.007</b>	<b>274.060</b>	<b>274.060</b>	<b>263.205</b>	<b>263.205</b>	<b>282.678</b>	<b>282.678</b>
<b>Adições (exclusões):</b>								
Doações	535	535	621	621	535	535	621	621
Resultado de equivalência patrimonial (nota 10)	(65.670)	(65.670)	(16.733)	(16.733)	-	-	-	-
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	168	168	-	-	168	168	-	-
Ajuste lucro presumido	-	-	-	-	(80.172)	(70.401)	(75.292)	(76.325)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	-	-	-	-	42.657	42.657	94.433	95.688
Amortização da mais valia em combinação de negócios	(1.121)	(1.121)	4.565	4.565	3.037	3.037	4.565	4.565
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização	2.950	2.950	3.045	3.045	2.950	2.950	3.045	3.045
Juros capitalizados de controladas	-	-	-	-	(18.840)	(18.840)	(4.210)	(4.210)
Incentivo do PAT - Êxito Judicial	(7.431)	-	-	-	(7.431)	-	-	-
Outras	(72)	(72)	3.976	3.980	(936)	(966)	(3.648)	(2.760)
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>(70.641)</b>	<b>(63.210)</b>	<b>(4.526)</b>	<b>(4.522)</b>	<b>(58.032)</b>	<b>(40.860)</b>	<b>19.514</b>	<b>20.624</b>
<b>Resultado ajustado</b>	<b>185.366</b>	<b>192.797</b>	<b>269.534</b>	<b>269.538</b>	<b>205.173</b>	<b>222.345</b>	<b>302.192</b>	<b>303.302</b>
Aliquota	0	0	25%	9%	25%	9%	25%	9%
<b>Tributos</b>	<b>(46.342)</b>	<b>(17.352)</b>	<b>(67.384)</b>	<b>(24.258)</b>	<b>(51.293)</b>	<b>(20.011)</b>	<b>(75.548)</b>	<b>(27.297)</b>
Incentivos fiscais	18	-	649	-	18	-	649	-
Ajustes P&D	2.832	(621)	-	-	2.832	(621)	-	-
Outros	19	-	18	-	430	1	2.692	(89)
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>(43.473)</b>	<b>(17.973)</b>	<b>(66.717)</b>	<b>(24.258)</b>	<b>(48.013)</b>	<b>(20.631)</b>	<b>(72.207)</b>	<b>(27.386)</b>
<b>Aliquota efetiva</b>	<b>17,0%</b>	<b>7,0%</b>	<b>24,3%</b>	<b>8,9%</b>	<b>18,2%</b>	<b>7,8%</b>	<b>25,5%</b>	<b>9,7%</b>

## 7.2 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído:

	Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018
Prejuízos fiscais	321.534	278.877
Base negativa de contribuição social	321.534	278.877
Diferenças temporárias	-	4.725

Os impostos diferidos ativos não foram reconhecidos tendo em vista que esses prejuízos e bases negativas de contribuição social são substancialmente detidos por empresas holdings, cujos resultados são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis e resultados não tributáveis de equivalência patrimonial decorrente de investimentos em controladas.

## 8 CRÉDITOS FISCAIS DE ÁGIOS INCORPORADOS

Os créditos fiscais de ágios incorporados classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos estavam assim representados:

## Notas Explicativas



	Consolidado			
	30.09.2019		31.12.2018	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>AES Brazilian Energy Holdings Ltda</b>				
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652
Amortização acumulada	(121.420)	80.137	(41.283)	(33.993)
<b>Subtotal</b>	<b>198.144</b>	<b>(130.775)</b>	<b>67.369</b>	<b>74.659</b>
<b>AES Gás Ltda.</b>				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(689.284)	461.513	(227.771)	(223.552)
<b>Subtotal</b>	<b>119.020</b>	<b>(80.051)</b>	<b>38.969</b>	<b>43.188</b>
<b>AES Tietê Participações S.A.</b>				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(67.222)	44.367	(22.855)	(22.294)
<b>Subtotal</b>	<b>15.198</b>	<b>(10.030)</b>	<b>5.168</b>	<b>5.729</b>
<b>Total</b>	<b>332.362</b>	<b>(220.856)</b>	<b>111.506</b>	<b>123.576</b>

A movimentação dos créditos fiscais do ágio incorporado é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>123.576</b>
Amortização	(35.976)
Reversão	23.906
<b>Saldo em 30 de setembro de 2019</b>	<b>111.506</b>

A amortização do ágio traz impacto nulo no resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A Companhia apura o montante do benefício fiscal disponível para capitalização ao término de cada exercício social, quando da apuração final do imposto de renda e contribuição social a pagar, levando em consideração a redução efetiva dos tributos pagos. A capitalização ocorre de acordo com o cronograma definido em contrato assinado entre AES Brasil e BNDES, após aprovação em Assembleia Geral Ordinária (AGO) ou Assembleia Geral Extraordinária (AGE), observadas as seguintes regras: (i) o saldo disponível para capitalização, nos termos da Instrução CVM nº 319/99, for igual ou superior a R\$50.000 ou (ii) tenham se passado três anos da última capitalização, o que ocorrer primeiro. Em 05 de julho de 2016 e 07 de agosto de 2019, a Companhia aumentou seu capital, mediante capitalização parcial da Reserva Especial de Ágio, nos montantes de R\$154.628 e R\$57.961 (vide nota explicativa nº 23), respectivamente.

## Notas Explicativas



## 9 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
<b>CIRCULANTE</b>				
Garantias de compromissos contratuais (ii)	39.380	35.410	39.380	35.410
Garantias de financiamento (i)	-	-	71.224	38.380
<b>Subtotal</b>	<b>39.380</b>	<b>35.410</b>	<b>110.604</b>	<b>73.790</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Garantias de financiamento (i)	14.113	2.078	110.339	92.202
Garantias de compromissos contratuais (ii)	18.489	53.828	18.489	53.828
Cauções e depósitos vinculados (nota 20.1)	15.495	13.735	15.495	13.735
<b>Subtotal</b>	<b>48.097</b>	<b>69.641</b>	<b>144.323</b>	<b>159.765</b>
<b>Total</b>	<b>87.477</b>	<b>105.051</b>	<b>254.927</b>	<b>233.555</b>

- (i) Com a finalidade de garantir os pagamentos das obrigações das escrituras de debêntures celebrados entre o Complexo Eólico Alto Sertão II e agente fiduciário, foi firmado “Contrato de direitos creditórios, administração de contas e outras avenças”, obrigando o Complexo Eólico Alto Sertão II a manter em conta vinculada as seguintes contas reservas, durante todo o prazo de vigência do contrato de financiamento: (a) Reservas de O&M, que deverá ser mantida com finalidade de garantir os pagamentos das obrigações dos contratos de operação e manutenção; (b) Reservas especiais individuais de titularidade de cada um dos parques, destinada a receber a totalidade dos recursos excedentes advindos das contas centralizadoras mantidas com o banco e não movimentável; (c) Reserva debêntures, destinando-se ao pagamento das prestações de amortização de principal e dos acessórios.

As contas vinculadas mencionadas acima nos itens (a) e (c) devem possuir saldo como garantia às obrigações. Em relação ao item (c), a Reserva debêntures deve possuir saldo equivalente a uma parcela de serviço da dívida, paga semestralmente. Em 30 de setembro de 2019, esses compromissos financeiros estão sendo cumpridos. Os saldos referem-se basicamente a aplicações financeiras de fundo de investimentos, com rentabilidade média de 96,79% do CDI, cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores. Conforme apresentado na nota explicativa nº 15, em abril de 2019 houve a liquidação total dos seguintes empréstimos e financiamentos: Repasse BNDES, Repasse BNDES (Banco do Brasil) e BNDES (Subcrédito Social). Dessa forma, a partir desta data, a controlada indireta Tietê Eólica constituirá contas reservas apenas para as escrituras de debêntures.

- (ii) Depósito de garantias para litígios, *earn-out* e indenização geral dos vendedores oriundas da aquisição do Complexo Alto Sertão II, conforme condição precedente do Memorando de Fechamento assinado entre as partes. Os valores depositados nas contas garantia referentes ao *Earn-out*, garantias de litígios e indenização geral são comunicáveis entre si e garantem o pagamento de quaisquer obrigações de indenizações dos vendedores.

Os saldos referem-se, basicamente, a aplicações financeiras em fundo de investimentos, com rentabilidade média de 98,90% do CDI, cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos vendedores.

## Notas Explicativas



A movimentação dos cauções e depósitos vinculados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 é como segue:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>105.051</b>	<b>233.555</b>
Adições (i)	21.116	91.556
Atualizações	3.882	4.477
Baixas e resgates (ii)	(42.572)	(74.661)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2019</b>	<b>87.477</b>	<b>254.927</b>

(i) Na controladora, as adições referem-se às garantias de financiamento da 8ª emissão de debênture, no montante de R\$17.977 e aos depósitos judiciais, no montante de R\$3.139, totalizando R\$21.116. Já no consolidado, referem-se às garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Eólico Alto Sertão II, no montante de R\$70.440.

(ii) Parte do resgate da controladora, no montante de R\$34.103, deve-se à decisão desfavorável da arbitragem A, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.1. Para o consolidado, parte do resgate, no montante de R\$34.475, deve-se aos resgates antecipados de Repasse BNDES, Repasse BNDES (Banco do Brasil) e BNDES (Subcrédito Social), conforme detalhado na nota explicativa nº 15.3.

## 10 INVESTIMENTOS

Na controladora os intangíveis decorrentes de combinação de negócios e da aquisição de ativos são incluídos no valor contábil do investimento, inicialmente mensurado pelo seu valor justo e amortizado com base no prazo remanescente de autorização ou do contrato. Já na demonstração consolidada, esses valores são apresentados na rubrica de intangível.

	Controladora	
	30.09.2019	31.12.2018
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	2.728.360	1.610.479
Direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios e de aquisição de ativos (i)	31.789	32.605
Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos (ii)	54.308	56.443
Ajustes a valor justo do investimento adquirido (iii)	113.568	98.078
<b>Total</b>	<b>2.928.025</b>	<b>1.797.605</b>

(i) Direito de autorização de geração dos Complexos Boa Hora e Alto Sertão II, amortizados no prazo remanescente de autorização. Vide nota explicativa nº 12.

(ii) Direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) do Complexo Solar Boa Hora, amortizado com base no prazo dos contratos de leilão de energia. Vide nota explicativa nº 12.

(iii) Ajuste a valor justo na aquisição do Complexo Alto Sertão II, composto por: (a) mais-valia de máquinas e equipamentos dos ativos adquiridos do Alto Sertão II, no montante atualizado de R\$114.198 e (b) ajuste a valor justo do saldo de empréstimos e financiamentos relacionado aos custos de emissão capitalizados pela adquirida, no montante atualizado de (R\$630), totalizando R\$113.568. A mais valia das máquinas e equipamentos está sendo amortizada com base na vida útil do ativo adquirido e amortizada a uma taxa de 4,75% ao ano. No consolidado, a mais-valia das máquinas e equipamentos é reclassificada para a rubrica de Imobilizado e os custos de emissão para a rubrica de Empréstimos, financiamentos e debêntures.

## Notas Explicativas



A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de setembro de 2019 é como segue:

	Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios e de aquisição de ativos	Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos	Ajustes a valor justo do investimento adquirido	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.610.479</b>	<b>32.605</b>	<b>56.443</b>	<b>98.078</b>	<b>1.797.605</b>
Equivalência patrimonial	65.670	-	-	-	65.670
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização	-	(334)	(2.135)	-	(2.469)
Amortização do intangível e da mais valia gerado na combinação de negócios	-	(482)	-	(4.798)	(5.280)
Aumento de capital (i)	206.463	-	-	-	206.463
Realização do valor justo gerado na combinação de negócios (ii)	-	-	-	20.288	20.288
Adiantamento para futuro aumento de capital (iii)	854.791	-	-	-	854.791
Outros resultados abrangentes (nota 30.2)	(9.043)	-	-	-	(9.043)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2019</b>	<b>2.728.360</b>	<b>31.789</b>	<b>54.308</b>	<b>113.568</b>	<b>2.928.025</b>

Movimentação dos investimentos	Nova Energia	Boa Hora 1	Boa Hora 2	Boa Hora 3	Tietê Integra	Tietê Inova	Guaimbê Holding	AGV Solar IV	AGV Solar V	AGV Solar VI	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>659.025</b>	<b>106.616</b>	<b>105.310</b>	<b>133.578</b>	<b>5.586</b>	<b>33.462</b>	<b>664.346</b>	<b>28.525</b>	<b>51.870</b>	<b>9.288</b>	<b>1.797.605</b>
Equivalência patrimonial	25.470	(6.482)	(20)	(1.267)	(1.789)	846	27.895	6.465	7.110	7.442	65.670
Aumento de capital (i)	635	3.764	4.157	13.749	1.565	10.407	726	41.469	42.962	87.029	206.463
Realização do valor justo gerado na combinação de negócios (ii)	20.288	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.288
Adiantamento para futuro aumento de capital (iii)	854.409	-	-	-	-	-	-	-	-	382	854.791
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	432	-	(2.068)	(2.779)	(4.628)	(9.043)
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização	-	(823)	(823)	(823)	-	-	-	-	-	-	(2.469)
Amortização do intangível e da mais valia gerado na combinação de negócios	(5.280)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.280)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2019</b>	<b>1.554.547</b>	<b>103.075</b>	<b>108.624</b>	<b>145.237</b>	<b>5.362</b>	<b>45.147</b>	<b>692.967</b>	<b>74.391</b>	<b>99.163</b>	<b>99.513</b>	<b>2.928.025</b>

- (i) Aumentos de capital nas controladas, no montante de R\$206.463, destinados principalmente para construção do Complexo Solar Ouroeste e aquisição, pela controlada direta Tietê Inova, de duas empresas de geração distribuída, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.4.
- (ii) Realização do passivo contingente avaliado ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$14.294, conforme decisão judicial referente ao procedimento arbitral (“arbitragem A”) detalhado na nota explicativa nº 20.1 e à realização da mais valia dos empréstimos e financiamentos na aquisição do Complexo Alto Sertão II, no montante de R\$5.994, totalizando R\$20.288.
- (iii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de abril de 2019, foi aprovada a realização de AFAC para sua controlada direta Nova Energia Holding, no montante de até R\$905.000, para fins de pagamento antecipado de dívidas. Até 30 de setembro de 2019, a Companhia aportou R\$854.409. Este montante está registrado no patrimônio líquido da controlada como AFAC. Adicionalmente, em setembro de 2019 a Companhia aportou R\$382 na controlada direta AGV VI para construção do Complexo Solar Ouroeste.

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de quotas do capital social	Quantidade de ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Valor do patrimônio líquido ajustado (i)	Lucro (prejuízo) líquido do período	Lucro (prejuízo) líquido do período ajustado (ii)
Nova Energia	-	596.756.905	100%	694.390	1.423.273	1.423.273	25.470	25.470
Guaimbê Solar Holding	-	661.244.534	100%	661.245	692.894	692.894	27.895	27.895
Tietê Integra	8.000.100	-	100%	6.565	5.363	5.363	(1.789)	(1.789)
Tietê Inova	43.237.997	-	100%	43.238	43.439	45.146	(597)	846
Boa Hora 1	-	8.355.308.916	100%	83.834	76.203	80.275	(7.675)	(6.482)
Boa Hora 2	-	8.226.003.076	100%	82.559	81.849	85.921	(1.213)	(20)
Boa Hora 3	-	12.100.693.717	100%	121.690	118.348	122.420	(2.460)	(1.267)
AGV Solar IV	-	99.000.500	100%	71.725	69.731	74.392	1.956	6.465
AGV Solar V	-	99.000.500	100%	97.203	94.503	99.164	2.601	7.110
AGV Solar VI	-	76.600.500	100%	99.000	94.851	99.512	2.933	7.442
AES Tucano Holding I S.A.	-	500	100%	-	-	-	-	-
<b>Total</b>					<b>2.700.454</b>	<b>2.728.360</b>	<b>47.121</b>	<b>65.670</b>

- (i) Juros capitalizados de controladas: Com o objetivo de financiar principalmente a construção de novos parques solares, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Controladora, nas informações contábeis intermediárias individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas informações contábeis intermediárias consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso”.

## Notas Explicativas



No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, foram capitalizados custos de empréstimos nas controladas Boa Hora, AGV e Tietê Inova, nos montantes de R\$3.579, R\$13.528 e R\$1.441, respectivamente, totalizando R\$18.548, líquida de amortização acumulada no montante de R\$292. Para melhor apresentação dessas informações, os juros capitalizados foram ajustados na tabela acima em “Valor do patrimônio líquido ajustado” e “Lucro (prejuízo) líquido do período ajustado”.

## 11 IMOBILIZADO

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Controladora			
	30.09.2019			31.12.2018
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos	-	411.781	-	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	3,2%	2.920.425	(1.997.841)	922.584
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	671.222	(490.911)	180.311
Máquinas e equipamentos	3,8%	2.120.835	(881.741)	1.239.094
Veículos	16,2%	8.983	(6.934)	2.049
Móveis e utensílios e outros	6,4%	7.256	(4.175)	3.081
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>6.140.502</b>	<b>(3.381.602)</b>	<b>2.758.900</b>
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Imobilizado em curso (i)		68.727	-	68.727
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>		<b>6.211.328</b>	<b>(3.381.602)</b>	<b>2.829.726</b>
Direito de uso de sede administrativa (iii)	11,0%	5.760	(468)	5.292
Equipamentos de informática	25,0%	-	-	752
<b>Total Imobilizado</b>		<b>6.217.088</b>	<b>(3.382.070)</b>	<b>2.835.018</b>

	Consolidado			
	30.09.2019			31.12.2018
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (ii)	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos	-	414.887	-	414.887
Reservatórios, barragens e adutoras	3,2%	2.920.425	(1.997.841)	922.584
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	747.507	(496.396)	251.111
Máquinas e equipamentos	3,7%	4.629.140	(1.096.138)	3.533.002
Veículos	16,2%	8.983	(6.934)	2.049
Móveis e utensílios e outros	6,4%	7.274	(4.180)	3.094
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>8.728.216</b>	<b>(3.601.489)</b>	<b>5.126.727</b>
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Imobilizado em curso (i)		383.777	-	383.777
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>		<b>9.114.092</b>	<b>(3.601.489)</b>	<b>5.512.603</b>
Direito de uso de sede administrativa (iii)	11,0%	5.760	(468)	5.292
Direito de uso de terreno arrendado (iii)	4,0%	39.759	(996)	38.763
Equipamentos de informática	25,0%	-	-	752
<b>Total Imobilizado</b>		<b>9.159.611</b>	<b>(3.602.953)</b>	<b>5.556.658</b>

- (i) O saldo de imobilizado no consolidado em curso é composto, principalmente, pela construção dos Complexos Solares e gastos com a modernização de unidades geradoras hidrelétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.
- (ii) Entre os elementos que compõem o custo de cada item do imobilizado dos ativos eólicos, estão incluídos os custos de desmontagem, remoção e restauração do local no qual este estão localizados, que atualizado até 30 de setembro de 2019, representa um montante líquido de depreciação de R\$11.922.
- (iii) Refere-se ao reconhecimento do direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil, referente à adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2), conforme detalhado na nota explicativa nº 3.2.

## Notas Explicativas



## (b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 é como segue:

	Controladora							Saldo em 30 de setembro de 2019
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Adoção inicial IFRS 16/CPC06 (R2)	Adições	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Outras movimentações	
Terrenos (i)	411.781	-	-	-	-	-	-	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	2.920.491	-	-	(126)	60	-	-	2.920.425
Edificações, obras civis e benfeitorias	670.499	-	-	-	723	-	-	671.222
Máquinas e equipamentos	2.110.830	-	-	(1.239)	11.244	-	-	2.120.835
Veículos	8.969	-	-	(46)	60	-	-	8.983
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	9.183	-	-	(2.032)	105	-	-	7.256
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	-	-	-	-	-	-	2.099
Em curso	33.939	-	44.144	-	(12.192)	2.836	-	68.727
Direito de uso de sede administrativa	-	5.064	696	-	-	-	-	5.760
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	-	9.005	-	-	-	-	(9.005)	-
Subtotal	6.167.791	14.069	44.840	(3.443)	-	2.836	(9.005)	6.217.088
Depreciação/Amortização	(3.255.110)	-	(128.439)	1.479	-	-	-	(3.382.070)
Total líquido	2.912.681	14.069	(83.599)	(1.964)	-	2.836	(9.005)	2.835.018

	Consolidado							Saldo em 30 de setembro de 2019
	Saldo em 31 de dezembro de 2018	Adoção inicial IFRS 16/CPC06 (R2)	Adições	Provisão para desmantelamento	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	
Terrenos (i)	414.284	-	603	-	-	-	-	414.887
Reservatórios, barragens e adutoras	2.920.491	-	-	-	(126)	60	-	2.920.425
Edificações, obras civis e benfeitorias	745.485	-	-	-	-	2.022	-	747.507
Máquinas e equipamentos	4.330.195	-	-	-	(9.628)	308.573	-	4.629.140
Veículos	8.969	-	-	-	(46)	60	-	8.983
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	9.201	-	-	-	(2.032)	105	-	7.274
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	-	-	-	-	-	-	2.099
Em curso	441.833	-	232.798	-	(1.710)	(310.820)	21.676	383.777
Direito de uso de sede administrativa	-	5.064	696	-	-	-	-	5.760
Direito de uso de terreno arrendado	-	34.575	5.184	-	-	-	-	39.759
Subtotal	8.872.557	39.639	239.281	-	(13.542)	-	21.676	9.159.611
Depreciação/Amortização	(3.385.266)	-	(219.052)	(314)	1.679	-	-	(3.602.953)
Total líquido	5.487.291	39.639	20.229	(314)	(11.863)	-	21.676	5.556.658

- (i) Saldo líquido da provisão para redução ao provável valor de realização do ativo, no valor de R\$5.963.
- (ii) Refere-se ao subarrendamento efetuado às controladas AGV e Boa Hora, conforme detalhado nas notas explicativas nº 16 e 3.2.
- (iii) Em setembro de 2019, uma área do Complexo Solar Boa Hora foi danificada no valor contábil de R\$8.194. A Companhia encaminhou laudo técnico e pedido formal de indenização ao fornecedor e, em paralelo, a seguradora acompanha o caso. Não é esperado nenhuma perda adicional. A operação comercial do Complexo não foi afetada.

## (c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga e bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 os ativos da Companhia e suas controladas que possuem essas características, são:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Concessão	2.782.458	2.863.939	2.782.458	2.863.939
Autorizações	45.169	45.891	2.728.046	2.620.501
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	2.099	2.099	2.099
<b>Total</b>	<b>2.829.726</b>	<b>2.911.929</b>	<b>5.512.603</b>	<b>5.486.539</b>

## Notas Explicativas



## 12 INTANGÍVEL

A composição da conta intangível é a seguinte:

	Controladora				
	30.09.2019			31.12.2018	
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	
Uso do bem público (UBP) (i)	3,7%	73.174	(45.590)	27.584	29.592
Software e outros intangíveis	20,0%	47.946	(37.550)	10.396	13.119
		<b>121.120</b>	<b>(83.140)</b>	<b>37.980</b>	<b>42.711</b>

  

	Consolidado				
	30.09.2019			31.12.2018	
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	
Uso do bem público (UBP) (i)	3,7%	73.174	(45.590)	27.584	29.592
Direitos contratuais de solares (ii)	5,0%	135.871	(9.757)	126.114	131.063
Direito de exploração de autorização (iii)	3,0%	24.421	(1.212)	23.209	23.765
Intangível gerado na combinação de negócios (iv)	3,5%	19.073	(1.393)	17.680	18.162
Direitos contratuais de geração distribuída (v)	3,2%	8.725	-	8.725	-
Software e outros intangíveis	20,0%	50.681	(37.676)	13.005	14.371
		<b>311.945</b>	<b>(95.628)</b>	<b>216.317</b>	<b>216.953</b>

- (i) O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.
- (ii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Parque Solar Boa Hora e Guaimbê, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização.
- (iii) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Parque Solar Boa Hora e Guaimbê, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.
- (iv) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.
- (v) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de geração distribuída, amortizados até 2050, com base no prazo remanescente de cessão dos terrenos.

Os valores dos itens (ii) a (v) acima foram definidos com base em modelos de avaliação de ativos, considerando as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.

## Notas Explicativas



A movimentação do intangível no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 é como segue:

	Controladora			Total
	Uso do Bem Público	Outros ativos intangíveis		
		Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	29.592	9.348	3.771	42.711
Adições	-	-	1.524	1.524
Baixas	-	-	(976)	(976)
Amortização	(2.008)	-	(3.271)	(5.279)
Transferências	-	(5.542)	5.542	-
Saldo em 30 de setembro de 2019	27.584	3.806	6.590	37.980

	Consolidado						Total
	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Software e outros intangíveis		
					Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	29.592	131.063	23.765	18.162	10.600	3.771	216.953
Adições	-	8.725	-	-	1.480	1.524	11.729
Baixas	-	-	-	-	-	(976)	(976)
Amortizações	(2.008)	(4.949)	(556)	(482)	-	(3.394)	(11.389)
Transferências	-	-	-	-	(6.356)	6.356	-
Saldo em 30 de setembro de 2019	27.584	134.839	23.209	17.680	5.724	7.281	216.317

## 13 FORNECEDORES

A composição da conta de fornecedores é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
<b>CIRCULANTE</b>				
Rebaixamento hidrelétrico - GSF (i)	1.086.044	979.740	1.086.044	979.740
Energia elétrica comprada para revenda	51.304	10.954	51.990	12.957
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas - (nota 29)	-	6.394	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	10.024	9.364	11.839	10.702
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg	2.598	3.429	2.598	3.429
<b>Subtotal</b>	<b>1.149.970</b>	<b>1.009.881</b>	<b>1.152.471</b>	<b>1.006.828</b>
Material e Serviços	21.431	37.358	65.109	104.980
Material e Serviços - partes relacionadas (nota 29)	226	-	226	-
<b>Total</b>	<b>1.171.627</b>	<b>1.047.239</b>	<b>1.217.806</b>	<b>1.111.808</b>

(i) Este saldo é composto por valores efetivamente recebidos e divulgados pela CCEE e atualizados pelo IGP-M, decorrentes dos efeitos da liminar obtida na discussão do denominado Rebaixamento Energético (GSF). O valor total informado pela CCEE (principal) é de R\$950.124 (R\$888.433 em 31 de dezembro de 2018). Como a discussão encontra-se em andamento, a Companhia não reconheceu este ganho em seu resultado, sendo o valor em discussão registrado como obrigação na rubrica Fornecedores quando do seu recebimento através de liquidações da CCEE.

Até 30 de setembro de 2019, foi reconhecido no resultado financeiro de 2019 uma despesa com atualização monetária no montante de R\$44.613 (R\$66.399 em 30 de setembro de 2018), vide nota explicativa nº 28. O montante estimado total atualizado até 30 de setembro de 2019 corresponde a R\$1.086.044 (R\$979.740 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia e suas controladas possuem contratadas 18 cartas de fiança no valor total de R\$6.288 e 7 seguros garantia no valor de R\$13.061, totalizando uma importância segurada de R\$19.349, com custo de 0,35% a 1,30% a.a. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

## Notas Explicativas



## 14 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
<b>CIRCULANTE</b>				
<b>Federais</b>				
Imposto de renda	55.107	34.750	57.103	36.545
Contribuição social	20.603	5.888	21.715	6.963
<b>Total</b>	<b>75.710</b>	<b>40.638</b>	<b>78.818</b>	<b>43.508</b>

A Companhia e suas controladas Tietê Integra, Tietê Inova, Tietê Eólica, Guaimbê Holding e Nova Energia são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a Companhia e sua controlada Tietê Inova efetuaram os recolhimentos das antecipações mensais com base na estimativa. Já as controladas Tietê Integra, Tietê Eólica, Guaimbê Holding e Nova Energia utilizando-se da apuração com base no balancete de redução apuraram prejuízo fiscal e não foi necessário efetuar antecipações.

A apuração do imposto de renda e da contribuição social das SPE's dos Complexos Solar Ouroeste, Alto Sertão II e Guaimbê é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

## 15 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

15.1 Os saldos de debêntures não conversíveis, empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		Controladora								
		30.09.2019								
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa Efetiva <sup>(1)</sup>	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
<b>Debêntures</b>										
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	8.532	-	(4.469)	4.063	354.634	(978)	353.656	357.719
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,28%	10.091	-	(1.015)	9.076	197.832	(3.148)	194.684	203.760
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	10.657	-	(397)	10.260	344.398	(1.444)	342.954	353.214
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	6.620	-	(1.420)	5.200	750.000	(2.982)	747.018	752.218
Debêntures - 8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	4.911	8.091	(1.406)	11.596	207.669	(10.210)	197.459	209.055
Debêntures - 9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	3.507	-	(373)	3.134	1.380.000	(2.840)	1.377.160	1.380.294
Debêntures - 9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	1.184	-	(2.192)	(1.008)	647.310	(27.101)	620.209	619.201
Debêntures - 9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	3.838	-	(613)	3.225	180.646	(7.581)	173.065	176.290
<b>Total da dívida</b>			<b>49.340</b>	<b>8.091</b>	<b>(11.885)</b>	<b>45.546</b>	<b>4.062.489</b>	<b>(56.284)</b>	<b>4.006.205</b>	<b>4.051.751</b>
<b>Controladora</b>										
<b>31.12.2018</b>										
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa Efetiva <sup>(1)</sup>	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
<b>Debêntures</b>										
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	998	-	(4.132)	(3.134)	344.823	(4.363)	340.460	337.326
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,28%	435	-	(962)	(527)	192.360	(3.914)	188.446	187.919
Debêntures - 6ª Emissão (1ª Série)	2022	CDI + 1,14%	10.070	-	(1.255)	8.815	682.380	(2.698)	679.682	688.497
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	4.567	-	(373)	4.194	334.870	(1.743)	333.127	337.321
Debêntures - 7ª Emissão (1ª Série)	2020	CDI + 1,00%	29.296	-	(2.237)	27.059	500.000	(299)	499.701	526.760
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	21.026	-	(1.339)	19.687	750.000	(4.053)	745.947	765.634
Debêntures - 8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.488	1.051	(1.325)	1.214	209.129	(11.268)	197.861	199.075
<b>Subtotal</b>			<b>67.880</b>	<b>1.051</b>	<b>(11.623)</b>	<b>57.308</b>	<b>3.013.562</b>	<b>(28.338)</b>	<b>2.985.224</b>	<b>3.042.532</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>										
Arrendamento financeiro	8,39 a 15,64		-	393	-	393	435	-	435	828
<b>Subtotal</b>			<b>-</b>	<b>393</b>	<b>-</b>	<b>393</b>	<b>435</b>	<b>-</b>	<b>435</b>	<b>828</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>67.880</b>	<b>1.444</b>	<b>(11.623)</b>	<b>57.701</b>	<b>3.013.997</b>	<b>(28.338)</b>	<b>2.985.659</b>	<b>3.043.360</b>

## Notas Explicativas



Consolidado										
30.09.2019										
Vencimento	Taxa Efetiva <sup>(i)</sup>	Encargos	Circulante			Não Circulante			Total circulante + não circulante	
			Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
<b>Debêntures</b>										
Debêntures - 1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 7,61% aa	1.933	12.411	-	14.344	76.451	-	76.451	90.795
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 7,87% aa	1.809	8.824	-	10.633	71.585	-	71.585	82.218
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	8.532	-	(4.469)	4.063	354.634	(978)	353.656	357.719
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,28%	10.091	-	(1.015)	9.076	197.832	(3.148)	194.684	203.760
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	10.657	-	(397)	10.260	344.398	(1.444)	342.954	353.214
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	6.620	-	(1.420)	5.200	750.000	(2.982)	747.018	752.218
Debêntures - 8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	4.911	8.091	(1.406)	11.596	207.669	(10.210)	197.459	209.055
Debêntures - 9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	3.507	-	(373)	3.134	1.380.000	(2.840)	1.377.160	1.380.294
Debêntures - 9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	1.184	-	(2.192)	(1.008)	647.310	(27.101)	620.209	619.201
Debêntures - 9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	3.838	-	(613)	3.225	180.646	(7.581)	173.065	176.290
<b>Total das debêntures</b>			<b>53.082</b>	<b>29.326</b>	<b>(11.885)</b>	<b>70.523</b>	<b>4.210.525</b>	<b>(56.284)</b>	<b>4.154.241</b>	<b>4.224.764</b>

Consolidado										
31.12.2018										
Vencimento	Taxa Efetiva <sup>(i)</sup>	Encargos	Circulante			Não Circulante			Total circulante + não circulante	
			Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
<b>Debêntures</b>										
Debêntures - 1ª Emissão (1ª série) - Tietê Eólica	2025	IPCA + 7,61% aa	228	967	-	1.195	86.079	-	86.079	87.274
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série) - Tietê Eólica	2025	IPCA + 7,87% aa	222	5.610	-	5.832	76.101	-	76.101	81.933
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	998	-	(4.132)	(3.134)	344.823	(4.363)	340.460	337.326
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,28%	435	-	(962)	(527)	192.360	(3.914)	188.446	187.919
Debêntures - 6ª Emissão (1ª Série)	2022	CDI + 1,14%	10.070	-	(1.255)	8.815	682.380	(2.698)	679.682	688.497
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	4.567	-	(373)	4.194	334.870	(1.743)	333.127	337.321
Debêntures - 7ª Emissão (1ª Série)	2020	CDI + 1,00%	29.296	-	(2.237)	27.059	500.000	(299)	499.701	526.760
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	21.026	-	(1.339)	19.687	750.000	(4.053)	745.947	765.634
Debêntures - 8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.488	1.051	(1.325)	1.214	209.129	(11.268)	197.861	199.075
<b>Subtotal</b>			<b>68.330</b>	<b>7.628</b>	<b>(11.623)</b>	<b>64.335</b>	<b>3.175.742</b>	<b>(28.338)</b>	<b>3.147.404</b>	<b>3.211.739</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>										
Repasso BNDES - Tietê Eólica	2031	TJLP + 2,88% aa	2.271	38.220	-	40.491	619.109	-	619.109	659.600
Repasso BNDES (Banco do Brasil) - Tietê Eólica	2031	TJLP + 2,60% aa	879	14.586	-	15.465	235.599	-	235.599	251.064
BNDES (Subcrédito Social) - Tietê Eólica	2031	TJLP	11	232	-	243	4.454	-	4.454	4.697
Arrendamento financeiro		8,39 a 15,64	-	393	-	393	435	-	435	828
<b>Subtotal</b>			<b>3.161</b>	<b>53.431</b>	<b>-</b>	<b>56.592</b>	<b>859.597</b>	<b>-</b>	<b>859.597</b>	<b>916.189</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>71.491</b>	<b>61.059</b>	<b>(11.623)</b>	<b>120.927</b>	<b>4.035.339</b>	<b>(28.338)</b>	<b>4.007.001</b>	<b>4.127.928</b>

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

## 15.2 A movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora			Consolidado			
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Repasses BNDES	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.042.532	828	3.043.360	3.211.739	828	915.361	4.127.928
Ingressos	2.200.000	1.309	2.201.309	2.200.000	1.309	-	2.201.309
Encargos financeiros	187.849	-	187.849	199.085	-	23.126	222.211
Variação monetária	38.349	-	38.349	40.688	-	3.497	44.185
Pagamento de principal	(1.182.380)	-	(1.182.380)	(1.185.724)	-	(912.614)	(2.098.338)
Pagamento de encargos financeiros	(206.389)	-	(206.389)	(212.814)	-	(29.370)	(242.184)
Diferimento custos de transação	(42.027)	-	(42.027)	(42.027)	-	-	(42.027)
Amortização custos de transação	13.817	-	13.817	13.817	-	-	13.817
Demais movimentações	-	(2.137)	(2.137)	-	(2.137)	-	(2.137)
Saldo em 30 de setembro de 2019	4.051.751	-	4.051.751	4.224.764	-	-	4.224.764

## Notas Explicativas



### 15.3 As principais características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante (i)	Vencimento	Finalidade
Controladora	4ª Emissão (3ª série)	301.758	15/12/2015	IPCA + 8,43%	Semestrais	Única	354.634	Dezembro de 2020	Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas.
Controladora	5ª Emissão Debêntures	180.000	15/12/2016	IPCA + 6,54%	Anual	Anual	98.916	Dezembro de 2022	Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas.
							98.916	Dezembro de 2023	
Controladora	6ª Emissão (1ª série)	1.000.000	15/04/2017	CDI + 0,90%	Semestrais	Anual	(i) 341.190	Abril de 2021	Pré-pagamento da 2ª e 3ª emissão de debêntures e da 2ª série da 4ª emissão de debêntures
						(ii) 341.190	Abril de 2022		
	6ª Emissão (2ª série)			IPCA + 6,78%	Semestrais	Anual	172.199	Abril de 2023	
							172.199	Abril de 2024	
Controladora	7ª Emissão (1ª série)	1.250.000	15/02/2018	CDI + 0,52%	Única	Única	(i) 500.000	Fevereiro de 2020	Reforço de capital de giro e gestão ordinária dos negócios da Emissora
	7ª Emissão (2ª série)			CDI + 1,30%	Semestrais	Anual	375.000	Fevereiro de 2022	
							375.000	Fevereiro de 2023	
Controladora	8ª Emissão Debêntures	200.000	15/05/2018	IPCA + 6,02%	Semestrais	Semestral	215.760	Maior de 2030	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas ao Complexo Boa Hora
	9ª Emissão Debêntures (1ª série)			CDI + 1,00%	Semestrais	Anual	1.380.000	Março de 2026 Março de 2027	Reforço de capital de giro e pré-pagamento da 6ª emissão de debêntures
Controladora	9ª Emissão Debêntures (2ª série)	2.200.000	15/03/2019	IPCA + 4,71%	Semestrais	Anual	647.310	Março de 2027	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas à construção e implementação dos projetos Guaimbê e AGV
	Março de 2028								
	Março de 2029								
	9ª Emissão Debêntures (3ª série)			IPCA + 4,71%	Anual	Anual	180.646	Março de 2027 Março de 2028 Março de 2029	
AES Tietê Eólica	Repasso BNDES	1.044.100	15/12/2014	TJLP + 2,88% aa	Mensal	Mensal	(ii) 649.306	Dezembro de 2031	Financiamento dos parques de Alto Sertão II
	Repasso BNDES (Banco do Brasil)			TJLP			(iii) 245.475		
	BNDES (Subcrédito Social)			TJLP + 2,60% aa			(iii) 4.100		
AES Tietê Eólica	Debêntures de Infraestrutura	146.000	15/12/2014	IPCA + 7,61% aa (1ª série) IPCA + 7,87% aa (2ª série)	Semestral	Semestral	88.862	Dezembro de 2025	Financiamento dos parques de Alto Sertão II

- (i) Os saldos devedores corrigidos monetariamente pelo IPCA em uma base diária são incorporados ao saldo da dívida.
- (ii) Em abril de 2019, parte dos recursos obtidos por meio da 1ª série da 9ª emissão de debêntures foram destinados ao resgate antecipado facultativo total da 1ª série da 6ª Emissão de Debêntures, no montante de R\$682.957 (R\$682.380 de principal e R\$577 de juros), com o consequente pagamento de prêmio de resgate antecipado, no montante de R\$6.122 (vide nota explicativa nº 28), e ao resgate antecipado obrigatório total das debêntures da 1ª série da 7ª emissão, no montante de R\$540.280 (R\$500.000 de principal e R\$40.280 de juros). O resgate antecipado facultativo foi realizado para alongamento da dívida e obtenção de melhores condições de taxa.
- (iii) Os recursos aportados pela Companhia para a controlada Nova Energia por meio de AFAC, no montante de R\$854.409 (vide nota explicativa nº 10), foram utilizados para os seguintes resgates antecipados: (i) financiamento com o BNDES, no valor total de R\$653.406; e (ii) financiamento mediante repasse do BNDES, realizado com o Banco do Brasil, no valor total de R\$245.475.

Todas as emissões da Controladora são quirografárias, não possuindo garantias, com exceção da 8ª emissão de debentures, que contém: (i) garantia fidejussória prestada pelas SPE's do Complexo solar de Boa Hora; (ii) penhor de ações das referidas SPE's; e (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios. Além disso, a debênture conta também com uma conta reserva relacionada ao pagamento das debêntures e com uma conta de complementação do ICSD (vide nota explicativa nº 9), para que no caso de descumprimento deste índice, a Controladora possa complementá-lo.

## Notas Explicativas



**15.4 Os valores relativos ao principal e encargos apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:**

	Controladora				Consolidado			
	30.09.2019		31.12.2018		30.09.2019		31.12.2018	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
<b>Moeda nacional</b>								
CDI	2.140.127	51,95	1.992.772	64,63	2.140.127	49,85	1.992.772	47,81
IPCA	1.979.793	48,05	1.089.721	35,34	2.152.806	50,15	1.258.928	30,21
TJLP	-	-	-	-	-	-	915.361	21,96
Taxa fixa	-	-	828	0,03	-	-	828	0,02
<b>Total</b>	<b>4.119.920</b>	<b>100,00</b>	<b>3.083.321</b>	<b>100,00</b>	<b>4.292.933</b>	<b>100,00</b>	<b>4.167.889</b>	<b>100,00</b>

**15.5 Em 30 de setembro de 2019, as parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:**

	Debêntures	Custos de transação	Total
2020	379.526	(2.918)	376.608
2021	52.312	(8.104)	44.208
2022	523.335	(8.047)	515.288
2023	684.699	(6.874)	677.825
2024	209.876	(6.440)	203.436
Após 2024	2.360.777	(23.901)	2.336.876
	<b>4.210.525</b>	<b>(56.284)</b>	<b>4.154.241</b>

**15.6 Os indexadores utilizados para atualização das debêntures, empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação**

	30.09.2019	31.12.2018
CDI <sup>(i)</sup>	5,40%	6,40%
TJLP <sup>(i)</sup>	5,95%	6,98%
IPCA <sup>(ii)</sup>	2,89%	3,75%

- (i) Índice do último dia útil do período  
(ii) Índice acumulado dos últimos 12 meses

**15.7 Compromissos financeiros - “Covenants”**

Como forma de monitoramento da situação financeira pelos credores da Companhia, são utilizados *covenants* financeiros nos contratos das debêntures, empréstimos e financiamentos.

Conforme definidos nos contratos, a Companhia e sua controlada indireta Tietê Eólica acompanham *covenants* qualitativos, os quais em 30 de setembro de 2019 encontram-se integralmente atendidos. Adicionalmente, a Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

4ª, 5ª e 6ª Emissões de Debêntures

- (i) Capacidade de endividamento (endividamento líquido): mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado<sup>1</sup> dos últimos 12 meses. Este índice deve ser inferior

<sup>1</sup> EBITDA ajustado - significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil da Emissora na linha “Resultado antes dos tributos sobre o lucro” (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; e (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada. No caso de uma aquisição de ativos, o

## Notas Explicativas



a 3,5 vezes, sendo que em caso de Aquisição de Ativos pela emissora, o índice assume como limite 3,85 vezes durante o período de 36 meses ou até a data de vencimento, o que ocorrer primeiro. Em 30 de setembro de 2019 este índice era de 2,93 vezes;

- (ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Este índice deve ser superior a 1,5 vezes. Em 30 de setembro de 2019 este índice era de 2,89 vezes.

A não observância dos índices mencionados anteriormente por dois trimestres consecutivos, verificados trimestralmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 30 de setembro de 2019.

### 7ª Emissão de Debêntures

- (i) Capacidade de endividamento (endividamento líquido): mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses. Este índice deve ser inferior a 4,0 vezes, sendo que em caso de um Evento de Investimento<sup>2</sup> pela emissora, o índice assume como limite 4,5 vezes durante o período de 12 meses, 4,25 vezes do 13º ao 24º mês, retornando para 4,0 vezes até a data de vencimento. Em 30 de setembro de 2019 este índice era de 2,93 vezes;
- (ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Este índice deve ser superior a 1,25 vezes. Em 30 de setembro de 2019 este índice era de 2,89 vezes.

### 8ª Emissão de Debêntures

ICSD: calculado a partir da divisão da geração de caixa das SPEs do Complexo Solar de Boa Hora pelo serviço da dívida. Este índice deve ser igual ou superior a 1,2 vezes. A periodicidade da verificação deste índice é anual, sendo que a primeira verificação ocorrerá apenas com base nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

### 9ª Emissão de Debêntures

- (i) Capacidade de endividamento (endividamento líquido): mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses. Este índice deve ser inferior a 4,5 vezes. Em 30 de setembro de 2019 este índice era de 2,92 vezes;
- (ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Este índice deve ser superior a 1,25 vezes. Em 30 de setembro de 2019 este índice era de 2,89 vezes.

### Complexo Eólico Alto Sertão II

Os financiamentos com debêntures estabelecem que o índice ICSD = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] devem ser maiores ou iguais a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o ICSD foi atendido.

---

cálculo e a verificação do índice financeiro deverá considerar o EBITDA Ajustado proforma do ativo adquirido, consolidado com o da Emissora, relativo aos 12 meses anteriores à data de liquidação da respectiva aquisição de ativos.

<sup>2</sup> Evento de investimento - significa uma aquisição, pela Emissora, direta ou indiretamente, de qualquer participação societária, inclusive por meio de subscrição ou compra e venda de valores mobiliários, fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, ou outros investimentos pela Emissora para a construção ou desenvolvimento de projetos de geração, armazenamento, comercialização e/ou gestão de energia, inclusive em decorrência de leilões de energia elétrica.

## Notas Explicativas



### Condições Restritivas

As dívidas emitidas pela controlada indireta Tietê Eólica contemplam cláusulas de condições restritivas, tais como restrição de distribuição de dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório:

O Estatuto Social da controlada indireta Tietê Eólica prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, a referida controlada possui debênture de infraestrutura, os quais possuem restrições de não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, acima de 25% do lucro líquido ajustado, salvo se expressamente autorizado pelos debenturistas reunidos em AGD, ou se atendidos os seguintes itens: (i) o acúmulo total de R\$60.000 na “Conta Reserva Especial da Holding” e “Reserva especial individual das SPE’s”; (ii) verificado o desempenho financeiro do projeto; (iii) preenchidas as contas reservas referentes ao serviço da dívida e a conta reserva de O&M; (iv) atingido o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) mínimo de 1,30; e (v) geração mínima consolidada das centrais geradoras eólicas de 1.430.475 MWh no período de doze meses imediatamente anteriores à distribuição pretendida; (vi) verificação do *completion* físico LER 2010 e *completion* Físico LEN 2011 e (vi) preenchimento das contas reservas do projeto.

Em 30 de setembro de 2019, a controlada indireta AES Tietê Eólica apresenta restrição para distribuir dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório, pois o item (ii) acima não foi atendido.

## 16 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.2, a partir de 1º de janeiro de 2019 a Companhia adotou o pronunciamento técnico IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil com aplicação prospectiva.

A movimentação do passivo arrendado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 é como segue:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	-	-
Adoção inicial IFRS16/CPC06 (R2)	14.069	39.639
Ingressos	1.385	5.747
Encargos financeiros	594	4.702
Pagamento de principal	(801)	(5.185)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2019</b>	<b>15.247</b>	<b>44.903</b>

## Notas Explicativas



Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

	Controladora	Consolidado
<b>CIRCULANTE</b>		
2019	96	186
2020	359	665
<b>Subtotal</b>	<b>455</b>	<b>851</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
2020	109	140
2021	476	588
2022	510	668
2023	615	523
2024	723	883
Após 2024	12.359	41.250
<b>Subtotal</b>	<b>14.792</b>	<b>44.052</b>
<b>Total</b>	<b>15.247</b>	<b>44.903</b>

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, alguns contratos de arrendamento não foram incluídos no escopo de reconhecimento por terem duração inferior a 12 meses ou valores abaixo de R\$387. Para estes casos, os pagamentos permanecem reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

A Companhia reconheceu na mensuração inicial o referido passivo de arrendamento em contrapartida ao ativo de direito de uso, na rubrica Imobilizado. Vide nota explicativa nº 11.

A Companhia possui contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas diretas AGV e Boa Hora, nos montantes de R\$4.658 e R\$4.347, totalizando R\$9.005 (nota explicativa nº11). Os terrenos foram subarrendados pelo prazo remanescente do contrato principal, possuindo a mesma taxa de desconto de 14,85% a.a. e vigência até novembro de 2045. Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. As condições de sublocação são as mesmas do aluguel original. Dessa forma, não há receita reconhecida. Os direitos de uso foram reconhecidos nas controladas e as obrigações de arrendamento na Companhia. Adicionalmente, conforme demonstrado na nota explicativa de partes relacionadas nº 29, foi reconhecido um contas a receber na controladora e um contas a pagar nas controladas.

## 17 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Participação nos lucros e resultados	6.961	10.513	6.974	10.609
Férias	7.809	7.643	7.834	7.761
Encargos sociais sobre férias e gratificações	3.767	2.748	3.780	2.791
13º Salário	3.457	-	3.467	-
Bônus (i)	1.701	1.579	1.701	1.579
Encargos sobre folha de pagamento	1.455	1.768	1.458	1.781
Folha de pagamento outros	75	53	75	52
<b>Total Circulante</b>	<b>25.225</b>	<b>24.304</b>	<b>25.289</b>	<b>24.573</b>
Bônus (i)	466	855	466	855
<b>Total Não Circulante</b>	<b>466</b>	<b>855</b>	<b>466</b>	<b>855</b>

## Notas Explicativas



- (i) Definido pela The AES Corporation, é um bônus diferido atrelado ao cumprimento de metas trienais. Representa 50% do ILP (Incentivo de Longo Prazo) de cada Diretor (estatutário e não estatutário) e o pagamento é assumido localmente pela Companhia. O indicador de referência é o EBITDA. O critério de pagamento prevê valores diferenciados para atingimento parcial, total ou superação de metas. Os valores atribuídos passam a ser disponíveis da seguinte forma: 1/3 no primeiro ano, 1/3 no segundo ano e 1/3 no terceiro ano, pagando-se no início do 4º ano.

## 18 OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Funcesp é a principal entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido (BD) é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio variam de 1,45% a 8,88%, conforme faixa salarial, e são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano.

### 18.1 Despesas reconhecidas no resultado do período

	Controladora			
	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018
Custo dos serviços correntes	962	2.887	779	2.338
Custo dos juros	10.124	30.372	9.162	27.487
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(9.386)	(28.157)	(9.099)	(27.297)
<b>Total das despesas benefício definido</b>	<b>1.700</b>	<b>5.102</b>	<b>842</b>	<b>2.528</b>
Contribuição definida	84	568	225	695
<b>Total da despesa no período</b>	<b>1.784</b>	<b>5.670</b>	<b>1.067</b>	<b>3.223</b>

  

	Consolidado			
	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018
Custo dos serviços correntes	962	2.887	779	2.338
Custo dos juros	10.124	30.372	9.162	27.487
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(9.386)	(28.157)	(9.099)	(27.297)
<b>Total das despesas benefício definido</b>	<b>1.700</b>	<b>5.102</b>	<b>842</b>	<b>2.528</b>
Contribuição definida	85	549	230	716
<b>Total da despesa no período</b>	<b>1.785</b>	<b>5.651</b>	<b>1.072</b>	<b>3.244</b>

## Notas Explicativas



### 18.2 Movimentação do passivo registrado

	Controladora e Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018
<b>Saldo no início do período</b>	<b>32.139</b>	<b>3.954</b>
Despesa do período conforme laudo atuarial	5.102	3.372
Pagamentos de contribuições	(1.100)	(1.346)
Ajuste de avaliação atuarial (remensurações)	-	26.159
<b>Saldo no final do período</b>	<b>36.141</b>	<b>32.139</b>

### 18.3 Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a Companhia possui plano de contribuição definida administrado pelo Itaú previdência e MetLife. Nessa modalidade, os benefícios são obtidos pela conversão dos saldos acumulados pelo participante e pelo patrocinador em seu nome, de acordo com a sua opção de renda. Este plano não gera para a Companhia obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar os benefícios. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

## 19 CONTA DE RESSARCIMENTO - CCEE

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas que operam contratos do LER 2010 e a CCEE e entre os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância - 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2010 e o maior valor entre o PLD médio do ano e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2010 e ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011.

Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2010 e LEN 2011 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER 2010 e para os parques do LEN 2011 30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2010, e mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância para os parques do LEN 2011. Os Parques do LER 2010 são valorados a 70% do preço de venda vigente e os parques do LEN 2011 são valorados pelo PLD mensal, conforme expresso nos referidos contratos. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2010. O primeiro quadriênio do LER 2010 se encerrou em agosto de 2017 e o LEN 2011 se encerrará em dezembro de 2019.

Para os parques do Complexo Solar Guaimbê (LER 2014), os ressarcimentos por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração serão ressarcidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração

## Notas Explicativas



serão ressarcidos em 12 parcelas mensais uniformes, após possíveis compensações com parques superavitários, valorado a 106% do preço contratual vigente. A receita variável por desvios positivos (acima da faixa de tolerância de 15%) de geração serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 30% do preço contratual vigente. A receita variável que estiver na faixa de tolerância de 15% de geração será recebida em 12 parcelas, após possíveis compensações com parques deficitários, valorado ao preço contratual vigente.

A receita dos Parques Eólicos e Solares é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente. Os ativos e passivos do ressarcimento representam os desvios positivos e negativos, respectivamente, que serão liquidados de acordo com as regras mencionadas acima.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos ativos e passivos em 30 de setembro de 2019:

	Consolidado							
	30.09.2019				31.12.2018			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
<b>CIRCULANTE</b>								
CCEE	3.376	937	30.336	12.954	-	-	32.060	6.358
Distribuidoras	5.689	877	140.167	26.379	-	-	40.522	6.026
<b>Subtotal</b>	<b>9.065</b>	<b>1.814</b>	<b>170.503</b>	<b>39.333</b>	-	-	<b>72.582</b>	<b>12.384</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
CCEE	11.635	2.374	41.329	9.352	50.938	2.541	56.159	10.623
Distribuidoras	-	-	52.441	8.090	-	-	162.235	24.125
<b>Subtotal</b>	<b>11.635</b>	<b>2.374</b>	<b>93.770</b>	<b>17.442</b>	<b>50.938</b>	<b>2.541</b>	<b>218.394</b>	<b>34.748</b>
<b>Total</b>	<b>20.700</b>	<b>4.188</b>	<b>264.273</b>	<b>56.775</b>	<b>50.938</b>	<b>2.541</b>	<b>290.976</b>	<b>47.132</b>

A movimentação dos saldos de ressarcimentos ativos e passivos é como segue:

	Consolidado			
	Saldo inicial em 31.12.2018	Provisão / Reversão de provisão (*)	Pagamentos	Saldo final em 30.09.2019
CCEE	2.541	770	-	3.311
Distribuidoras	-	877	-	877
<b>Total ativo</b>	<b>2.541</b>	<b>1.647</b>	-	<b>4.188</b>
CCEE	16.981	10.060	(4.735)	22.306
Distribuidoras	30.151	8.425	(4.107)	34.469
<b>Total passivo</b>	<b>47.132</b>	<b>18.485</b>	<b>(8.842)</b>	<b>56.775</b>

(\*) Os ressarcimentos são registrados na rubrica receita operacional líquida.

## Notas Explicativas



## 20 PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

## 20.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Controladora				Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados		Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Trabalhista (a)	4.210	5.161	2.491	3.895	4.210	5.161	2.491	3.895
Meio ambiente (b)	734	1.877	-	-	734	1.877	-	-
Regulatório (c)								
Perda no repasse da energia de Itaipu (c.1)	37.787	33.984	-	-	37.787	33.984	-	-
Despacho 288 (c.2)	37.529	36.441	-	-	37.529	36.441	-	-
Fiscal (d)								
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	5.972	5.878	-	-	5.972	5.878	-	-
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.2)	12.964	9.611	12.548	9.070	12.964	9.611	12.548	9.070
Cível (e)								
Arbitragens (e)	-	-	-	-	38.646	32.477	-	-
Outros processos cíveis	3.733	3.472	-	-	3.733	3.472	-	-
<b>Total</b>	<b>102.929</b>	<b>96.424</b>	<b>15.039</b>	<b>12.965</b>	<b>141.575</b>	<b>128.901</b>	<b>15.039</b>	<b>12.965</b>
Circulante	2.278	3.933			40.924	36.410		
Não Circulante	100.651	92.491			100.651	92.491		
<b>Total</b>	<b>102.929</b>	<b>96.424</b>			<b>141.575</b>	<b>128.901</b>		

O total de cauções e depósitos vinculados em 30 de setembro de 2019 no montante de R\$15.495 (R\$13.735 em 31 de dezembro de 2018), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado							
	30.09.2019				31.12.2018			
	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total
Trabalhista	2.491	198	258	2.947	3.895	211	559	4.665
Fiscal	12.548	-	-	12.548	9.070	-	-	9.070
<b>Total</b>	<b>15.039</b>	<b>198</b>	<b>258</b>	<b>15.495</b>	<b>12.965</b>	<b>211</b>	<b>559</b>	<b>13.735</b>

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.161	1.877	70.425	15.489	3.472	96.424
Provisão	1.299	-	-	2.938	100	4.337
Atualização monetária	51	92	1.088	510	262	2.003
Atualização cambial	-	-	3.803	-	-	3.803
Reversão de provisão	(290)	(1.235)	-	-	-	(1.525)
Pagamentos	(2.011)	-	-	(1)	(101)	(2.113)
Saldo em 30 de setembro de 2019	4.210	734	75.316	18.936	3.733	102.929

  

	Consolidado					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.161	1.877	70.425	15.489	35.949	128.901
Provisão	1.299	-	-	2.938	100	4.337
Atualização monetária	51	92	1.088	510	1.888	3.629
Atualização cambial	-	-	3.803	-	-	3.803
Reversão de provisão	(290)	(1.235)	-	-	-	(1.525)
Pagamentos	(2.011)	-	-	(1)	(34.204)	(36.216)
Outros (i)	-	-	-	-	38.646	38.646
Saldo em 30 de setembro de 2019	4.210	734	75.316	18.936	42.379	141.575

## Notas Explicativas



- (i) Refere-se à transferência de parte da contraprestação transferida em troca do controle do Complexo Alto Sertão II, que passou de obrigações de aquisições para processos judiciais, conforme detalhado no item (e) abaixo.

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo, podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

- (a) Trabalhistas: Existem 102 processos (140 em 31 de dezembro de 2018) de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 26 processos (38 em 31 de dezembro de 2018). O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia de R\$4.210, em 30 de setembro de 2019 (R\$5.161 em 31 de dezembro de 2018).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que estes processos serão concluídos até 2023.

- (b) Meio ambiente: Existem 110 processos (333 em 31 de dezembro de 2018) de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no polo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 96 demandas (281 em 31 de dezembro de 2018), já que as demais ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$734 (R\$1.877 em 31 de dezembro de 2018). A redução no saldo de processos prováveis refere-se ao fato de que a Companhia firmou um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC com o Ministério Público, acarretando o encerramento de 185 ações.

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2024.

- (c) Regulatório:

- (c.1) Perda no repasse de energia de Itaipu: Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da Companhia de adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito de a Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1 de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia recorreu da decisão, no qual restou decidido que a suspensão da liminar só valeria para o futuro (os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004). Em 17 de agosto de 2007, foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela Companhia. Em 17 de outubro de 2007, foi interposta apelação pela Eletrobrás e, em 26 de novembro de 2007, foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a Companhia aguarda julgamento dos recursos de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão atualizado pela variação cambial, em 30 de setembro de 2019, no montante de R\$37.787 (R\$33.984 em 31 de dezembro de 2018).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2020.

- (c.2) Despacho 288: Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a Companhia como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a Companhia teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a RGE Sul (anteriormente AES Sul), principal agente do mercado alcançado pelos

## Notas Explicativas



efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288 (pois passou de credora a devedora do mercado), ingressou com ação judicial buscando a anulação do referido despacho, bem como decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à RGE Sul. Assim, a CCEE (sucessora do MAE) elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a Companhia restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da RGE Sul foi julgada improcedente em 1ª instância. Em decorrência, a RGE Sul interpôs o recurso de apelação. Em 27 de março de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que julgou procedente a ação, determinando a anulação do Despacho ANEEL nº 288. Em face desta decisão, foram apresentados recursos pelos demais agentes do mercado e pela ANEEL. Ainda, a Companhia apresentou embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada nova decisão de 2ª instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela Companhia, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam julgamento. O montante provisionado atualizado pelo IGPM até 30 de setembro de 2019 corresponde a R\$37.529 (R\$36.441 em 31 de dezembro de 2018).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2023.

### (d) Fiscal:

- (d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram que de um total de R\$131.599 (R\$129.530 em 31 de dezembro de 2018) envolvidos na discussão, R\$5.972 (R\$5.878 em 31 de dezembro de 2018) são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2020.
- (d.2) A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia está obrigada a efetuar o recolhimento dos valores. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 30 de setembro de 2019, corresponde a R\$12.964 (R\$9.611 em 31 de dezembro de 2018) e efetuou depósitos judiciais no montante atualizado de R\$12.548 (R\$9.070 em 31 de dezembro de 2018). Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia estima como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Além disso, por se tratar de obrigação legal, a Companhia efetuou provisão para o referido valor. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2021.

### (e) Cível:

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Nova Energia, passivo contingente avaliado ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$58.000. Desse montante, R\$22.265 já estavam registrados no balanço patrimonial da adquirida, na rubrica de "Fornecedores". Tais valores estavam relacionados a dois procedimentos arbitrais movidos em face da Renova e das 15 SPE's relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II por fornecedores contratados na época. Como a Companhia efetuou o pagamento dos valores relativos a uma

## Notas Explicativas



das arbitragens (“arbitragem B”), com a posterior liberação da “escrow” correspondente, permanece em andamento apenas um caso.

O procedimento de arbitragem (“arbitragem A”) foi iniciado em dezembro de 2015, relativo à execução de contratos de locação de guindastes e montagem de torres em parques eólicos, com o objetivo de obter os valores remanescente devidos por supostos atrasos nos cronogramas de obras, alegadamente atribuíveis à Renova. Em julho de 2018, foi proferida sentença arbitral julgando procedentes os pedidos das requerentes e improcedentes os pedidos da Renova, determinando a liquidação de parte da sentença para apuração dos valores relativos a determinados pleitos. Em virtude da ausência de pagamento espontâneo, por parte da Renova, com relação à parte líquida da sentença arbitral, foi ajuizada ação judicial para execução de sentença arbitral. Em fevereiro de 2019, foi proferida decisão que deferiu a penhora da quantia atualizada de R\$34.103. Em decorrência, foi bloqueado o montante total disponível nas contas de titularidade das SPE’s o valor total de R\$27.405, sendo o saldo remanescente de R\$6.698 pago diretamente pela Companhia, pois, por ser a atual controladora das SPE’s, é devedora solidária no polo passivo das demandas judiciais. Conforme condição precedente do Memorando de Fechamento da aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II, em 2017 a Companhia efetuou depósito de garantias para litígios, assim como o provisionamento das obrigações de aquisição. Em abril de 2019, Companhia ressarciu as SPE’s por meio das “escrows” correspondentes. Atualmente, aguarda-se decisão do juízo quanto a extinção do feito com relação a essa parcela da condenação. Com relação aos pedidos ilíquidos, em 22 de abril de 2019, o assistente técnico apresentou o laudo pericial, apontando que os pleitos outrora tidos como ilíquidos atingem o montante atualizado até 30 de setembro de 2019 de R\$38.646. Em 28 de agosto de 2019, ambas as partes apresentaram nova manifestação quanto ao laudo pericial. Importante ressaltar que este montante faz parte da contraprestação transferida em troca do controle do Complexo Alto Sertão II e, por este motivo, estava provisionado em obrigações de aquisições. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável. Conforme detalhado na nota explicativa nº 9, os valores depositados nas contas garantia são comunicáveis entre si e garantem o pagamento de quaisquer obrigações de indenizações dos vendedores. Dessa forma, a Companhia reclassificou o referido montante de obrigações de aquisições para processos judiciais. Atualmente, aguarda-se a manifestação das partes acerca do laudo pericial, oportunidade em que será possível questionar os valores apurados pelo perito e, apenas após essa fase, as empresas terão pleno conhecimento do montante da condenação a ser adimplido.

### 20.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Meio ambiente (a)	Não determinado	Não determinado	Não determinado	Não determinado
Cível (b)	9.395	8.709	9.395	8.709
Fiscal (c)	344.426	328.114	344.426	328.114
Regulatório (d)	-	109.482	-	109.482
<b>Total</b>	<b>353.821</b>	<b>446.305</b>	<b>353.821</b>	<b>446.305</b>

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

- (a) Meio ambiente - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas à suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos

## Notas Explicativas



reservatórios de (a.1) Bariri, (a.2) Barra Bonita e (a.3) Nova Avanhandava, e possuem valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

- (a.1) Em janeiro de 2007, foi deferida liminar para determinar que a Companhia se abstenha de conceder, a título oneroso ou gratuito, o uso das faixas de terras inseridas em área de preservação permanente. Em agosto de 2007, as partes acordaram pela suspensão do processo, para que a Companhia apresente PACUERA (Plano Ambiental de Conservação de Uso do Entorno do Reservatório Artificial). Em agosto de 2008, a Companhia informou quanto a necessidade da CETESB apresentar diretrizes (Termo de Referência) para o respectivo PACUERA, tendo sido proferida decisão para suspender o processo até que a CETESB apresente as referidas diretrizes.
- (a.2) Com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a Companhia foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a Companhia apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da Companhia avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela Companhia. O processo foi então remetido ao Tribunal de Justiça. Em janeiro de 2018, na 1ª Câmara reservada ao Meio Ambiente, foi proferido despacho determinando o retorno dos autos à origem, diante da ausência de intimação do Ministério Público acerca da sentença e atos processuais posteriores. Em março de 2018, os autos foram recebidos na vara de origem e remetidos ao Ministério Público, o qual apresentou a sua manifestação. Em decorrência, a Companhia apresentou a sua manifestação à cota da Procuradoria e o processo será remetido para julgamento; e
- (a.3) Com relação à ação do Reservatório de Nova Avanhandava, após decisão que julgou improcedente a ação em 1ª instância, em outubro de 2009, o Tribunal decidiu por anular a decisão de 1ª instância, determinando a realização de perícia, a fim de verificar se houve dano/impacto ambiental que não estivesse compensado pelo licenciamento ambiental. Após as apresentações dos recursos cabíveis, em julho de 2017, a referida decisão transitou em julgado, razão pela qual o processo retornou para a 1ª instância para a realização de perícia.

Além disso, a Companhia possui 1 ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público contra o Estado de São Paulo, CETESB e Companhia, com o objetivo de impedir a proliferação de Algas Cianofíceas no Rio Tietê. Da companhia, o Ministério Público requer: (a) plano de contingência para o controle e redução das algas nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita sempre que atingirem níveis que coloquem em risco a saúde humana; (b) monitoramento do Rio Tietê com coletas mensais, informando os resultados à CETESB; (c) reflorestamento de toda a margem dos reservatórios que opera, localizados no Rio Tietê; e (d) pagamento de indenização pelos danos eventualmente considerados irreversíveis causados ao meio ambiente, a serem apurados em liquidação de sentença. Em 03 de setembro de 2018, foi concedida liminar aos pedidos do Ministério Público, a qual determina à Companhia: (i) Estabelecer, em conjunto com o Estado e a CETESB, plano de contingência para o controle e redução das cianobactérias nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita; (ii) Iniciar monitoramento do Rio Tietê, com coletas mensais, devendo informar os resultados à CETESB com a mesma periodicidade e ainda disponibilizar os dados obtidos nesse monitoramento em seu site na internet; e (iii) Apresentar, no prazo máximo de 6 meses, projeto de reflorestamento de toda a mata ciliar dos reservatórios que opera ao longo do Rio Tietê. A Companhia recorreu da decisão liminar, buscando suspender seus efeitos, e em 24 de outubro de 2018, foi publicada decisão favorável à Companhia no tribunal, suspendendo os efeitos da Liminar. Em março de 2019, foi proferida decisão que deu provimento ao recurso apresentado pela Companhia e, conseqüentemente, revogou a liminar que determinava uma série de obrigações para a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento em primeira instância. Tal ação possui valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

## Notas Explicativas



### (b) Cível:

- (b.1) Obrigação de expansão: Em outubro de 2018, a Companhia assinou acordo judicial com o Estado de São Paulo. No acordo judicial, restou registrado que: (i) 80% da obrigação de expansão (317 MW) foi cumprida ou está em fase de cumprimento; e (ii) a partir da homologação judicial do acordo, homologado em 22 de janeiro de 2019, a Companhia tem o prazo de até 6 anos para cumprir o saldo remanescente (81 MW). Em 22 de janeiro de 2019, foi proferida decisão que homologou a referido acordo. Com isso, a partir da referida homologação judicial, o processo ficará suspenso por 6 anos. Em caso de não cumprimento da obrigação remanescente no prazo de até 6 anos, fica a Companhia sujeita aos termos formulados na petição inicial pelo Estado de São Paulo, sob pena de pagamento de indenização por eventuais perdas e danos. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 1.5.
- (b.2) Em 13 de março de 2013, foi movida ação judicial contra a Companhia, visando a cobrança de valores supostamente devidos em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre a Dicrel - Dois Irmãos Comercio e Reflorestamento Ltda e a Companhia, na medida que a Autora entende não ter incorrido nas hipóteses de rescisão unilateral dos contratos e, portanto, ser credora de valores residuais.

Em abril de 2013, a Companhia apresentou contestação. Em virtude de tratar-se de matéria de prova, o juiz de 1ª instância determinou a realização de perícias (ambiental e contábil), com o fim de identificar a veracidade dos fatos alegados na inicial. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão de perícia ambiental. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$8.592, atualizado até 30 de setembro de 2019 (R\$7.963 em 31 de dezembro de 2018).

### (c) Fiscal:

- (c.1) Compensações de IRPJ e CSLL: Referem-se a intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item (d.1) da nota explicativa nº 20.1 sendo estimado como perda possível R\$125.627 de um total de R\$131.599 (R\$123.652 de um total de R\$129.530 em 31 de dezembro de 2018). Em 19 de abril de 2017, a Companhia foi intimada de decisão de 2ª instância administrativa desfavorável aos seus interesses. Tal decisão foi proferida em um dos quatro processos administrativos, cujo prognóstico é classificado como possível, em que se discutem as compensações de IRPJ e CSLL, o qual corresponde ao valor atualizado até 30 de setembro de 2019 em R\$50.111. Em 27 de abril de 2017, a Companhia interpôs recurso especial que será apreciado pela Câmara Superior do CARF. Apesar da decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece classificado como possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que esta fase do processo será concluída durante o ano de 2020. No tocante às demais três compensações, aguarda-se decisão dos recursos administrativos apresentados pela Companhia perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF (2ª instância administrativa). Em relação a esses três processos, a administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que as fases atuais dos processos serão concluídas durante o ano de 2020.
- (c.2) Auto de infração - ágio: Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$157.475 atualizado até 30 de setembro de 2019 (R\$153.772 até 31 de dezembro de 2018). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à Companhia. Em maio de 2016, foi proferida

## Notas Explicativas



decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a Companhia recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a Companhia recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial. Em outubro de 2017, foi proferida decisão desfavorável aos interesses da Companhia pela Câmara Superior do CARF. Desta forma, encerraram-se as possibilidades de recursos na esfera administrativa. Em janeiro de 2018, a Companhia ingressou com medida judicial para discutir o débito em questão. Ainda, com o intuito de suspender a exigibilidade do débito, foi apresentado seguro garantia e obtida decisão liminar para garantir a suspensão do débito. Atualmente, aguarda-se o julgamento de mérito em 1ª instância. Em maio de 2018, a Companhia opôs embargos à execução fiscal. Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou os embargos à execução extintos sem a análise do mérito. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Em relação ao andamento da ação anulatória, aguarda-se o julgamento em 1ª instância. Em que pese o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.

- (c.3) Auto de infração - Refere-se ao Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida, no ano de 2008, dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela Companhia, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da Companhia. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável à Companhia. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em outubro de 2016, foi proferida decisão desfavorável que rejeitou os embargos de declaração. Em decorrência, foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento pela Câmara Superior do CARF. Em que pese a decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado. O valor atualizado até 30 de setembro de 2019 é de R\$9.396 (R\$9.165 em 31 de dezembro de 2018).
- (c.4) Mandado de Segurança- Multa de Mora: Em abril de 2005, a Companhia moveu ação judicial em face da União Federal com o intuito de afastar a aplicação de multa de mora dos pagamentos de diferenças espontaneamente recolhidas a título de Contribuição ao PIS e da COFINS, referentes aos meses de junho a outubro de 2004. Em outubro de 2005, foi proferida decisão de 1ª instância, favorável aos interesses da Companhia. Em decorrência, a União Federal interpôs o recurso de apelação. Em setembro de 2008, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso da União Federal, mantendo a decisão favorável a Companhia. Em face desta decisão, a União Federal interpôs Recurso Especial e a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região determinou que fosse realizado o juízo de retratação e, com isso, um novo julgamento do recurso de apelação da União. Em fevereiro de 2010, foi proferida decisão monocrática favorável aos interesses da União Federal. Em decorrência, em fevereiro de 2011, a Companhia interpôs Recurso Especial. Atualmente, aguarda-se o julgamento do referido recurso. O valor atualizado até 30 de setembro de 2019 é de R\$9.597 (R\$9.452 em 31 de dezembro de 2018).
- (c.5) Auto de Infração IRPJ - Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ referente as estimativas mensais de dezembro de 2004 e dezembro de 2007, acrescidos de multa isolada e de ofício. Em novembro de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável a Companhia, a qual cancelou a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcialmente a cobrança relativa ao ano de 2004, além de cancelar parcela da multa aplicada. Em decorrência, além do recurso de ofício (por parte da Fazenda), a Companhia interpôs recurso voluntário. Em abril de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de ofício e deu parcial provimento ao recurso voluntário da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia interpôs recurso especial para discutir a parcela da decisão que manteve a cobrança de

## Notas Explicativas



IRPJ relativa ao ano de 2004. Como a Fazenda apresentou recurso especial apenas em face da parcela da decisão que cancelou as multas, tornou-se definitivo o cancelamento da cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcela do imposto referente ao ano de 2004. Atualmente, aguarda-se o julgamento pelo CARF do recurso especial apresentado pela Fazenda. No tocante ao recurso especial da Companhia, em março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso. Assim, em virtude do encerramento da discussão na esfera administrativa e com o intuito de continuar discutindo judicialmente a matéria, a Companhia apresentou seguro garantia e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal, em 1ª instância. O valor atualizado do caso para 30 de setembro de 2019 é de R\$20.059 (R\$15.577 em 31 de dezembro de 2018).

- (d) Regulatório: Resolução Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 março de 2013: A Resolução CNPE nº 3, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço, bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo dos Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passa a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional - SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve liminar que suspendeu o rateio do ESS aos produtores independentes. A decisão judicial apontou que os custos só poderiam ser repassados aos produtores independentes por meio de mudança em lei. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação era classificada como possível.

Em 05 de dezembro de 2014, houve sentença favorável à APINE, ratificando a liminar obtida, declarando desta forma a inexigibilidade do ESS decorrente da Resolução CNPE 03. Em 15 de dezembro de 2014, a União interpôs o recurso de apelação, para o qual foi negado provimento pela 7ª Turma do Tribunal Regional Federal. Em face desta decisão, a União interpôs recurso especial, tendo sido proferida decisão que negou seguimento ao recurso.

Considerando que a União não interpôs agravo contra a decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, em 03 de junho de 2019, foi certificado o trânsito em julgado do acórdão de apelação.

Assim, em virtude do encerramento da ação de forma favorável aos interesses da Companhia, a probabilidade anteriormente classificada como possível torna-se extinta.

### 20.3 Outros processos - Rebaixamento Hidrelétrico (*Generation Scaling Factor - GSF*)

A APINE obteve em 1º de julho de 2015, uma liminar favorável a todas as geradoras elétricas representadas pela associação no âmbito da Ação Judicial, entre elas a Companhia. Em 07 de fevereiro de 2018, a ação judicial foi julgada improcedente em 1ª instância e, conseqüentemente, revogou os efeitos da liminar que protegia as empresas associadas da APINE dos efeitos do GSF no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Em 14 de fevereiro de 2018, foram opostos embargos de declaração, julgados em 16 de fevereiro de 2018, preservando os efeitos da liminar durante o período em que a mesma esteve válida, ou seja, de 01 de julho de 2015 a 07 de fevereiro de 2018, até o julgamento definitivo, em 2ª instância.

Em 20 de fevereiro de 2018, a ANEEL opôs embargos de declaração, com o objetivo de reformar a parcela da decisão que restabeleceu os efeitos de liminar. Em 06 de março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento aos embargos de declaração da ANEEL e, conseqüentemente, manteve os efeitos da liminar favorável à APINE. A ANEEL apelou da decisão de 1ª instância, buscando, através de pedido liminar, cancelar a decisão que manteve os efeitos da liminar em favor da APINE (no período de 07 de janeiro de 2015 a 07 de fevereiro de 2018).

## Notas Explicativas



Em 30 de abril de 2018, o Tribunal negou o pedido da ANEEL. A APINE, por sua vez, também apelou da decisão de 1ª instância, pleiteando, dentre outros pedidos, que os efeitos da liminar não se restringissem a 07 de fevereiro de 2018, mas sim até o julgamento final em 2ª instância.

Em 07 de maio de 2018, o Tribunal acatou o pedido da APINE e, conseqüentemente, determinou que a CCEE fique impossibilitada de aplicar, mensalmente, os efeitos do GSF no MRE, aos integrantes da ação judicial.

A ANEEL recorreu da decisão do Tribunal que estendeu os efeitos da liminar e, em 23 de outubro de 2018, o Superior Tribunal de Justiça - STJ proferiu decisão que deferiu parcialmente o pleito da ANEEL. Com essa decisão, foi mantida a liminar para o período compreendido entre julho de 2015 a fevereiro de 2018 e revogada a parcela da decisão que estendeu os efeitos da estabilização da liminar para o período posterior à própria decisão (maio de 2018) e até trânsito em julgado da sentença. Na prática, esta decisão permite que os valores de GSF em aberto correspondentes ao período posterior a fevereiro de 2018 passem ser liquidados pela CCEE. Com relação ao mérito da discussão, aguarda-se o julgamento das apelações interpostas pela ANEEL e APINE.

A Companhia estima que o provável desembolso relacionado a esta discussão, atualizado até 30 de setembro de 2019, seja de aproximadamente R\$1.086.044 (R\$979.740 em 31 de dezembro de 2018), montante este recebido pela Companhia por meio das liquidações financeiras da CCEE, sem impacto deste valor em sua demonstração de resultado, uma vez que os efeitos dessas operações já se encontram devidamente reconhecidos, sem considerar os efeitos das medidas liminares. Com a finalidade de atender possíveis compromissos futuros do GSF, esses montantes recebidos estão mantidos em investimentos, sob a rubrica Caixa e equivalentes de caixa. Vide notas explicativas nº 13 e 30.3 (c.2).

### Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, conforme abaixo:

Consolidado	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	5	175.555	0,35 a 2,80%
Trabalhista	2	1.492	0,28% a 0,34%
Cível	1	8.561	0,35%
	<b>8</b>	<b>185.608</b>	

## 21 ENCARGOS SETORIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
<b>CIRCULANTE</b>				
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	10.058	8.065	10.058	8.065
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	8.398	2.675	8.398	2.675
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	1.090	411	1.090	411
Ministério de minas e energia	545	205	545	205
Taxa de fiscalização ANEEL	681	565	841	648
<b>Subtotal</b>	<b>20.772</b>	<b>11.921</b>	<b>20.932</b>	<b>12.004</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	10.479	15.788	10.479	15.788
<b>Subtotal</b>	<b>10.479</b>	<b>15.788</b>	<b>10.479</b>	<b>15.788</b>
<b>Total</b>	<b>31.251</b>	<b>27.709</b>	<b>31.411</b>	<b>27.792</b>

## Notas Explicativas



## 22 OUTRAS OBRIGAÇÕES

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Obrigações de aquisições (i) e (ii)	38.646	19.989	1.250	19.989
Meio ambiente	2.333	1.583	2.759	2.009
Ônus de acordo bilateral - Eletropaulo	-	437	-	437
Obrigações especiais (iii)	476	459	473	459
Ajuste financeiro MCSD (iv)	-	-	3.956	335
Demais obrigações	501	534	5.111	2.870
<b>Subtotal</b>	<b>41.956</b>	<b>23.002</b>	<b>13.549</b>	<b>26.099</b>

  

NÃO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Obrigações de aquisições (v)	30.603	64.798	30.603	46.615
Meio ambiente	10.597	7.850	17.184	14.442
Obrigações especiais (iii)	3.539	3.879	3.539	3.879
Ajuste financeiro MCSD (iv)	-	-	1.978	5.934
Provisões para desmobilização (vi) (nota 11)	-	-	13.879	12.821
Demais obrigações	3.060	2.873	3.211	3.681
<b>Subtotal</b>	<b>47.799</b>	<b>79.400</b>	<b>70.394</b>	<b>87.372</b>
<b>Total</b>	<b>89.755</b>	<b>102.402</b>	<b>83.943</b>	<b>113.471</b>

- (i) Na controladora refere-se à parte da contraprestação a ser transferida em troca da aquisição do controle acionário do Complexo Alto Sertão II. No consolidado, devido ao andamento do procedimento arbitral relacionado aos pedidos anteriormente ilíquidos, o montante de R\$38.646 foi reclassificado para a rubrica de processos judiciais, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.1(e) de provisões para processos judiciais e outros.
- (ii) O montante de R\$1.250 apresentado na demonstração consolidada refere-se à contraprestação transferida a ser pago pela controlada Tietê Inova em troca do controle das adquiridas Inova I e Inova II, atualizada pelo CDI e ainda sujeito ao cumprimento de condições precedentes específicas, conforme apresentado na nota explicativa nº 1.4.
- (iii) De acordo com a publicação do Decreto 9022/2017, em seu artigo 27, os recursos do fundo de reversão e da Reserva Global de Reversão (RGR) que foram investidos e não compensados serão corrigidos monetariamente pelos mesmos índices de correção dos ativos. Assim, a Companhia amortizará integralmente os débitos com o fundo da RGR até 31 de dezembro de 2026. A CCEE vem cobrando o referido saldo em parcelas mensais, aplicando juros de 5% a.a.
- (iv) De acordo com o estabelecido no contrato de venda para a Renova Comercializadora de Energia S.A, firmado em 03 de agosto de 2017, a diferença entre a energia comprada e a energia entregue, geraria uma obrigação de ressarcimento, com as mesmas regras do CCEAR com a CCEE, detalhados na nota explicativa nº 19. Este ressarcimento é atualizado pelo IPCA e será pago até dezembro de 2020.
- (v) Composto por R\$29.102 de *Earn-out* e R\$1.501 de indenizações gerais, totalizando R\$30.603.
- (vi) Em junho de 2018, a Companhia reconheceu provisão no montante de R\$12.530 em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo do Complexo Eólico Alto Sertão II. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico. A taxa de



## Notas Explicativas



## 23.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Controladora	
	30.09.2019	31.12.2018
<u>Reservas de capital:</u>		
Reserva especial de ágio na incorporação	128.609	186.570
Remuneração das imobilizações em curso - capital próprio	9.405	9.405
Ações e opções de ações outorgadas	3.147	2.839
Ações em tesouraria	264	264
<b>Subtotal</b>	<b>141.425</b>	<b>199.078</b>
<u>Avaliação patrimonial:</u>		
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	700.094	743.629
<u>Outros resultados abrangentes:</u>		
Plano de previdência privada - ganho (perda) atuarial, líquido de impostos	(16.494)	(16.494)
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	(9.043)	-
Hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos	(853)	1.797
<b>Subtotal</b>	<b>(26.390)</b>	<b>(14.697)</b>
<u>Reservas de lucro:</u>		
Reserva legal	83.329	83.329
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	78.616
Reserva de investimentos	16.873	16.873
<b>Subtotal</b>	<b>100.202</b>	<b>178.818</b>
<b>Total</b>	<b>915.331</b>	<b>1.106.828</b>

## 23.2 Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2018, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi registrada proposta da Administração da Companhia para distribuição de dividendos complementares no montante de R\$78.616, correspondente a R\$0,03996170425 por ação ordinária e preferencial e R\$0,19980852125 por *unit* referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este valor estava classificado no patrimônio líquido sob a rubrica “proposta de distribuição de dividendos adicionais”. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2019, foi aprovada sua distribuição, sendo o pagamento realizado em 24 de julho de 2019.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de dezembro de 2018, foi aprovada a distribuição dos juros sobre o capital próprio, não imputáveis ao dividendo obrigatório referentes ao exercício de 2018, no montante de R\$47.363 correspondente a R\$0,02407399362 por ação ordinária e preferencial e R\$0,12036996810 por *unit*. A Companhia realizou o pagamento em 24 de julho de 2019.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de maio de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$63.497 correspondente a R\$0,03227507501 por ação ordinária e preferencial e R\$0,16137537505 por *unit* referente ao período encerrado em 31 de março de 2019. O pagamento foi realizado em 24 de julho de 2019.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de agosto de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$35.207 correspondente a R\$0,01789513391 por ação ordinária e preferencial e R\$0,08947566955 por *unit* referente ao

## Notas Explicativas



período encerrado em 30 de junho de 2019. O pagamento foi realizado em 23 de outubro de 2019.

## 24 RESULTADO POR AÇÃO

De acordo com a nota explicativa nº 23, a Companhia emitiu 11.090.552 ações ordinárias e 17.057.152 ações preferenciais através de capitalização de parcela da reserva especial de ágio. A Companhia entende que a transação ocorreu sem ingresso de novos recursos, sendo assim, considerou necessário ajustar a média ponderada de ações como se o evento tivesse ocorrido no início do último período apresentado. Desta forma, o cálculo do resultado básico e diluído por ação foi ajustado para o período comparativo apresentado. Assim, tanto o numerador (lucro do período) quanto denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.

A tabela a seguir apresenta o cálculo da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019:

Ações ordinárias:	Quantidade de ações	Número de dias - %	Média ponderada
Data inicial			
01.01.2019 a 07.08.2019	775.175	219 (80,22%)	621.844
08.08.2019 a 30.09.2019	786.265	54 (19,78%)	155.524
<b>Total da média ponderada das ações ordinárias</b>		<b>273 (100%)</b>	<b>777.368</b>

  

Ações preferenciais:	Quantidade de ações	Número de dias - %	Média ponderada
Data inicial			
01.01.2019 a 07.08.2019	1.192.210	219 (80,22%)	956.388
08.08.2019 a 30.09.2019	1.209.267	54 (19,78%)	239.196
<b>Total da média ponderada das ações preferenciais</b>		<b>273 (100%)</b>	<b>1.195.584</b>

### 24.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico

A tabela a seguir apresenta o resultado básico por ação para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018.

	Controladora			
	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018
<b>Numerador:</b>				
Resultado líquido do período	97.109	194.561	35.368	183.085
<b>Denominador (em milhares de ações):</b>				
Média ponderada do número de ações ordinárias	781.684	777.368	775.175	775.168
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.202.222	1.195.584	1.192.210	1.192.185
Remuneração das ações preferenciais - idênticas às ordinárias	1,00	1,00	1,00	1,00
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	1.202.222	1.195.584	1.192.210	1.192.185
<b>Denominador ajustado</b>				
Denominador para lucro básico por ação	1.983.906	1.972.952	1.967.385	1.967.353
Denominador para lucro básico por ação ajustado	1.983.906	1.972.952	1.967.385	1.967.353
<b>Resultado básico por ação (R\$ por ação)</b>				
Resultado básico por ação ordinária	0,04895	0,09861	0,01798	0,09306
Resultado básico por ação preferencial	0,04895	0,09861	0,01798	0,09306
Resultado básico por Unit	0,24474	0,49307	0,08989	0,46531

## Notas Explicativas



## Resultado atribuível aos acionistas:

	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018
Ordinárias	38.262	76.659	13.935	72.138
Preferenciais	58.847	117.902	21.433	110.947
<b>Total</b>	<b>97.109</b>	<b>194.561</b>	<b>35.368</b>	<b>183.085</b>

## 24.2 Demonstração do cálculo do lucro por ação - diluído

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23.1, a Companhia possui uma reserva especial de ágio no montante de R\$128.609 (R\$186.570 em 31 de dezembro de 2018), que poderá ser capitalizada a favor de sua controladora AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR Participações S.A., sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio são consideradas diluidoras para o cálculo do resultado por ação diluído da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas.

Caso a reserva seja capitalizada em favor dos acionistas AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR com emissão de 100% das ações e nenhum acionista minoritário exerça seu direito de participar do aumento de capital, o percentual dos demais acionistas reduziria de 47,24% para 46,04% em 30 de setembro de 2019, considerando os preços das ações nesta mesma data.

	Controladora			
	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018
<b>Numerador:</b>				
Resultado líquido do período	97.109	194.561	35.368	183.085
<b>Denominador incluindo ações a serem subscritas com a totalidade da reserva de ágio (em milhares de ações):</b>				
Média ponderada do número de ações ordinárias	801.025	796.709	812.681	812.674
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.234.831	1.228.193	1.251.095	1.251.070
<b>Resultado diluído por ação (R\$ por ação)</b>				
Resultado diluído por ação ordinária	0,04796	0,09608	0,01714	0,08871
Resultado diluído por ação preferencial	0,04796	0,09608	0,01714	0,08871
Resultado diluído por Unit	0,23979	0,48042	0,08569	0,44357

## Lucro atribuível aos acionistas em uma possível realização da reserva de ágio

	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018
Ordinárias	38.262	76.659	13.935	72.138
Preferenciais	58.847	117.902	21.433	110.947
<b>Total</b>	<b>97.109</b>	<b>194.561</b>	<b>35.368</b>	<b>183.085</b>

## Notas Explicativas



## 25 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora							
	01.07.2019 a 30.09.2019		01.01.2019 a 30.09.2019		01.07.2018 a 30.09.2018		01.01.2018 a 30.09.2018	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	2.633.003	437.023	7.961.918	1.332.294	2.461.340	418.638	7.136.675	1.201.977
Mercado de curto prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
MRE	854.678	10.491	1.534.980	16.714	(28.175)	(334)	138.466	13
SPOT	68.745	13.373	217.549	54.468	263.799	127.576	674.555	220.058
Outros	-	13.154	-	17.908	-	929	-	12.718
Leilão - Outras empresas	-	-	-	-	57.366	8.914	174.099	27.052
Partes relacionadas (nota 29)	-	-	135.655	5.745	-	-	-	-
Outras receitas	-	303	-	1.545	-	243	-	385
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>3.556.426</b>	<b>474.344</b>	<b>9.850.102</b>	<b>1.428.674</b>	<b>2.754.330</b>	<b>555.966</b>	<b>8.123.795</b>	<b>1.462.203</b>
PIS e Cofins	-	(42.805)	-	(130.319)	-	(51.085)	-	(134.268)
ICMS	-	(4.662)	-	(12.900)	-	(3.676)	-	(10.655)
Pesquisa e desenvolvimento	-	(4.044)	-	(12.214)	-	(4.838)	-	(12.645)
ISS	-	-	-	-	-	(1)	-	(2)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.556.426</b>	<b>422.833</b>	<b>9.850.102</b>	<b>1.273.241</b>	<b>2.754.330</b>	<b>496.366</b>	<b>8.123.795</b>	<b>1.304.633</b>

	Consolidado							
	01.07.2019 a 30.09.2019		01.01.2019 a 30.09.2019		01.07.2018 a 30.09.2018		01.01.2018 a 30.09.2018	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	2.633.003	437.023	7.961.918	1.332.294	2.461.340	418.638	7.136.675	1.201.977
Mercado de curto prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
MRE	854.678	10.491	1.534.980	16.714	(28.175)	(334)	138.466	13
SPOT	79.010	15.519	249.537	59.498	293.033	137.993	730.054	236.381
Outros	-	15.370	-	25.912	-	929	-	12.718
Leilão - Outras empresas	-	-	-	-	57.366	8.914	174.099	27.052
Contratos de energia eólicos	381.495	81.745	1.148.563	192.588	284.738	50.203	750.476	131.742
Contratos de energia solares	77.226	20.199	195.865	56.006	18.336	4.910	18.336	4.910
Partes relacionadas (nota 29)	-	92	-	1.227	-	6.575	-	7.704
Outras receitas	-	1.520	-	3.666	-	748	-	1.368
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>4.025.412</b>	<b>581.959</b>	<b>11.090.863</b>	<b>1.687.905</b>	<b>3.086.638</b>	<b>628.576</b>	<b>8.948.106</b>	<b>1.623.865</b>
PIS e Cofins	-	(46.539)	-	(139.306)	-	(55.120)	-	(143.603)
ICMS	-	(6.321)	-	(14.562)	-	(3.676)	-	(10.655)
Pesquisa e desenvolvimento	-	(4.044)	-	(12.214)	-	(4.838)	-	(12.645)
ISS	-	(40)	-	(109)	-	(98)	-	(110)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>4.025.412</b>	<b>525.015</b>	<b>11.090.863</b>	<b>1.521.714</b>	<b>3.086.638</b>	<b>564.844</b>	<b>8.948.106</b>	<b>1.456.852</b>

## 26 CUSTO DA ENERGIA COMPRADA E TRANSMISSÃO

	Controladora							
	01.07.2019 a 30.09.2019		01.01.2019 a 30.09.2019		01.07.2018 a 30.09.2018		01.01.2018 a 30.09.2018	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	739.215	(149.470)	1.843.942	(363.514)	719.385	(253.802)	1.309.668	(364.033)
Contratos com partes relacionadas (nota 29)	-	-	14.442	(4.613)	119.895	(29.560)	355.827	(87.729)
Mercado de curto prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
MRE	18.741	(45)	99.898	(1.330)	(70.909)	(471)	(6.514)	(4.765)
SPOT	15.669	(3.304)	119.614	(38.758)	-	654	-	2.774
Outros	-	-	-	-	-	1.135	-	(4.025)
Encargos de transmissão	-	(36.348)	-	(108.282)	-	(37.215)	-	(106.779)
Encargos de conexão	-	(735)	-	(2.161)	-	(713)	-	(2.232)
Crédito de PIS e Cofins	-	18.732	-	49.355	-	33.126	-	63.244
<b>Total</b>	<b>773.625</b>	<b>(171.170)</b>	<b>2.077.896</b>	<b>(469.303)</b>	<b>768.371</b>	<b>(286.846)</b>	<b>1.658.981</b>	<b>(503.545)</b>

	Consolidado							
	01.07.2019 a 30.09.2019		01.01.2019 a 30.09.2019		01.07.2018 a 30.09.2018		01.01.2018 a 30.09.2018	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	739.215	(149.472)	1.843.942	(363.516)	718.509	(253.802)	1.313.275	(365.041)
Mercado de curto prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
MRE	18.741	(45)	99.898	(1.330)	(70.909)	(471)	(6.514)	(4.765)
SPOT	15.669	(3.471)	119.614	(38.758)	(906)	(623)	27.111	(4.803)
Outros	-	157	-	(2.170)	-	1.135	-	(4.025)
Encargos de transmissão	-	(41.343)	-	(122.181)	-	(41.005)	-	(117.908)
Encargos de conexão	-	(1.035)	-	(3.305)	-	(1.002)	-	(2.928)
Crédito de PIS e Cofins	-	18.732	-	49.355	-	33.127	-	63.244
<b>Total</b>	<b>773.625</b>	<b>(176.477)</b>	<b>2.063.454</b>	<b>(481.905)</b>	<b>646.694</b>	<b>(262.641)</b>	<b>1.333.872</b>	<b>(436.226)</b>

## Notas Explicativas



## 27 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora			
	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018
Seguros	(2.578)	(7.610)	(2.499)	(7.370)
Contribuições setoriais	(1.630)	(4.735)	(1.377)	(5.356)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	(161)	(75)	(1.431)
Arrendamentos e aluguéis	(290)	(1.048)	(136)	(1.777)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (i)	5.175	5.175	(53)	(8)
Outros	(898)	(1.902)	(1.091)	(1.563)
<b>Total</b>	<b>(221)</b>	<b>(10.281)</b>	<b>(5.231)</b>	<b>(17.505)</b>

  

	Consolidado			
	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018
Seguros	(3.183)	(9.068)	(2.862)	(8.325)
Contribuições setoriais	(1.704)	(4.958)	(1.420)	(5.554)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível (nota 11 (b))	(8.194)	(8.355)	(75)	(1.431)
Arrendamentos e aluguéis	(3)	(728)	(1.020)	(4.083)
Reversão/Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	5.637	5.637	(53)	(8)
Outros	(1.621)	(2.783)	(1.145)	(1.572)
<b>Total</b>	<b>(9.068)</b>	<b>(20.255)</b>	<b>(6.575)</b>	<b>(20.973)</b>

(i) A Companhia recebeu da massa falida do Banco Santos S.A., em agosto de 2019, um pagamento referente ao quinto rateio aos credores quirografários, no montante de R\$5.175.

## 28 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de aplicações financeiras	18.858	53.569	30.731	81.460
Atualização de créditos tributários (i)	4.343	4.603	100	291
Renda de cauções e depósitos judiciais	1.471	3.882	1.992	6.365
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.144)	(2.937)	(1.529)	(4.120)
Outras	(69)	298	67	497
<b>Total</b>	<b>23.459</b>	<b>59.415</b>	<b>31.361</b>	<b>84.493</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de dívidas	(73.063)	(201.666)	(57.896)	(162.489)
Atualização monetária GSF (nota 13)	(4.431)	(44.613)	(21.305)	(66.399)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	(6.263)	(38.349)	(13.054)	(29.835)
Atualização monetária de obrigações por aquisições	(1.037)	(5.130)	(1.431)	(3.968)
Atualizações monetárias - P&D e Eficiência Energética	(273)	(826)	(272)	(814)
Prêmio de resgate antecipado (nota 15.3)	-	(6.122)	-	-
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso (ii)	1.145	2.836	(1.622)	1.334
Cartas de fiança e seguros garantia	(191)	(820)	(1.096)	(2.434)
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(10)	(493)	(41)	(233)
Juros sobre passivos de arrendamento (nota 16)	405	(594)	-	-
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(121)	(2.003)	(1.477)	(3.545)
Atualização monetária de passivo ambiental	286	(252)	(173)	(510)
Outras	(870)	(1.708)	162	(2.518)
<b>Total</b>	<b>(84.423)</b>	<b>(299.740)</b>	<b>(98.205)</b>	<b>(271.411)</b>
<b>Variações Cambiais, líquidas</b>				
Ganho (Perda) sobre o repasse de energia - Itaipú (nota 20.1)	(4.362)	(3.803)	(1.945)	(9.139)
Marcação a mercado de derivativos - opção	-	-	6.571	22.102
Outras	(75)	(53)	(22)	(112)
<b>Total</b>	<b>(4.437)</b>	<b>(3.856)</b>	<b>4.604</b>	<b>12.851</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(65.401)</b>	<b>(244.181)</b>	<b>(62.240)</b>	<b>(174.067)</b>

## Notas Explicativas



	Consolidado			
	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de aplicações financeiras	21.069	60.544	29.731	84.822
Atualização de créditos tributários (i)	4.542	4.839	201	392
Renda de cauções e depósitos judiciais	(746)	4.477	1.992	6.365
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.223)	(3.162)	(1.594)	(4.380)
Outras	2.746	528	69	499
<b>Total</b>	<b>26.388</b>	<b>67.226</b>	<b>30.399</b>	<b>87.698</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de dívidas	(76.430)	(235.339)	(81.187)	(232.869)
Atualização monetária GSF (nota 13)	(4.431)	(44.613)	(21.305)	(66.399)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	(6.832)	(44.185)	(15.994)	(39.871)
Atualização monetária de obrigações por aquisições	(1.037)	(5.130)	(1.431)	(3.968)
Atualizações monetárias - P&D e Eficiência Energética	(273)	(826)	(272)	(814)
Prêmio de resgate antecipado (nota 15.3)	-	(6.122)	-	-
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso (ii)	6.567	21.676	2.588	5.544
Cartas de fiança e seguros garantia	(98)	(1.026)	(1.133)	(9.001)
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(11)	(1.016)	(73)	(508)
Juros sobre passivos de arrendamento (nota 16)	(1.875)	(4.702)	-	-
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(121)	(3.629)	(1.477)	(3.545)
Atualização monetária de passivo ambiental	286	(252)	(173)	(510)
Outras	(590)	(1.653)	(692)	(4.302)
<b>Total</b>	<b>(84.845)</b>	<b>(326.817)</b>	<b>(121.149)</b>	<b>(356.243)</b>
<b>Variações Cambiais, Líquidas</b>				
Ganho (Perda) sobre o repasse de energia - Itaipú (nota 20.1)	(4.362)	(3.803)	(1.945)	(9.139)
Marcação a mercado da opção	-	-	6.571	22.102
Marcação a mercado do NDF	-	7.779	(3.904)	775
Varição cambial sobre fornecedores	(2.108)	866	-	-
Outras	(76)	(55)	2.093	2.001
<b>Total</b>	<b>(6.546)</b>	<b>4.787</b>	<b>2.815</b>	<b>15.739</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(65.003)</b>	<b>(254.804)</b>	<b>(87.935)</b>	<b>(252.806)</b>

- (i) Principalmente relacionado à atualização monetária de duas decisões favoráveis, no montante total de R\$4.276. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 6.
- (ii) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 9,5% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 (9,5% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018), sobre os ativos qualificáveis.

## 29 PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
<b>Ativo</b>				
Contas a receber de clientes (i)				
Cessão de energia - Pilões	249	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas (ii)				
Subarrendamento - Boa Hora 1	1.560	-	-	-
Subarrendamento - Boa Hora 2	1.560	-	-	-
Subarrendamento - Boa Hora 3	1.560	-	-	-
Subarrendamento - AGV IV	1.672	-	-	-
Subarrendamento - AGV V	1.671	-	-	-
Subarrendamento - AGV VI	1.671	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>9.694</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo *</b>	<b>9.943</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(\*) O montante de R\$38 está apresentado na rubrica de outros créditos no ativo circulante.

## Notas Explicativas



	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
<b>Passivo</b>				
Fornecedores (nota 13)				
Energia elétrica comprada para revenda				
Compra de energia - Ametista (iv)	-	1.336	-	-
Compra de energia - Dourados (iv)	-	1.269	-	-
Compra de energia - Pelourinho (iv)	-	1.134	-	-
Compra de energia - Serra do Espinhaço (iv)	-	856	-	-
Compra de energia - Espigão (iv)	-	471	-	-
Compra de energia - Maron (iv)	-	1.328	-	-
<b>Subtotal</b>	-	<b>6.394</b>	-	-
Materiais e Serviços - Reembolso de despesas para a AES Corp. (nota 13)	226	-	226	-
<b>Total</b>	<b>226</b>	<b>6.394</b>	<b>226</b>	-

Obrigações com entidade de previdência privada (nota 18)				
FUNCESP - Obrigações pós-emprego (v)	36.141	32.139	36.141	32.139
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar - AES Holdings Brasil	8.550	9.776	8.550	9.776
<b>Total do passivo</b>	<b>44.917</b>	<b>48.309</b>	<b>44.917</b>	<b>41.915</b>

	Controladora			
	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018
<b>Resultado</b>				
Receita operacional líquida				
Cessão de energia - Maron (i)	-	249	-	-
Cessão de energia - Pilões (i)	-	249	-	-
Cessão de energia - Ametista (i)	-	249	-	-
Cessão de energia - Dourados (i)	-	249	-	-
Cessão de energia - Caetité (i)	-	91	-	-
Cessão de energia - Borgo (i)	-	45	-	-
<b>Subtotal</b>	-	<b>1.132</b>	-	-
Venda de energia - Caetité (iv)	-	193	-	-
Venda de energia - Ametista (iv)	-	1.126	-	-
Venda de energia - Dourados (iv)	-	1.210	-	-
Venda de energia - Pilões (iv)	-	723	-	-
Venda de energia - Pelourinho (iv)	-	289	-	-
Venda de energia - Borgo (iv)	-	193	-	-
Venda de energia - Serra do Espinhaço (iv)	-	193	-	-
Venda de energia - Espigão (iv)	-	96	-	-
Venda de energia - Maron (iv)	-	590	-	-
<b>Subtotal</b>	-	<b>4.613</b>	-	-
<b>Total</b>	-	<b>5.745</b>	-	-
Energia elétrica comprada para revenda (iv)				
Compra de energia - Caetité	-	(193)	(4.080)	(12.109)
Compra de energia - Ametista	-	(1.126)	(3.966)	(11.771)
Compra de energia - Dourados	-	(1.210)	(3.766)	(11.178)
Compra de energia - Pilões	-	(723)	(3.738)	(11.093)
Compra de energia - Pelourinho	-	(289)	(3.367)	(9.992)
Compra de energia - Borgo	-	(193)	(2.768)	(8.214)
Compra de energia - Serra do Espinhaço	-	(193)	(2.539)	(7.537)
Compra de energia - Espigão	-	(96)	(1.398)	(4.149)
Compra de energia - Maron	-	(590)	(3.938)	(11.686)
<b>Subtotal</b>	-	<b>(4.613)</b>	<b>(29.560)</b>	<b>(87.729)</b>
FUNCESP - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (v) (nota 18)	(1.700)	(5.102)	(842)	(2.528)
Outras despesas operacionais				
Sublocação: Eletropaulo (vi)	-	-	-	(634)
Resultado financeiro				
Variações Monetárias - atualização do ônus de acordo bilateral	-	-	(36)	(165)
<b>Total do resultado</b>	<b>(1.700)</b>	<b>(9.715)</b>	<b>(30.438)</b>	<b>(91.056)</b>

## Notas Explicativas



	Consolidado			
	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018
<b>Resultado</b>				
Receita operacional líquida				
AES Tietê Integra (iii)	92	1.227	6.575	7.704
FUNCESP - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (v) (nota 18)	(1.700)	(5.102)	(842)	(2.528)
Outras despesas operacionais				
Sublocação: Eletropaulo (vi)	-	-	-	(634)
Resultado financeiro				
Variações Monetárias - atualização do ônus de acordo bilateral	-	-	(36)	(165)
<b>Total do resultado</b>	<b>(1.608)</b>	<b>(3.875)</b>	<b>5.697</b>	<b>4.377</b>

- (i) Refere-se ao contrato de compra e venda de energia celebrado entre a Companhia e algumas controladas indiretas do Complexo Alto Sertão II, detalhadas na tabela acima. Os contratos tiveram validade de fevereiro a março de 2019, preço médio de R\$45,28 e volume envolvido de aproximadamente 37,15 MWm. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros.
- (ii) Refere-se aos contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas diretas AGV e Boa Hora. As condições das sublocações estão apresentadas na nota explicativa nº 16. Os montantes foram reconhecidos no ativo circulante e não circulante, nas rubricas de Outros créditos e Contas a receber de partes relacionadas, nos montantes de R\$38 e R\$9.656, respectivamente, totalizando R\$9.694.
- (iii) Contrato de prestação de serviços entre as controladas AES Tietê Integra e Boa Hora 3, tendo como finalidade a construção de uma subestação para conexão do Complexo Solar Boa Hora, com vigência até dezembro de 2018. Em aditivo firmado em 26 de dezembro de 2018, a vigência deste contrato foi prorrogada. Atualmente, a subestação encontra-se finalizada e energizada.
- (iv) A partir de janeiro de 2018, a Companhia passou a comprar energia das SPEs do Complexo Alto Sertão II através do MCSD, em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela CCEE. O contrato teve validade até 31 de dezembro de 2018, preço médio de R\$246,55 e volume envolvido de aproximadamente 54,3 MWm. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros. Adicionalmente, a partir de fevereiro de 2019, novos contratos mensais foram firmados, com o objetivo de troca de lastro da Companhia com algumas de suas controladas do Complexo Eólico Alto Sertão II, pois estas controladas tiveram redução de garantia física em 2018 e 2019, porém foram mantidos os contratos de venda, resultando em déficit de lastro. Sendo assim, transações de compra e venda foram realizadas, valorados ao PLD, com volume envolvido de aproximadamente 37,2 MWm de venda e 6,3 MWm de compra, sem efeito financeiro na demonstração consolidada devido às diferenças de preço entre os submercados. As transações de energia foram realizadas em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela CCEE.
- (v) A Companhia é parte integrante do Conselho Deliberativo da Funcesp, possuindo influência significativa na administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário estão demonstrados na nota explicativa nº 18.
- (vi) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a Eletropaulo (sublocadora) e a Companhia (sublocatária), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do despacho nº. 2.804/2012. Em abril de 2018 houve rescisão desde contrato, sem ônus para a Companhia. As transações com a Eletropaulo estão sendo demonstradas como parte relacionada até 04 de junho de 2018, data em que a sua controladora direta AES Holdings Brasil Ltda vendeu a totalidade das suas ações para Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A.

## Notas Explicativas



### 29.1 Remuneração da alta administração

A remuneração dos administradores foi aprovada em AGOE de 25 de abril de 2019, com exceção ao plano de remuneração baseado em ações que é administrado e custeado pela The AES Corporation.

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração nos trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro 2019 e 2018 é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018
Benefícios de curto prazo	1.543	4.710	1.409	4.203
Benefícios pós-emprego	25	75	23	88
Outros benefícios de longo prazo	112	304	73	193
Benefícios de rescisão contrato de trabalho	-	-	-	335
Remuneração baseada em ações	88	240	66	176
<b>Total</b>	<b>1.768</b>	<b>5.329</b>	<b>1.571</b>	<b>4.995</b>

## 30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 30.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

	Mensuração do valor justo	Notas	Consolidado				Categoria
			30.09.2019		31.12.2018		
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>							
Caixa e equivalentes de caixa		4	156.405	156.405	152.816	152.816	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo		4	1.129.056	1.129.056	881.148	881.148	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		5	311.173	311.173	451.900	451.900	Custo amortizado
Derivativos - ganhos não realizados em operações de hedge		30.2	-	-	2.723	2.723	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)		30.2	131	131	-	-	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Cauções e depósitos vinculados		9	254.927	254.927	233.555	233.555	Custo amortizado
<b>Total</b>			<b>1.851.692</b>	<b>1.851.692</b>	<b>1.722.142</b>	<b>1.722.142</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>							
Fornecedores		13	1.217.806	1.217.806	1.111.808	1.111.808	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures		15	4.224.764	4.201.824	4.127.928	4.114.032	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		16	44.903	44.903	-	-	Custo amortizado
Derivativos - perdas não realizados em operações de hedge		30.2	1.292	1.292	-	-	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)		30.2	-	-	2.861	2.861	Valor justo por meio do resultado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			36.294	36.294	41.585	41.585	Custo amortizado
<b>Total</b>			<b>5.525.059</b>	<b>5.502.119</b>	<b>5.284.182</b>	<b>5.270.286</b>	

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

### 30.2 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

#### (a) Exposição ao risco de preços entre submercados

A Companhia está exposta a risco de diferenças de preços entre submercados decorrentes de contratos de venda de energia no submercado Nordeste e da alocação de energia no MRE, caso esta se dê em um submercado distinto daquele onde a energia é gerada.

Com o objetivo exclusivo de mitigar o risco referente ao contrato de venda de energia no Nordeste, a Companhia efetuou operações de compra no submercado Nordeste e revenda do volume no submercado Sudeste.

Em função das características do referido contrato, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de hedge de fluxo de caixa para o seu registro contábil.

## Notas Explicativas



Para que uma relação de cobertura seja classificada como *hedge accounting*, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, foram executados testes prospectivos e retrospectivos de modo a demonstrar que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada deve ser reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

A metodologia de contabilização e apuração deste instrumento financeiro leva em consideração o valor justo, classificado na hierarquia nível 3, no reconhecimento inicial e a cada período em que são novamente mensurados. Como técnica de valoração do valor justo, a Companhia usou um modelo desenvolvido internamente e aplicou técnicas de avaliação do valor presente por desconto de fluxo de caixa futuros dos contratos de compra e venda de energia. As premissas foram definidas com base em informações históricas de mercado, indicadores macroeconômicos e projeções do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). Na projeção do PLD utilizou-se modelos computacionais para formação de preço, além de premissas internas como hidrologia, despacho térmico, expansão da matriz energética e projeções da carga.

Em 30 de setembro de 2019, a parcela efetiva do valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge de fluxo de caixa” foi reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes no montante de R\$1.292 em contrapartida ao passivo, na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”. Os valores acumulados no patrimônio serão transferidos para o resultado quando o item protegido afetar o resultado do período, de acordo com a competência. Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, os montantes reconhecidos no resultado da controladora referentes às perdas realizadas em operações de hedge de fluxo de caixa, foram de R\$23.872. O impacto líquido reconhecido na rubrica “custo com energia elétrica comprada para revenda” considerando o resultado do item protegido foi uma perda de R\$116.

Nestas operações, a parcela efetiva dos ganhos e perdas decorrentes das variações no valor justo dos instrumentos designados e qualificados como “hedge de fluxo de caixa” é reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes em contrapartida ao passivo, na rubrica “Perdas não realizadas em operações de hedge”. Os valores acumulados no patrimônio são transferidos para o resultado quando o item protegido afetar o resultado do período, de acordo com a competência. A parcela não efetiva do hedge é registrada no resultado do período.

### (b) Exposição ao risco de moeda estrangeira

Com o objetivo de minimizar impactos negativos e obter cobertura de risco de câmbio na compra futura de imobilizado para projetos de geração solar, em 2018 e 2019, as controladas AGVs e Inova contrataram operações de NDF com vencimento até 18 de fevereiro de 2019 e 06 de novembro de 2019, respectivamente. A contratação destas operações não apresenta caráter especulativo e foram classificadas dentro das regras de contabilidade de hedge.

Em 30 de setembro de 2019, a controlada Tietê Inova possui em aberto NDFs com valor nominal de US\$3.248 (R\$13.406), com vencimentos entre 11 de outubro de 2019 a 06 de novembro de 2019. O preço médio de exercício das NDF's é de R\$4,13.

Durante o período de nove meses, os ganhos e perdas acumulados das NDFs das controladas AGV e Inova foram registrados na controladora em outros resultados abrangentes sob a rubrica Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada, nos montantes de R\$9.129 realizado e (R\$86) não realizado, totalizando R\$9.043 (nota explicativa nº 23.1). Os valores acumulados no patrimônio serão transferidos para o resultado quando o item protegido afetar o resultado do período, de acordo com a competência, que ocorrerá no início das operações unitização destes projetos solares. Em 30 de setembro de 2019, a posição do NDF registrada na rubrica Instrumentos financeiros derivativos, no ativo circulante consolidado, é de R\$131.

## Notas Explicativas



## 30.3 Gerenciamento de riscos

## (a.1) Risco de crédito

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 30 de setembro de 2019 é a seguinte:

	30.09.2019
Caixa e equivalentes de caixa	156.405
Investimentos de curto prazo	1.129.056
Contas a receber de clientes	311.173
Instrumentos financeiros derivativos	131
Cauções e depósitos vinculados	254.927
<b>Total da exposição</b>	<b>1.851.692</b>

## (a.2) Risco de gerenciamento de capital

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 15)	4.051.751	3.043.360	4.224.764	4.127.928
Passivo de arrendamento (nota 16)	15.247	-	44.903	-
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(133.989)	(103.591)	(156.405)	(152.816)
Investimentos de curto prazo (nota 4)	(1.041.156)	(848.268)	(1.129.056)	(881.148)
<b>Dívida líquida</b>	<b>2.891.853</b>	<b>2.091.501</b>	<b>2.984.206</b>	<b>3.093.964</b>
Patrimônio líquido	1.529.330	1.523.474	1.529.330	1.523.474
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	<b>189,09%</b>	<b>137,28%</b>	<b>195,13%</b>	<b>203,09%</b>

Do endividamento financeiro total consolidado em 30 de setembro de 2019, 1,67% (2,93% em 31 de dezembro de 2018) era de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 5,5 anos (4,2 anos em 31 de dezembro de 2018).

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 15.7.

## (a.3) Risco de liquidez

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” e “Passivo de arrendamento” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 15. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 30 de setembro de 2019	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.217.806	-	-	-	-
Debêntures	42.368	40.040	405.682	1.425.227	2.379.616
Passivo de arrendamento	939	5.452	5.517	12.411	19.472
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	36.294	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.297.407</b>	<b>45.492</b>	<b>411.199</b>	<b>1.437.638</b>	<b>2.399.088</b>

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 30 de setembro de 2019.

## Notas Explicativas



### (a.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

#### Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do DI e IPCA, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

Em 30 de setembro de 2019, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs e fundo de investimentos, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 30 de setembro de 2019 é:

	<b>30.09.2019</b>
Caixa e equivalentes de caixa	138.826
Investimentos de curto prazo	1.129.056
Debêntures (nota 15)	(4.292.933)
<b>Total da exposição líquida</b>	<b>(3.025.051)</b>

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI e IPCA, não contemplam os saldos de custos de transação.

#### Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 30 de setembro de 2019, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

#### Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e debêntures.

Aplicações financeiras	Risco	Posição em 30.09.2019	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,20%	4,79%	6,39%	7,99%	9,59%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	138.826	4.442	6.650	8.871	11.092	13.313
Investimentos de curto prazo	CDI	1.129.056	36.130	54.082	72.147	90.212	108.276
<b>Impacto no resultado</b>			<b>40.572</b>	<b>60.732</b>	<b>81.018</b>	<b>101.304</b>	<b>121.589</b>

## Notas Explicativas



Dívidas	Risco	Posição em 30.09.2019	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,20%	4,79%	6,39%	7,99%	9,59%
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	CDI	(756.620)	(34.363)	(46.549)	(58.813)	(71.076)	(83.339)
Debêntures - 9ª Emissão (1ª Série)	CDI	(1.383.507)	(58.550)	(80.768)	(103.125)	(125.483)	(147.840)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(92.913)</b>	<b>(127.317)</b>	<b>(161.938)</b>	<b>(196.559)</b>	<b>(231.179)</b>
IPCA			1,55%	2,33%	3,10%	3,88%	4,65%
Debêntures - 1ª Emissão (1ª Série)	IPCA	(90.795)	(8.424)	(9.186)	(9.942)	(10.700)	(11.453)
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(82.218)	(7.845)	(8.537)	(9.223)	(9.912)	(10.595)
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	IPCA	(363.166)	(36.718)	(39.790)	(42.835)	(45.894)	(48.926)
Debêntures - 5ª Emissão	IPCA	(207.923)	(17.032)	(18.760)	(20.473)	(22.193)	(23.899)
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(355.055)	(29.949)	(32.906)	(35.838)	(38.783)	(41.702)
Debêntures - 8ª Emissão	IPCA	(220.671)	(16.911)	(18.736)	(20.545)	(22.362)	(24.163)
Debêntures - 9ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(648.494)	(41.069)	(46.366)	(51.617)	(56.891)	(62.119)
Debêntures - 9ª Emissão (3ª Série)	IPCA	(184.484)	(11.683)	(13.190)	(14.684)	(16.184)	(17.672)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(169.631)</b>	<b>(187.471)</b>	<b>(205.157)</b>	<b>(222.919)</b>	<b>(240.529)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(221.972)</b>	<b>(254.056)</b>	<b>(286.077)</b>	<b>(318.174)</b>	<b>(350.119)</b>

## (b) Outros riscos considerados relevantes

## (b.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia e suas controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A Companhia, baseada em análise da legislação pertinente e apoiada por seus assessores jurídicos, considera que os investimentos oriundos do projeto básico serão reembolsados pelo Poder Concedente, bem como aqueles realizados após a assinatura do contrato de concessão que não estiverem totalmente depreciados ao final da concessão. No entanto, há risco dos investimentos realizados em modernização e reformas desde a licitação da Companhia não serem reconhecidos pelo Poder Concedente e, portanto, não indenizados, uma vez que a regulamentação vigente, publicada para usinas que tiveram sua concessão renovada, ainda não se aplica à Companhia.

## (b.2) Risco hidrológico

Limites máximo e mínimo do PLD

Anualmente, no mês de dezembro, a ANEEL estabelece os limites máximos e mínimos do PLD que vigorarão durante o ano seguinte. O PLD máximo é correspondente ao nível de proteção ao risco de 95% da função densidade de probabilidades da renda inframarginal, obtida do deck de revisão ordinária de garantia física das usinas hidrelétricas. O cálculo do PLD mínimo considera o maior valor entre TEOItaipu e TEO do SIN.

Em 18 de dezembro de 2018 foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.498/2018, que estabeleceu os limites máximos e mínimos do PLD para o ano de 2019. O PLD mínimo e máximo foi definido em R\$42,35/MWh e R\$513,89/MWh, respectivamente (PLD mínimo de R\$40,16/MWh e máximo de R\$505,18/MWh para o ano de 2018).

Impactos da retração de geração hidroelétrica no MRE / GSF

Desde 2013, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE tem sido menor que as suas respectivas Garantias Físicas, resultando em GSF, que indica o nível de rebaixamento das Garantias Físicas para efeito da contabilização do mercado de curto prazo, em geral relacionado à hidrologia adversa e PLD elevado, implicando em significativo impacto econômico.

A Energia Natural Afluyente (ENA) verificada até setembro de 2019 foi de aproximadamente 78,1% da Média de Longo Termo (MLT) e verificou-se rebaixamento energia no MRE (GSF<1) de -19,0% devido, principalmente, à sazonalização das usinas do MRE.

## Notas Explicativas



A APINE obteve em 1º de julho de 2015, uma liminar favorável a todas as geradoras elétricas representadas pela associação, entre elas a Companhia, que impede que o GSF seja alocado aos geradores detentores da liminar nas próximas liquidações financeiras da CCEE. Durante o ano de 2018, foram opostos embargos de declaração pela APINE e ANEEL, além de decisão de 1ª instância pelo Tribunal. Diante disso, em 07 de maio de 2018, o Tribunal acatou o pedido da APINE e, conseqüentemente, determinou que a CCEE fique impossibilitada de aplicar, mensalmente, os efeitos do GSF no MRE, aos integrantes da ação judicial. Atualmente, aguarda-se o julgamento do mérito das apelações interpostas pela ANEEL e APINE. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 20.3.

Adicionalmente, conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de mérito da ação é classificada como possível. Contudo, em relação a um futuro desembolso de caixa, esse processo é classificado como provável.

### Repactuação do GSF

Desde o final de 2012, a geração das usinas hidráulicas participantes do MRE tem sido menor do que expectativa considerando as suas respectivas garantias físicas, o que resulta em um fator GSF menor do que 1, que indica o nível de rebaixamento das garantias físicas das usinas hidrelétricas para efeito da contabilização na CCEE, gerando exposição dos geradores hidrelétricos ao mercado.

Pelos impactos e ausência de resolução, em 2015, foram obtidas liminares por agentes do setor elétrico limitando ou neutralizando o impacto do deslocamento hidrelétrico para algumas usinas pertencentes ao MRE. Principalmente, em julho de 2015, foi deferida liminar pleiteada pela Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (“APINE”) para determinar à ANEEL abster-se de proceder ao ajuste do MRE em relação às associadas da APINE representadas na ação, caso houvesse geração total do MRE em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto. Em 07 de fevereiro de 2018, a Companhia foi intimada de decisão de primeira instância que julgou improcedente a ação e, conseqüentemente, revogou os efeitos da liminar que protegia as empresas associadas da APINE dos efeitos do GSF no MRE. Em 14 de fevereiro de 2018, foram opostos embargos de declaração, os quais foram acolhidos para preservar os efeitos da liminar durante o período em que a mesma esteve válida, ou seja, de 01 de julho de 2015 a 07 de fevereiro de 2018, até o julgamento definitivo, em 2ª instância.

Em prol da solução para a problemática supracitada, houve o Projeto de Lei (PL) nº 10.332, que versa sobre a repactuação do GSF e considera o ressarcimento dos riscos não hidrológicos aos geradores que participam do MRE por meio de compensações como extensão das concessões e ESS.

São três os principais riscos que estão previstos para serem ressarcidos aos geradores: despacho fora da ordem de mérito (GFOM), atraso/restrrição de transmissão do escoamento da energia dos projetos estruturantes (Santo Antonio, Jirau e Belo Monte) e, motorização acelerada da entrada em operação comercial das máquinas destes projetos estruturantes, que aumentou a garantia física dos mesmos sem a correspondente geração de energia. Os efeitos no GSF da GFOM serão ressarcidos de forma retroativa a 2013 e os demais riscos serão retroagidos ao início dos respectivos efeitos (2012 ou posterior).

Após aprovação na Câmara dos Deputados, o texto da Lei do referido PL foi encaminhado para aprovação do Senado Federal (PL 10332 convertido em PLC 77), porém em outubro de 2018 o texto não foi aprovado pelo Senado Federal e por consequência o PLC foi rejeitado. Assim, a questão do risco hidrológico passou a ser discutida no âmbito do PL 10985, aprovado pelo Senado e submetido, em novembro de 2018, à apreciação da Câmara dos Deputados, que, em 26 de junho de 2019, votou favoravelmente ao projeto. Em relação ao texto apresentado pelo Senado, foi feita apenas uma alteração referente a destinação de 20% das receitas da União voltados à saúde e educação e não houve alterações relativas às propostas do GSF. Assim, a matéria retornou ao Senado Federal antes de ser sancionada, cabendo apenas a aceitação ou não da alteração feita.

## Notas Explicativas



A ANEEL não apresentou até o momento nenhuma proposta que contemple os valores do passado, mas se compromete a tratar do deslocamento hidrelétrico provocado pela geração térmica fora da ordem de mérito, e do deslocamento resultante da importação de energia elétrica, além da busca da neutralidade dos efeitos da antecipação de garantia física das hidrelétricas estruturantes e a adequada alocação de vertimentos turbináveis em usinas hidrelétricas.

O MME, a fim de subsidiar as discussões no Senado, apresentou a NOTA INFORMATIVA Nº 27/2019/ASSEC contendo informações do montante financeiro envolvido na resolução da questão do risco hidrológico pela via judicial e do montante financeiro resultante da solução do risco hidrológico pela via legislativa com a aprovação do PL nº 10.985/19, levando em conta os efeitos retroativos.

### Mudanças no cálculo do PLD

A agenda de estudos do CPAMP para 2020 terá nova divulgação prevista para dezembro de 2019.

O Ministério de Minas e Energia - MME, deliberou em 31 de julho de 2019 pela postergação da implementação do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD em etapa horária para janeiro de 2021.

A partir de janeiro de 2020, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS passará a utilizar o preço horário sombra para reduzir assimetrias de informações, desta forma, permitindo maior reprodutibilidade por parte dos agentes. Em janeiro de 2021, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE passará a adotar o preço horário de forma oficial.

A discussão sobre aprimoramento do cálculo dos preços tem como objetivo reduzir distorções no sinal de PLD decorrente do despacho térmico fora da ordem de mérito definido, na operação real do sistema.

A ANEEL publicou a Resolução Normativa, nº 858, de outubro de 2019 a qual estabelece os critérios e os procedimentos para o cálculo dos limites máximo e mínimo do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). Ficaram estabelecidos dois PLD, sendo: um estrutural e o outro máximo horário, de R\$ 556,58/MWh e R\$ 1.141,85/MWh, respectivamente.

O valor mínimo do PLD será calculado anualmente pela ANEEL considerando o maior valor entre a Tarifa de Energia de Otimização da UHE Itaipu (TEOItaipu) e a Tarifa de Energia de Otimização (TEO) das outras usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional.

## **31 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA**

---

### **31.1 Atividade de financiamento**

A conciliação entre o passivo decorrente da atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

## Notas Explicativas



	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.043.360	41.585	3.084.945	4.127.928	41.585	4.169.513
- Itens que afetam o fluxo de caixa						
Ingressos (nota 15)	2.200.000	-	2.200.000	2.200.000	-	2.200.000
Pagamentos de principal (nota 15 e 23)	(1.182.380)	(182.611)	(1.364.991)	(2.098.338)	(182.611)	(2.280.949)
Diferimento custos de transação (nota 15)	(42.027)	-	(42.027)	(42.027)	-	(42.027)
Pagamento de encargos financeiros (nota 15) (i)	(203.553)	-	(203.553)	(220.508)	-	(220.508)
Juros capitalizados (nota 28)	(2.836)	-	(2.836)	(21.676)	-	(21.676)
- Itens que não afetam o fluxo de caixa						
Encargos de dívida (nota 28)	201.666	-	201.666	236.028	-	236.028
Variação monetária (nota 15)	38.349	-	38.349	44.185	-	44.185
Arrendamento financeiro (nota 15)	1.309	-	1.309	1.309	-	1.309
Destinação de dividendos (nota 23)	-	177.320	177.320	-	177.320	177.320
Demais movimentações (nota 15)	(2.137)	-	(2.137)	(2.137)	-	(2.137)
Saldo em 30 de setembro de 2019	4.051.751	36.294	4.088.045	4.224.764	36.294	4.261.058

(i) Os encargos financeiros pagos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais.

## 32 SEGUROS

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	31/12/2018	31/12/2019	3.750.000
Seguro terrorismo	31/12/2018	31/12/2019	1.125.000
Vida em grupo	01/01/2019	01/01/2020	25 X salário, com o máximo de R\$ 1.833
Responsabilidade civil geral	01/04/2019	01/04/2020	40.000
Riscos ambientais	01/04/2019	01/04/2020	10.000
Responsabilidade civil de obras (i)	17/05/2018	24/09/2019	15.000
Riscos de engenharia (i)	17/05/2018	24/09/2019	347.214
Responsabilidade civil de obras (i)	02/11/2018	08/11/2019	15.000
Riscos de engenharia (ii)	02/11/2018	08/11/2019	274.600
Frota veículos - RCF	01/04/2019	01/04/2020	RCFV Garantia única R\$ 1.000
Responsabilidade civil de administradores- D&O	01/04/2019	01/04/2020	100.000

(i) Cobertura para riscos de construção do Complexo Solar Ouroeste, durante o período das obras. Os riscos de engenharia possuem cobertura de R\$274.600 e R\$357.214, para os Complexos AGV e Boa Hora, respectivamente. Adicionalmente, há o seguro de responsabilidade civil de obras, que possui cobertura de R\$15.000 individualmente para estas controladas.

Os limites de proteção são compartilhados entre algumas empresas do Grupo AES, com exceção do seguro de frota veículos - RCF, que tem limite de proteção contratado individualmente por veículo e os seguros de construção do Complexo Solar Ouroeste. Para todos os seguros, o prêmio é pago individualmente por cada empresa, conforme o critério de rateio aplicável a cada apólice. O seguro terrorismo é complementar ao seguro de riscos operacionais e faz parte do programa de proteção dos ativos do Grupo AES Brasil.

## 33 EVENTO SUBSEQUENTE

### Aprovação de alterações da 1ª Emissão de Debêntures da AES Tietê Eólica S.A.

Em decorrência do resgate antecipado detalhado na nota explicativa nº 2, a Companhia passou pelo processo de negociação de ajustes contratuais junto aos detentores da 1ª Emissão de Debêntures da controlada indireta AES Tietê Eólica, que trouxe uma melhor liquidez e gestão financeira mais eficiente Complexo Eólico Alto Sertão II (“projeto”), por meio do reequilíbrio das contas reservas, permitindo a liberação de caixa restrito, dentre outros pontos. Em 01 de outubro de 2019, a Assembleia Geral dos Debenturistas aprovou as alterações nos contratos relacionados à 1ª Emissão de Debêntures da AES Tietê Eólica. Consequentemente, em 10 de

## Notas Explicativas



outubro, a Tietê Eólica pagou o montante total de R\$1.040 de *waiver fee* a todos os debenturistas.

### Acordo de aquisição do Complexo Alto Sertão III

Em 09 de abril de 2019, a Companhia celebrou contrato para aquisição do conjunto de parques eólicos que constituem o Complexo Eólico Alto Sertão III, bem como determinados projetos eólicos em desenvolvimento “*Pipeline*” de titularidade da Renova Energia S.A. (“Renova”). No entanto, conforme fato relevante divulgado em 10 de outubro de 2019, a Companhia encerrou as negociações em função do não cumprimento das condições prévias do Contrato de Compra e Venda de Ações.

## Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

### a.) Objeto da projeção

#### 1 - Investimentos

A Companhia informa os montantes de investimentos, divididos em investimentos destinados à manutenção e à modernização dos ativos em operação, expansão, sendo elas construção do Complexo Solar Ouroeste e investimentos em geração distribuída e juros capitalizados para o exercício social corrente e próximos 4 anos.

#### 2 - EBITDA – Complexo Solar Guaimbê

A Companhia divulgou, em 06 de agosto de 2018, a projeção de acréscimo de EBITDA anual a ser gerado pelo Complexo Solar Guaimbê.

#### 3 - EBITDA – Complexo Solar Ouroeste

A Companhia divulgou, em 06 de novembro de 2018, a projeção de acréscimo de EBITDA anual a ser gerado pelo Complexo Solar Ouroeste (“Complexo”), caso sejam cumpridas as condições de entrada em operação comercial do Complexo.

#### 4 - Múltiplo EV/EBITDA – Complexo Solar Ouroeste

A Companhia divulgou, em 06 de novembro de 2018, a projeção de EV/EBITDA estimada para o Complexo Solar Ouroeste, baseada nas premissas divulgadas em mesmo documento para total de aquisição mais investimento estimado para o Complexo e o acréscimo de EBITDA anual a ser gerado, caso sejam cumpridas as condições de entrada em operação comercial.

### b.) Período projetado e o prazo de validade da projeção

#### 1 - Investimentos

A Companhia divulga suas projeções de investimentos anuais, para o exercício social corrente e próximos 4 anos, podendo ser reavaliada trimestralmente ou sempre que necessário, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

#### 2 - EBITDA – Complexo Solar Guaimbê

A Companhia divulga sua estimativa para o acréscimo de EBITDA anual a ser gerado pelo complexo Solar Guaimbê, podendo esta ser reavaliada trimestralmente ou sempre que necessário, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

#### 3 - EBITDA – Complexo Solar Ouroeste

A Companhia divulga sua estimativa para o acréscimo de EBITDA anual a ser gerado pelo complexo Solar Ouroeste, podendo esta ser reavaliada trimestralmente ou sempre que necessário, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

#### **4 - Múltiplo EV/EBITDA – Complexo Solar Ouroeste**

A Companhia divulga sua estimativa para o Múltiplo EV/EBITDA do complexo Solar Ouroeste, podendo esta ser reavaliada trimestralmente ou sempre que necessário, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

### **c.) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle**

#### **1 - Investimentos**

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Cronograma de manutenções e modernização dos ativos operacionais;
- Diagnósticos de equipamentos;
- Indicadores de crescimento;
- Iniciativas estratégicas;
- Novos projetos; e
- Obrigações regulatórias.

#### **2 - EBITDA - Complexo Solar Guaimbê**

A projeção tem como principais premissas assumidas pela Companhia para avaliação da aquisição do Complexo: i) capacidade instalada de 150 MW; ii) energia assegurada comercializada no leilão de 29,5 MWm e geração esperada; iii) estrutura de custos projetada; e iv) contrato de venda de energia vigente, ajustado pelo índice de correção – IPCA esperado, se encerrando em 2037. A estimativa mencionada é uma projeção, considerando o EBITDA médio para o período de 2019 a 2023, e como tal, sujeita a variação caso venham a ser verificadas mudanças das premissas assumidas pela Companhia.

#### **3 - EBITDA - Complexo Solar Ouroeste**

A projeção tem como principais premissas assumidas pela Companhia: (i) capacidade instalada de 144 MW; (ii) energia assegurada comercializada no leilão de 36 MWm; (iii) estrutura de custos conforme projetada; (iv) contrato de venda de energia vigente, ajustado pelo índice de correção – IPCA esperado, se encerrando em 2037 e 2040; e (v) entrada em operação antecipada da segunda fase do projeto em 1 ano e meio, possibilitando a comercialização de energia no mercado livre neste período. A estimativa mencionada é uma projeção, considerando o EBITDA médio para o período de 2019 a 2023, e como tal, sujeita a variação caso venham a ser verificadas mudanças das premissas assumidas pela Companhia.

#### d.) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

##### 1 - Investimentos

Os valores projetados para período de cinco anos (2019-2023), encontram-se na tabela a seguir:

Investimentos - R\$ milhões <sup>1</sup>	2019E	2020E	2021E	2022E	2023E	Total 2019E- 2023E
Modernização e Manutenção	70,5	74,2	74,4	79,7	66,2	365,1
Expansão <sup>2</sup>	273,2	1,4	0,0	0,0	0,0	274,7
Juros de Capitalização <sup>3</sup>	4,4	2,6	5,9	5,0	4,5	22,4
<b>Total</b>	<b>348,2</b>	<b>78,2</b>	<b>80,4</b>	<b>84,6</b>	<b>70,7</b>	<b>662,1</b>

<sup>1</sup> valores nominais

<sup>2</sup> considera construção do Complexo Solar Ouroeste e investimentos em geração distribuída

<sup>3</sup> não considera juros de capitalização sobre os novos projetos

##### 2 - EBITDA – Complexo Solar Guaimbê

A Companhia projeta o acréscimo de EBITDA anual no intervalo entre R\$ 75 milhões e R\$ 85 milhões a ser gerado pelo Complexo Solar Guaimbê.

##### 3 - EBITDA – Complexo Solar Ouroeste

A Companhia projeta o acréscimo de EBITDA anual no intervalo entre R\$ 70 milhões e R\$ 80 milhões a ser gerado pelo Complexo Solar Ouroeste.

##### 4 - Múltiplo EV/EBITDA – Complexo Solar Ouroeste

A Companhia projeta o múltiplo que relaciona o valor da empresa (*Enterprise Value* ou EV) com seu resultado operacional (EBITDA), de 8x a 9x.

### e.) Acompanhamento e atualização dos valores dos indicadores que são objeto da previsão

#### **Atualização 3T19**

Encerrado o terceiro trimestre de 2019, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos incluindo o exercício social corrente (2019-2023), conforme apresentado na tabela do item “d. item 1”.

#### **Atualização 2T19**

Encerrado o segundo trimestre de 2019, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos incluindo o exercício social corrente (2019-2023), conforme apresentado na tabela do item “d. item 1”.

#### **Atualização 1T19**

Encerrado o primeiro trimestre de 2019, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos incluindo o exercício social corrente (2019-2023), conforme apresentado na tabela do item “d. item 1”.

#### **Atualização 4T18**

A Companhia atualizou suas projeções referentes a previsão de investimentos para o período de 2019 a 2023. Para tal período, a AES TIETÊ planeja investir um total de aproximadamente R\$ 662 milhões que serão direcionados à modernização e manutenção de seus ativos em operação e à expansão, principalmente para finalização da construção de seus parques solares. As projeções atualizadas e substituídas estão apresentadas, respectivamente, nos itens “d - 1” e “e”, este último no subitem “Atualização 4T17”.

As projeções atualizadas e substituídas serão incluídas na seção 11 do Formulário de Referência da Companhia e estarão disponíveis no site da CVM em <http://www.cvm.gov.br/> e no site da Companhia em <http://ri.aestiete.com.br/>. dentro do prazo legal.

A Companhia apresenta um comparativo entre os valores realizados e projetados para o ano de 2018, conforme tabela a seguir:

Investimentos - R\$ milhões <sup>1</sup>	Estimativa 2018	Realizado 2018	Varição
Modernização e Manutenção	68,7	67,9	-1,2%
Expansão <sup>2</sup>	405,0	365,1	-9,9%
Juros de Capitalização <sup>3</sup>	9,9	4,3	-56,8%
<b>Total</b>	<b>483,6</b>	<b>437,2</b>	<b>-9,6%</b>

<sup>1</sup> valores nominais

<sup>2</sup> considera construção do Complexo Solar Ouroeste

<sup>3</sup> não considera juros de capitalização sobre os novos projetos

A AES Tietê investiu em 2018 um total de R\$ 437,2 milhões, valor 342,1% maior que o montante investido em 2017 (R\$ 98,9 milhões). No total do acumulado de 2018 destacam-se:

- (i) R\$ 365,1 milhões para novos projetos, sendo 76,9% deste valor (R\$ 280,6 milhões) destinados à construção da Fase 1 do Complexo Solar Ouroeste; e
- (ii) R\$ 56,4 milhões destinados à manutenção e modernização dos ativos existentes da Companhia, sendo R\$ 47,6 milhões às usinas de Água Vermelha e Ibitinga.

**Nota**

- i. *As informações financeiras apresentadas no acompanhamento das Projeções Empresariais são apresentadas em milhões de Reais e, portanto, os valores totais apresentados nas tabelas podem apresentar diferenças de arredondamento em relação ao somatório dos valores individuais das respectivas linhas.*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

AES Tietê Energia S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, da AES Tietê Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de outubro de 2019.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP034519/O-6

Adilvo França Junior

Contador CRC- 1BA021419/O-4-T-SP

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Os Diretores da AES TIETÊ ENERGIA S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2019.

São Paulo, 28 de outubro de 2019.

Diretores:

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Os Diretores da AES TIETÊ ENERGIA S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2019.

São Paulo, 28 de outubro de 2019.

Diretores:

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores